

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM
PATRIMÔNIO CULTURAL**

COSETE NASCIMENTO DO NASCIMENTO

UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL DE BOSSOROCA-RS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Santa Maria, RS, Brasil

2012

COSETE NASCIMENTO DO NASCIMENTO

UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL DE BOSSOROCA-RS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Área de Concentração em História e Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Patrimônio Cultural**.

Orientador: Prof. Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos

Santa Maria, RS, Brasil

2012

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM
PATRIMÔNIO CULTURAL**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL DE BOSSOROCA-RS

elaborada por

COSETE NASCIMENTO DO NASCIMENTO

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Patrimônio Cultural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Júlio Ricardo Quevedo dos Santos, Dr.
(Presidente/Orientador)

Elisabete da Costa Leal, Dr^a. (UFPeI)

Roselene Gomes Pommer, Dr^a. (UFSM)

Denise Saad, Dr^a.(UFSM)
Suplente

Santa Maria, 24 de agosto de 2012.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Santa Maria

UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL DE BOSSOROCA-RS

AUTORA: Cosete Nascimento do Nascimento
ORIENTADOR: Júlio Ricardo Quevedo dos Santos

Este trabalho tem como objetivo perceber e interpretar o Patrimônio Cultural existente em Bossoroca (RS), através das representações do passado e dos símbolos e elementos que se firmaram com o tempo, compreendendo e avaliando o modo como se faz uso desse patrimônio para se apresentar frente ao outro. Buscamos conhecer e interpretar os lugares que são reconhecidos como guardiões de memória no município. Diante disso, se faz uma análise acerca do que é considerado patrimônio cultural hoje, e são traçadas considerações sobre as relações de poder que se estabeleceram no decorrer do tempo, reproduzindo símbolos e representações capazes de articular as memórias de determinados grupos e manter a invisibilidade de outros, como a afirmação de uma identidade missioneira para o município. São apontadas as percepções sobre a relevância e potencialidade que as ações patrimoniais exercem ou podem exercer sobre uma comunidade, contribuindo para rupturas ou continuidades dos modelos sociais estabelecidos, sendo, portanto a educação patrimonial fator importante para a construção da cidadania dentro de um país que sempre sobrepôs uma elite econômica e social frente aos processos culturais. Essa Dissertação contribui para a compreensão da dinâmica cultural local e regional. O estudo feito se operacionaliza numa cartilha de Educação Patrimonial que tem como pressuposto servir como recurso para o ensino de História nas escolas do município.

Palavras-chave: Patrimônio cultural, relações de poder, identidade, educação patrimonial.

ABSTRACT

Master Course Dissertation
Professional Graduation Program in Cultural Heritage
Universidade Federal de Santa Maria

AUTHOR: Cosete Nascimento do Nascimento

ADVISER: Júlio Ricardo Quevedo dos Santos

Defense Place and Date: Santa Maria, 24 de agosto de 2012.

This study aims to understand and interpret the existing Heritage in Bossoroca (RS), through the representations of the past and symbols and elements which have entered into the time, understanding and assessing how one uses this equity to be presented before the other, we seek to understand and interpret the places that are recognized as guardians of memory in the city. Given this, an analysis is made of what is considered cultural heritage today, considerations are drawn on the power relations that are established over time, reproducing symbols and representations able to articulate memories of certain groups and maintain the invisibility of others, as the affirmation of an identity for the city “missioneira”. This study shows the perceptions of the relevance and potential equity shares that are or may have on a community, contributing to breaks or continuities of established social models, therefore important heritage education for the construction of citizenship in a country that always overcame economic and social elite in the face of cultural processes. The study is operationalized in a primer Heritage Education which is assumed to serve as a resource for teaching history in schools in the city.

Keywords: Cultural Heritage, power relations, identity, heritage education.

“Canta a tua aldeia e serás universal”.

Leon Tolstoi

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, o professor Dr. Julio Quevedo, pelo incentivo, pelo entusiasmo e pelo exemplo que sempre foram balizas para mim.

Agradeço a todos os professores do Mestrado em Patrimônio Cultural, pois me trouxeram os conhecimentos necessários acerca das questões patrimoniais.

A todas as outras pessoas que me ajudaram e torceram por mim, o meu sincero agradecimento.

Agradeço a minha família, que esteve ao meu lado durante esta trajetória, suportando ausências, suprimindo necessidades e anseios, encorajando e acompanhando, pois fomos companheiros nesta busca.

Esta conquista é nossa.

LISTA DE FIGURAS

Figura1: Mapa de localização do município	42
Figura 2: Mapa dos trinta Povos Missioneiros.....	46
Figura 3: Mapa de Bossoroca.	52
Figura 4: Imagem da Santa em madeira da Estância do Sobrado (Jan./2010).....	59
Figura 5: Vista da Estância do Sobrado (jan./2010).....	60
Figura 6: Vista do galpão conhecido como senzala. (jan./2010).....	61
Figura 7: Vista de frente da Estância Velha (jan./2009).....	65
Figura 8: Vista de frente da Estância Velha (antiga).....	66
Figuras 9 e 10: Elementos característicos da arquitetura da Estância Velha.....	67
Figura 11: Mapa localizando o Cemitério dos Cativos.	69
Figura 12: Vista do Cemitério dos Cativos (Nov./2011).	70
Figura 13: Memorial a Noel Guarany, Cemitério Municipal de Bossoroca-RS	71
Figura 14: Noel Guarany.....	71
Figura 15: Cruz Missioneira na rótula de acesso a Bossoroca-RS (Outubro/2011). ...	94
Figura 16: Casa de pedras no Rincão dos Antunes(set./2009).....	98
Figura 17: Estância do Sobrado (jan./2010).....	99
Figura 18: Fazenda Boa Esperança (jan./2010).....	99
Figura 19: Imagem onde se vê o Centro e o Bairro Gaúcha.....	101
Figura 20: Mapa da cidade com o traçado das ruas e respectivos nomes, evidenciando o Centro e o Bairro Gaúcha.	102

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 DEFINIÇÕES CONCEITUAIS E HISTÓRICAS.....	27
1.1 Patrimônio Cultural e Cultura	27
1.2 Patrimônio e Relações de Poder.....	33
1.3 A Relevância do Patrimônio para a Comunidade.....	38
1.4 A Formação Histórica de Bossoroca.....	41
2 OS LUGARES DE MEMÓRIA.....	54
2.1 Alguns lugares de memória do Município de Bossoroca/RS.....	55
2.2.1 A Estância do Sobrado.....	57
2.2.2 A Senzala.....	60
2.2.3 Sede da Estância Velha	62
2.2.4 Cemitério dos Cativos	68
2.2.5 Monumento a Noel Guarany	71
3 USO DO PATRIMÔNIO NOS PROCESSOS IDENTITÁRIOS E AS REPRESENTAÇÕES, SIGNOS E ELEMENTOS QUE SÃO ASPECTOS DA CULTURA LOCAL.....	78
3.1 Bossoroca é Missioneira!!!	83
3.1.1 O Nome <i>Buena Terra Missioneira</i>	87
3.1.2 Noel Guarany: Patrimônio de Bossoroca	88
3.1.3 Jayme Caetano Braun: Tronco Missioneiro e Cria da Bossoroca	92
3.1.4 A Estância do Sobrado como Pressuposto Arqueológico - A Materialidade ...	93
3.1.5 A Cruz Missioneira no trevo de acesso a Bossoroca	94
3.1.6 O Manancial Missioneiro da Canção.....	95
3.2 A Cultura Estancieira Em Bossoroca, aspecto preponderante nas práticas sociais e na cultura do Município	96
3.2.1 As Estâncias (Sede das Sesmarias, Fazendas)	97
3.2.2 A Geografia da Cidade – A organização espacial reproduz e revela as Relações de Poder.....	100
3.2.3 O Senhor de terras e o papel do Gringo na História de Bossoroca.....	104
3.2.4 O Negro na sociedade bossoroquense	106
4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA SALA DE AULA	109
4.1 Apresentação do produto.....	109
4.2 Metodologia.....	111
4.3 Uso do material na Sala de Aula.....	112
4.4 O Produto: Cartilha de Educação Patrimonial	114

CONSIDERAÇÕES FINAIS	1274
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	13330

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende perceber e interpretar o Patrimônio Cultural existente em Bossoroca (RS), por meio das representações do passado e dos símbolos e elementos que se firmaram com o tempo, compreendendo e avaliando o modo como se faz uso desse patrimônio.

Para análise do patrimônio histórico-cultural de Bossoroca buscamos ampliar conhecimentos, por meio do estudo de campo, sobre os lugares reconhecidos como guardiões da memória do município.

O município de Bossoroca está situado na região das Missões e inserido, portando, no território que abrigou no passado histórico a experiência social dos jesuítas espanhóis e índios guaranis a partir do século XVII e que se reflete nos dias atuais numa diversidade de utilizações e interpretações. Após a derrocada da experiência indígena e jesuítica, convencionalmente conhecida por período das Missões Orientais, quando as Cortes Ibéricas, em sua fase de Estado Absolutista, assinaram o Tratado de Madri de 1750 acarretando a decorrente rebelião colonial indígena - a Guerra Guaranítica - de 1754 a 1756 e os luso-brasileiros intensificaram sua presença. Desde meados do século XVIII, estavam envolvidos na conquista do oeste do atual Rio Grande do Sul.

À medida que se expandiam, por suas iniciativas particulares, apropriavam-se do principal bem da região – o gado das estâncias missioneiras – e expropriavam as terras indígenas e das Missões Orientais. Na medida em que ocupavam as terras na banda ocidental dos rios Pardo e Jacuí, requeriam a posse das terras à Coroa de Portugal por meio do principal instrumento legal da época: a doação de sesmarias. Essa conquista do oeste sul-rio-grandense foi legalizada pelas autoridades portuguesas coloniais, instaladas na Capitania do Rio de Janeiro e contou com o

apoio da Corte de Portugal. Tornava-se, portanto, uma ação conjunta de iniciativas particulares e do Estado Absolutista Português. O instrumento internacional que legalizou essas posses em forma de *uti possidetis* (quem possui de fato, deve possuir de direito), foi o Tratado de Madri, garantindo posse do território ocupado pelas Missões Orientais e suas estâncias de ervais. Essa ocupação luso-brasileira ocorre, em grande parte, pelo instituto das sesmarias.

Em meados do século XIX, ocorreu outra leva de conquista do oeste sul-riograndense, no período do Estado monárquico e escravista brasileiro a partir dos processos de imigrações europeias espontâneas empreendidas principalmente por alemães e italianos com o apoio da Corte do Rio de Janeiro e do Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro, constituída a partir da Constituição de 1824. Assim, Bossoroca recebe outras levadas de pessoas (descendentes de alemães e italianos), que passam a integrar o município, hoje intitulado *Buena Terra Missioneira*.

Quanto a essa denominação, compreendemos que se trata de uma apropriação do passado histórico, em sua fase missioneira, de denominação institucional e popular, que alcinha as heranças missionárias na cultura de Bossoroca sem reconhecer o papel, a importância e a presença indígena naquele exemplo de passado. Qualquer habitante de Bossoroca faz referência à *Buena Terra Missioneira* e a sua hospitalidade sem referir profundamente o que foi a experiência missioneira. Assim, retira e recorta do passado histórico missioneiro alguns aspectos como o processo civilizatório bem-sucedido, o triunfo da cristianização e evangelização empreendidas pelos jesuítas no seu projeto apostólico-político, lembranças de seus vínculos com os povoados missionários de São Luiz Gonzaga e São Lourenço, suas atividades socioeconômicas comunitárias e sua arte e linguagens, num autêntico processo de ocidentalização. Dessa forma, ocorre uma apropriação do passado para compreender alguns aspectos do tempo presente, quando a denominação *Buena Terra Missioneira* é construída socialmente em meio aos diferentes esquecimentos e às invisibilidades da presença indígena, africana e afro-brasileira e das mulheres.

Este é o problema que se impõe: Como se constrói e se constitui uma “*Buena Terra Missioneira*” que prioriza algumas lembranças e esquece outras tantas também importantes na sua formulação? Assim, no itinerário da construção de nosso enunciado, nos propomos a compreender e analisar os vestígios do

patrimônio cultural de Bossoroca vivenciados e valorizados na comunidade local e as representações que se fazem do passado histórico em suas diferentes fases, bem como as representações que se fazem dessa **parte** – a *Buena Terra Missioneira* – pela comunidade no seu **todo**, isto é, a região das Missões.

Ao fazermos uma análise etnográfica de Bossoroca, apenas observando o modo de ser e agir dos bossoroquenses, são visíveis nas pessoas e no imaginário coletivo e popular que os constitui, “apenas” fortes marcas, sinais, algumas evidências das frentes de ocupação de origem ibérica: a missioneira em sua fase jesuítico-guarani, enaltecida pela população e nas suas representações, a supremacia dos jesuítas e a ação civilizatória. Essas marcas creditam, portanto, aos padres da Companhia de Jesus o protagonismo enquanto “autênticos” sujeitos históricos. Nessa imagem, coube aos indígenas apenas o papel de coadjuvantes, raramente mencionados como sujeitos históricos. As referências que se fazem a eles trazem estereótipos pejorativos: selvagens, bárbaros, dóceis, incapazes, cuja única capacidade foi a de serem “bons reprodutores” da cultura ocidental trazida pelos jesuítas, resultando daí o enaltecimento às virtudes dos padres missionários da Companhia de Jesus.

A outra face é o do enaltecimento ao passado histórico estancieiro, na origem das famílias que fundaram a cidade. A imagem subverte o passado e, de repente, sem grandes explicações sobre o processo histórico, os jesuítas e seus indígenas missionados somem da história, sem maiores explicações, apenas numa formulação simplista de lugares-comuns que relembra os resíduos do Tratado de Madri, da Guerra Guaranítica e da Expulsão dos Jesuítas [uma experiência que some do palco dos acontecimentos em apenas 18 anos, entre 1750-1768, no amplo contexto dos 150 anos da longa duração daquela experiência]. Esses clichês acabam por banalizar os acontecimentos, como se o cotidiano dos indígenas nas Missões Orientais tivesse seu fim e derrocada apenas com a expulsão dos jesuítas. Essa é uma forma de alcunhar indelevelmente a incapacidade indígena, como se as evidências históricas comprovassem que os indígenas não tiveram capacidade de sobreviver após a expulsão e voltaram à vida errante, recolhidos no difamado pensamento selvagem.

Como contraponto a essa imagem negativa, os atos e os feitos dos primeiros estancieiros luso-brasileiros são evidenciados e enaltecidos. Ao observar as falas, os sinais, os emblemas do povo, percebe-se um sentimento de gratidão da

comunidade aos estancieiros, interpretados como desbravadores, pioneiros, aqueles que trouxeram os princípios civilizatórios e a integração política e econômica para garantir a emancipação cultural dos bossoroquenses. Essa forma de reconhecimento é profundamente seletiva. Ao escolherem alguns elementos do passado histórico-estancieiro do final do século XVIII e ao longo do século XIX, a população e as instituições o fazem em meio aos esquecimentos e às invisibilidades.

Assim, silenciam sobre os processos expropriativos da terra iniciados com a ocupação das estâncias missioneiras e percorridos pela ação dos estancieiros rio-grandenses que conquistaram o território em 1801, quando foram organizadas pequenas tropas de milicianos que realizaram os primeiros ataques à região das Missões e não pouparam seus habitantes e propriedades. Nesse evento, destacou-se o militar, major de milícias e estancieiro Manuel dos Santos Pedroso [Maneco Pedroso] com sua tropa de 30 homens armados, e o comerciante e contrabandista José Francisco Borges do Canto e seus 15 homens armados. Dessa conquista do território, decorreu a progressiva doação de sesmarias pelo governo português nos primórdios do século XIX. Esse processo contou com ações de indígenas, africanos e afro-brasileiros, pequenos lavradores, acompanhados pela destruição do patrimônio de cultura material existente, transformado em ruínas – as ruínas das Missões Orientais do Uruguai.

As marcas, sinais e emblemas dessas duas frentes de ocupações ibéricas são residuais e repercutem muito nas práticas culturais de Bossoroca e no saber local. Ao longo de nossas observações, pesquisas e vivências pessoais, percebemos que se constituem referências históricas e culturais que precisam ser interpretadas e avaliadas para que cumpram seu papel na sociedade atual.

Oficialmente, o município de Bossoroca, apresenta-se como “*Buena Terra Missioneira*”, numa referência a seu passado missioneiro. No imaginário da população, essa expressão contém carga semântica que a define como terra e sociedade hospitaleiras, enfim como uma terra boa para nela viver e cujos nexos de prosperidade foram apropriados das heranças culturais ibéricas, naquilo que foi selecionado. A vontade política de que Bossoroca seja reconhecida por sua relação com a história das Missões e faça uso dela fica evidenciada na Lei Orgânica Municipal, cujo Artigo 4º dispõe “São símbolos do município de Bossoroca o brasão, a bandeira, o slogan - “*Buena Terra Missioneira*” e outros estabelecidos em Lei” (Lei

Orgânica Municipal - 2000).¹ O poder público, como ente de direito, está imbuído de capacidade legal para representar a vontade do todo. Nesse sentido, o percebemos como um importante condutor no processo de valorização patrimonial e na afirmação das identidades, pois é pela ênfase ao patrimônio histórico e cultural que se imprimem as formas de apresentação que baseiam os processos identitários regionais.

Apesar disso, muitas representações e símbolos que permanecem vivos na sociedade são facilmente identificados com o passado estancieiro do lugar. Nesse prisma, torna-se claro que não existe uma identidade cultural em Bossoroca, mas identidades que resultam do processo histórico e das negociações e/ou apropriações do passado histórico que foram se estabelecendo. Isso ocorre porque todo processo de construção de identidades é negociado e configura um hibridismo cultural, que se imprime pelas mesclas interculturais, ou seja, mistura de aspectos de uma cultura com outra(s), fazendo surgir o que Cancline (1997), Stuart Hall (1998) e Peter Burke (2006) referem como elemento híbrido².

Ao analisarmos as buscas empreendidas pelos bossoroquenses ao passado histórico, nem sempre elas se traduzem como negociações ou apropriações, mas como imposições. Buscamos em Burke a compreensão das formas pelas quais uma comunidade se apropria de vestígios e fragmentos do passado, tomando-os de empréstimos para interpretar o tempo presente, pois coube aos historiadores o papel crucial e relevante para assimilar e transferir de alguns momentos do passado histórico determinados signos, sinais, emblemas, códigos, os quais são ressignificados ao sabor do tempo presente³.

Neste ponto, torna-se imperativo vislumbrar e compreender os movimentos que levaram o município a direcionar-se para uma possibilidade de apresentação, ou seja, uma forma de apresentar-se, em detrimento de outra ou outras no momento de constituir uma identidade para se apresentar.

¹ O historiador Peter Burke em "**História e Teoria Social**" [São Paulo: Ed. UNESP, 2002] analisa a importância da incorporação de símbolos, bandeiras, brasões, hinos, decretos nas identidades locais, regionais e nacionais, os quais evidenciam "O poder da memória, da imaginação e dos símbolos – sobretudo a linguagem – na construção de comunidades" (BURKE, 2002, p. 85).

² Para Cancline (1997), elemento híbrido significa a relação de trocas entre as culturas que se estabelecem na dinâmica dos processos culturais, entre o tradicional e o moderno, num movimento de rupturas e permanências constante. HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 6 ed. Rio de Janeiro : DP&A editora, 1998, pp. 91-97.

³ BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. Tradução Leila Souza Mandes. São Leopoldo, Ed.unisinos, 2006, pp. 41-44.

As identidades são agregadas de acordo com as necessidades e possibilidades com que os grupos dotados de disposição e poder conseguem negociar/afirmar suas interpretações, imprimindo aspectos de determinada cultura para dar coesão a um grupo que se liga pela ideia de pertencimento. Sobre esta questão, Zygmund Bauman comenta que “a ideia de “identidade” nasceu da crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o “deve” e o “é” e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela ideia – recriar a realidade à semelhança da ideia” (BAUMAN, 2005, p. 26).

Nesse sentido, esse autor revê a questão do pertencimento e a forma como essa interpretação foi construída na gestação do Estado Moderno, a partir do século XVIII. Defende, então, que as identidades na atualidade são fluídas e que o mais significativo e importante é estar incluído, sentir-se incluído e ter a opção de estar incluído em grupos e redes sociais.

Assim, o debate sobre a identidade ocupa cada vez mais a centralidade nas ciências humanas e sociais, que têm, na argumentação de Stuart Hall (1998), a identidade como um problema ainda mais relevante num contexto em que as identidades não mais se referem a grupos fechados ou apenas a identidades étnicas. Num mundo instável - numa sociedade de risco (BECK, 2003), numa modernidade líquida (BAUMAN, 2001) – as identidades também se tornam instáveis. Deixam de ser determinadas por grupos específicos e também deixam de ser o foco de estabilidade do mundo social. As identidades tornam-se híbridas e deslocadas de um vínculo local. E isso significa também que são transformadas em tarefa individual, em um processo de construção incessante, e não mais de atribuição coletiva que implicava apenas certa conformação às normas sociais.

Por fim, Bauman assevera que identidade:

significa parecer ser diferente e, por essa diferença, singular – e assim a procura da identidade não pode deixar de dividir e separar, no entanto a vulnerabilidade das identidades individuais e a precariedade da solitária construção da identidade levam os construtores da identidade a procurar cabides em que possam, em conjunto, pendurar seus medos e ansiedades individualmente experimentados e depois disso, realizar ritos de exorcismo em companhia de outros indivíduos também assustados e ansiosos (BAUMAN, 2003, p.21).

Desse modo, conhecer o passado histórico de Bossoroca e a construção do seu patrimônio cultural requer pensar como se construíram na comunidade as identidades e as disputas entre os diferentes grupos e projetos identitários.

Trata-se, pois, de uma tarefa complexa perceber os diferentes momentos e níveis de pensamento em que as identidades locais e regionais foram construídas e articuladas, vinculadas ao todo. Trata-se de descobrir como as identidades em Bossoroca pensam o todo – no caso o missionarismo – e como esse todo inclui e pensa as identidades locais, revelando as continuidades, descontinuidades, permanências, rupturas e circularidades. Enfim, na questão da identidade, o patrimônio cultural é de fundamental importância para que a comunidade se sinta ou não incluída nas identidades missionárias e/ou estancieiras da região. Nessas disputas pelo passado e por sua hegemonização, foram priorizados o missionarismo e o estancieirismo em detrimento do imigratismo, do indigenismo e do afro-brasileirismo. Todavia, o patrimônio cultural de Bossoroca traduz o quanto as identidades são híbridas e deslocadas de um vínculo local, pois revelam nexos com a cultura regional, nacional e global.

Desse modo, conhecer o contexto histórico de Bossoroca, contemplar as cercas e mangueiras de pedra espalhadas pelo município, o “cemitério dos cativos”, as velhas casas que foram sede das primeiras fazendas com seus lugares reservados a negros ou peões, os signos e representações presentes na cultura de Bossoroca nos instiga a buscar compreender esses lugares, seus significados e suas projeções na comunidade e nas relações sociais estabelecidas, interpretando os significados que podem resultar disso e as formas como as identidades em Bossoroca são híbridas e como ultrapassam os vínculos meramente locais e atingem o todo, o mundo que o circunda.

A construção de sistemas de convivência em grupo que repercutem na forma e no modelo de ocupação espaço-temporal é inerente aos seres humanos. Assim, o que se tem hoje é o resultado da forma como os grupos presentes em determinado lugar se relacionaram e da interação desses seres com os lugares e objetos do seu entorno e também da forma como os que recebem esse legado o tratam no presente. Partindo dessa premissa, nos propomos a conhecer e interpretar a cultura e o patrimônio cultural do município de Bossoroca e a refletir sobre eles, com base no pressuposto de que os grupos sociais estabelecem sistemas de trocas culturais para que o processo cultural aconteça de forma dinâmica.

As impressões que temos dos lugares nos são possibilitadas pelo poder da memória, da imaginação e dos símbolos a partir de experiências próprias ou compartilhadas com o grupo social de que fazemos parte a partir do qual são construídas as representações.

Muitas recordações que incorporamos ao nosso passado não são nossas, nos foram relatadas por nossos parentes e depois lembradas por nós [...]. Com o correr do tempo, elas passam a ter uma história dentro da gente, acompanham nossa vida e são enriquecidas por experiências e embates.

[...]

[...] Muitas lembranças que relatamos como nossas, mergulham num passado anterior ao nosso nascimento e nos foram contadas tantas vezes que as incorporamos ao nosso cabedal (BOSI, 1983, p. 331-334).

Os recortes que fazemos do passado histórico são o resultado de nossas concepções de mundo, estabelecidas por nossas vivências e nossas experiências como sujeitos históricos, pois olhamos o mundo a partir do presente e selecionamos nossos objetos de acordo com nossa subjetividade.

Partimos em busca, não de respostas definitivas, mas da relativização dos fatos, percebendo novas possibilidades de raciocínio, o que traz muitas interrogações e coloca em questão o que já foi pensado e contado. Por meio de um olhar holístico, procuramos compreender as falas, as imagens, as representações e práticas sociais. Procuramos, enfim, compreender a cultura do lugar, empreendendo um diálogo entre a história e as disciplinas relacionadas.

No primeiro capítulo desta dissertação, apresentamos definições conceituais e históricas de cultura e patrimônio, visando compreender a complexa trama de relações de poder implicada na constituição da cultura e na definição do patrimônio cultural de um povo. Empreendemos esforços para delimitar nosso entendimento sobre conceitos complexos como cultura e patrimônio, focando nossas convicções em autores que representam referenciais para aportar nossas reflexões. Construimos, também, um panorama local, a fim de situar o leitor quanto ao universo histórico e cultural de Bossoroca.

No segundo capítulo, elaboramos uma análise contextual em que evidenciamos os espaços de memória do município de Bossoroca, pois estes traduzem muito da trajetória histórica e referem momentos específicos da história do município, que aparecem descritos no livro que apresentamos como produto e são

focados oficialmente como cartões postais, fazendo parte do site oficial do município (<http://www.bossoroca.rs.gov.br>).

Descritos esses espaços, no terceiro capítulo, investigamos tais lugares de memória, bem como algumas representações, signos e elementos da cultura local, as quais revelam alternância entre a cultura missioneira e a estancieira identificando a influência que o passado jesuítico-guarani e o passado estancieiro exercem na cultura do município, a ponto de ofuscar as outras mesclas culturais ou torná-las menos evidentes.

Com base nos dados coletados, fazemos um inventário dos mesmos, classificando-os conforme se revelam: oriundos da cultura missioneira⁴ e ou da estancieira⁵. Assim, procuramos interpretar o papel desempenhado por esses fatores na constituição da cultura e nos processos de construção de identidade local.

Avaliamos a forma como o patrimônio histórico e cultural vem sendo usado para imprimir a identidade missioneira de Bossoroca por meio de determinados elementos: a fazenda do sobrado, pressuposto material, na perspectiva de afirmá-lo como sítio arqueológico jesuítico-missioneiro; o nome de “*Buena Terra Missioneira*” como slogan que identifica e qualifica o município; valorização de artistas ligados à música conhecida como missioneira⁶ por ser executada por músicos dessa região e enfocando temas ligados ao passado e presente missioneiro, dentre outras, como

⁴ Cultura missioneira, neste contexto, refere-se à herança cultural do período em que as terras que hoje são Bossoroca faziam parte da experiência político-social desenvolvida pelos padres jesuítas em contato com os índios guaranis, entre o século 17 e 18. Na busca em reafirmar esse passado é que se faz referência a essa cultura missioneira.

⁵ Por cultura estancieira, entendemos o conjunto de manifestações e práticas culturais que dizem respeito ao período em que as terras que hoje são o município de Bossoroca foram ocupadas principalmente em função do processo de distribuição sesmarias pelo governo luso-português, a partir do início do século 19, o que será explicitado ao longo deste estudo.

⁶ De acordo com a POMMER: A música feita pelos artistas ditos missioneiros, como Cenair Maicá, Noel Guarany, Pedro Ortaça e Jorge Guedes, é composta para conter a ideia de um passado específico, que se torna referência para apresentação de um gaúcho também específico: o missioneiro. É a música que canta o passado das missões, procurando conectá-la ao presente por meio dos festivais em que aquele tempo passa a ser vivido como tradição missioneira (POMMER, 2006. p.179). Esses autores se apresentam e são reconhecidos pelo grande público como músicos missioneiros. De acordo com a autora, essa música nada tem a ver com a que se cantava nas Missões Jesuíticas, na qual a Missão de São Luiz foi importante foco de produção de instrumentos musicais.

Ceres Brum (BRUM, 2006, p. 367) diz que: “A música missioneira pode ser entendida como um gênero musical relacionado às Missões.”

*Ainda de acordo com o Artigo Científico de Tainá Valenzuela (2012): “**Hei de morrer cantando**”: A **Etnomusicalidade Missioneira e a música Nativista Rio-Grandense sobre as Missões.***

De acordo com a autora: “A Etnomusicalidade Missioneira do RS é a produção musical atual que trata de assuntos relativos à história dos 7 Povos das Missões e sua herança cultural. Esta produção é realizada por compositores com ligação direta com a Região Missioneira, seja por nascimento, parentesco, vivências e afins”.

parte de um movimento regional voltado a construir uma identidade regional baseada na afirmação do passado jesuítico-guarani. No entanto, nossa premissa está consubstanciada na questão das apropriações do passado histórico, quando determinados grupos retiram dele elementos considerados pertinentes e explicativos para o tempo presente, expressando a visão do grupo que está no poder. Nesse sentido, o uso de algumas apropriações faz parte das disputas do poder, pelo poder, de símbolos, sinais e emblemas.

Salientamos alguns aspectos da cultura local reveladores de traços marcantes da tradição estancieira em Bossoroca. Dentre esses traços, se destaca a disposição espacial da cidade que retrata a projeção das relações da vida rural com a vida no espaço urbano e tantas representações e símbolos latentes nas vivências cotidianas e na práxis social reveladores da cultura bossoroquense.

Com base nestas reflexões, constatamos o hibridismo cultural⁷ que se configura neste cenário, visto que, mesmo com a preponderância de aspectos da cultura estancieira e da grande vontade de afirmar Bossoroca como missioneira, existem outros elementos presentes na cultura do município. Embora influenciados pela grande preponderância dos primeiros, também eles devem ser levados em conta, pois fazem parte da dinâmica social e cultural.

Para identificar e compreender os vários aspectos do patrimônio cultural deste município, além de análise documental e pesquisas de campo, registramos as falas de alguns antigos moradores, a fim de buscar nelas subsídios para compreender a formação histórico-cultural daquela comuna.

Acreditamos que cada espaço, seja uma pequena comunidade ou uma metrópole, tem suas características retratadas nos seus prédios ou construções, nos saberes e fazeres dos moradores, nas comidas, nas roupas, em cada canto da cidade ou vilarejo, nas festas tradicionais, nos ritos religiosos, nos costumes cotidianos, nos seus lugares preservados, enfim, no jeito e no ritmo, próprios do lugar e decorrente das relações de poder estabelecidas com o tempo, resultando nas representações sociais e nas experiências comuns àquele grupo. Configura-se, assim, a memória coletiva, que dá suporte ao que compreendemos e reconhecemos como cultura.

⁷ Compreendemos hibridismo cultural como processo que se dá pela mescla de culturas que interagem e se complementam.

Em Bossoroca, município de aspectos peculiares, a relação do ser humano com a terra é ainda um fator muito forte, marcando as relações sociais e práticas culturais que se pautam no binômio proprietário ou não proprietário de terras. Essa é uma característica que mostra Bossoroca ainda muito ligada a seu passado estancieiro, quando a questão da terra define as condições sociais dos grupos que a compõem, ou seja, a terra é elemento definidor de poder. A economia do município está calcada no setor primário. As práticas econômicas do município estão priorizadas no setor primário, com criação de gado e agricultura extensiva. Embora a lavoura esteja em expansão, sem grandes perspectivas de agricultura familiar, as atividades pecuaristas são hegemônicas e o modo de ser pecuarista repercute em *status* e símbolo de valorização social, numa aproximação com o passado histórico estancieiro do século 19, quando as famílias estancieiras procuravam manter a atmosfera daquele período, com seus peões e agregados.

Geralmente as narrativas históricas sobre o lugar reconstroem as narrativas e os feitos de uma trajetória marcada por ações dos grandes fazendeiros, os estancieiros que ali se estabeleceram e passaram a ser donos de extensas propriedades, algumas das quais ainda mantêm em evidência a cultura material em suas sedes e instalações diversas. Essa cultura material se potencializa nas relações sociais que ainda refletem aspectos da relação de senhorio e clientelismo entre os estancieiros e seus serviçais.

Bossoroca é terra de coronéis, conhecida por muitos como “*terra do coronel João Dutra*”, interventor federal local, na época de instalação do município. Esse dirigente municipal foi nomeado pelo então Presidente da República, Humberto de Alencar Castelo Branco. Antes, em 1941, ocupara o cargo de subdelegado. Depois disso, alternadamente, esse político ocupou mais dois mandatos de prefeito, devido a sua influência sobre a população. Nos intervalos entre suas gestões, era substituído no poder por correligionários, o que confirmava sua influência. Acerca dessa postura, assim se expressa Valeriano Cruz, que escreve suas memórias sobre Bossoroca e encerra seu livro com o seguinte desejo para o município que ele diz estimar tanto: “É salutar que aconteçam, doravante, os revezamentos entre partidos, pois nestes aproximadamente 20 anos, dois homens, oriundos da mesma sigla, se alternaram no poder e por mais bem intencionados que fossem, esse comportamento político é indesejável” (CRUZ, posfácio, 1993).

Desse modo, evidencia-se outra característica forte desse município: o mandonismo e o autoritarismo político. Estes, muitas vezes, se materializam no clientelismo, pelo qual prestar favores e manter pessoas subordinadas ao governo constitui uma prática social vantajosa para manter o *status quo* vigente.

Bossoroca é também lugar de muitas lendas sobre escravos negros que, em geral, aparecem como figuras estimadas por seus donos, quase idealizadas, afastando o lado tenebroso da escravidão. Outras narrativas históricas, no entanto, revelam a dominação e violência a que eram submetidos. Nestas, no entanto, as personagens negras aparecem de forma velada, escondidas em conversas reservadas que não podem ser publicadas devido à busca do anonimato por parte de quem as conhece, pois podem causar “constrangimentos e comprometimentos desnecessários”⁸. De maneira geral, as narrativas históricas sobre indígenas, escravos afro-brasileiros, peões, aventureiros, pequenos lavradores, contrabandistas, mulheres e assentados, são silenciadas. Isso ocorre por serem muitas as invisibilidades culturais evidenciando o poder das elites locais em contar e reproduzir suas lembranças em detrimento às camadas socialmente menos favorecidas que têm as suas memórias recalçadas, reprimidas.

Nesta dissertação, procuramos enfocar e interpretar o cemitério dos cativos, um dos lugares da memória do município. O silenciamento cultural exemplifica as disputas em relação à memória e às formas como a comunidade reprime, recalca suas lembranças. Boa parte da população cultiva a representação do cotidiano dos estancieiros, em suas festas, seus mitos, lendas, mas esquece de dizer que, no passado, os estancieiros eram escravistas e se valiam do trabalho escravo para auferir suas riquezas e crescimento econômico. Quando se lembram dos escravos – se é que lembram – ressaltam a benignidade das famílias estancieiras para seus escravos e o sentimento de gratidão destes com seus senhores. Não mencionam, no entanto, as crueldades, as perversidades do trabalho árduo e injusto da escravidão. De maneira geral não reconhecem nem as dificuldades, os conflitos, as negociações entre escravos e estancieiros e, muito menos, a resistência à escravidão. A organização do cemitério de cativos não ocorreu sem resistência, negociação e luta social. Por isso, consideramos este lugar da memória como um

⁸ Nas entrevistas que fizemos ou em conversas informais são múltiplas as histórias de maus tratos a escravos ou descendentes, mas as pessoas não querem se comprometer ou se indispor com os parentes desses escravistas. Por isso, as narrativas são veladas e/ou incompletas.

dos tantos espaços emblemáticos de lembranças do passado histórico bossoroquense.

Bossoroca é também terra de Olívio Dutra⁹ e de Noel Guarany¹⁰ que, por suas ideologias, respectivamente no discurso e na música, representam símbolos da ruptura com a exclusão e o autoritarismo.

Os personagens destas histórias é que permitem que a cultura material, ou seja, os patrimônios, tenham significado e relevância para a dinâmica cultural do município. Revisitamos nosso passado na medida em que nos oportunizamos ou nos oportunizam a reflexão sobre o passado, sempre de acordo com nossas necessidades.

Portanto, essas características comuns, esse universo de símbolos, esses viveres partilhados e repassados ao longo de gerações, os lugares que suscitam memórias coletivas são o que percebemos como patrimônio cultural. O ser humano é, sob esse prisma, o centro dessa relação, eis que é dele que toda ação de preservação e valorização patrimonial deverá partir. É ele o ser privilegiado que produz cultura, que está no centro do processo histórico e da dinâmica cultural de um povo, sujeito de rupturas ou permanências e colaborador para que as mudanças ocorram ou impedindo-as de acontecer.

A fim de conhecer a história deste município, buscamos avaliar e compreender alguns documentos (entendendo como tal também os monumentos) que podem dar sustentação a nossa análise, partindo de pressupostos da Nova História. Nesse sentido, lembramos Le Goff quando afirma que “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 2003, p. 536).

Podemos ainda complementar nosso raciocínio com a interpretação de Roselene Pommer acerca dos monumentos quando esta assevera que: “[...] tomar monumentos por documentos é abordá-los sob a ótica de sua representação, libertando-os do dever de replicar o passado, buscando neles as relações do ontem com o hoje [...]” (POMMER, 2009, p. 36). Isso é compreender o contexto em que foram construídos, por quem o foram e os significados que carregam.

⁹ Ex-governador do Estado do Rio Grande do Sul pelo PT- Partido dos Trabalhadores (gestão 1999-2003).

¹⁰ Poeta e Payador, considerado um dos troncos do que muitos reconhecem como música missioneira.

Assim, buscamos interpretar o monumento não como testemunho fiel do passado, mas como algo que pode nos mostrar relatividades desse passado e interpretações daqueles que o produziram, compreendendo que os monumentos ou documentos são indiscutivelmente interpretações de um grupo acerca de um fato.

Este trabalho está, portanto, respaldado na pesquisa qualitativa, entendida como aquela capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, essas últimas tomadas, tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas (MINAYO, 2006, p. 23).

O passo inicial para a realização desta pesquisa foi coletar dados que possibilitassem conhecer, compreender, comparar e correlacionar informações acerca do patrimônio cultural e do uso que se faz dele.

É a partir dessa perspectiva que buscamos entender e relacionar o que se pode perceber como produto e produção cultural, já que os seres humanos produzem cultura, mas também são influenciados pelos aparatos culturais existentes, produzindo novos elementos ou reproduzindo os anteriores que são, então, incorporados ou adaptados. Nesse sentido, além dos lugares de memória, nos servimos de vários materiais como livros, folders, panfletos, catálogos, falas de antigos moradores, fotografias, e outros materiais, oficiais ou não que possam ser úteis para entendermos a cultura de Bossoroca e o que se afirma dessa cultura a fim de imprimir a identidade ou as identidades do município.

Como subsídio para conhecimento de muitos aspectos sobre a história local, nos servimos de dois livros produzidos por autores locais e que trazem narrativas interessantes e curiosas acerca do município.

O livro, intitulado *Pioneiros de Bossoroca*, editado pela editora UNIJUÍ, em 1992, de autoria de Ilvo Jorge Berthen Fialho é o resultado de uma interessante pesquisa cartorial realizada pelo autor, na qual traça um organograma com as principais famílias que ocuparam as terras que hoje fazem parte do município, a partir da tomada das missões pelo governo português. Retrata, ainda, alguns costumes e curiosidades da época da ocupação luso-portuguesa relacionando-os a algumas famílias ou genericamente.

Outra obra utilizada como referência para o estudo da história local é *História e Memórias de Bossoroca – Retrato de uma época*, de Valeriano Cruz, reconhecido como contador de histórias do local. Mesmo sem ter sido historiador, pretendeu

reunir as memórias do município. Dizia que Bossoroca guardava muitos vestígios do tempo em que os guaranis e os jesuítas habitavam o território regional. Seu livro apresenta ainda lembranças diversas sobre pessoas e fatos que fazem parte do passado mais recente dessa municipalidade.

Para que se possa refletir acerca do patrimônio cultural do município de Bossoroca, é necessário compreender as dimensões e imbricações inseridas nas questões patrimoniais, visto que lidar com elas é ainda hoje pisar em terreno de discussões e disputas pelo poder de nomear, ou seja, pelo poder de dizer, de imprimir valores, condição básica para legitimar e evidenciar o que deve ou não ser valorizado.

Analisando as definições de Patrimônio Cultural, também se torna coerente racionalizar acerca das relações de poder que, ao longo do processo histórico, foram se estabelecendo bem como sobre as representações e símbolos presentes na sociedade, forjando a identidade ou identidades do lugar e capazes de manter as estruturas sociais existentes.

A educação patrimonial tem um caráter importante em cada comunidade, visto que pode ser o pressuposto para novos entendimentos e considerações sobre o papel que cada pessoa ocupa na sociedade onde vive. Abre, assim, novas perspectivas de interpretação do patrimônio, material ou imaterial existente e de relacionamento com ele. A pesquisa ora apresentada propõe a elaboração de um material impresso para subsidiar o trabalho pedagógico dirigido às novas gerações, especialmente do Ensino Fundamental, quando o conteúdo programático prevê o estudo da história do município.

Desse modo, o produto que apresentamos surge de nossa percepção acerca da carência de material didático específico sobre a história de Bossoroca.

A ideia da confecção desse material surgiu das muitas vezes que, em reuniões de professores, constatamos a necessidade de um acervo que contemplasse a história do município e oportunizasse a superação do uso de materiais diversos e nem sempre de fontes confiáveis para relatar os episódios históricos, lugares de memória e as personalidades marcantes, aspectos que configuram o cenário cultural de Bossoroca. Trabalhar a história e a cultura do município de forma lúdica e numa linguagem facilitada poderá aproximar o aluno do conhecimento e envolvê-lo nas questões que repercutem em sua prática de futuros cidadãos, sujeitos de sua própria história.

Assim, um dos principais objetivos do referido livro é possibilitar a apropriação, pelas crianças e jovens, do patrimônio histórico e cultural de Bossoroca, ao proporcionar, por meio do conhecimento e do diálogo com professores e colegas, a construção de suas próprias interpretações acerca desse patrimônio e dessa história. Assim, poderão buscar novas formas de pensar a cultura existente e compreender suas estruturas materiais e seus sistemas simbólicos, a partir da constatação de que também são sujeito histórico e participante do processo de constituição da história e da cultura local, capaz, portanto, de interferir no contexto.

1 DEFINIÇÕES CONCEITUAIS E HISTÓRICAS

Neste primeiro capítulo, procuramos estabelecer os vínculos que perpassam as relações estabelecidas entre as questões patrimoniais e os processos que estas empreendem na constituição da cultura.

Pensar acerca do Patrimônio Cultural de determinada sociedade requer, em primeira instância, a definição clara dos conceitos imbricados nessa questão. Torna-se indispensável primeiramente esclarecer o que se reconhece por Patrimônio Cultural. Isso implica, necessariamente, elucidar os significados de cultura com que operamos, pois falar em patrimônio cultural é falar em cultura. Portanto, os termos patrimônio cultural e cultura são essenciais ao desenvolvimento de nossa pesquisa e, como tal, precisam de uma definição teórica que permita guiar nosso raciocínio.

Trata-se aqui de termos complexos e que suscitam diversidade de entendimentos, motivo pelo qual buscamos conceitos coerentes com o enfoque crítico que pretendemos utilizar ao longo da análise.

1.1 Patrimônio Cultural e Cultura

Ao buscarmos tais definições e conceitos, pretendemos situar nosso entendimento a fim de localizar o que consideramos patrimônio cultural e cultura focando-o nos aspectos considerados elementares para nossas reflexões.

Apoiamos nossas considerações em autores que dão sustentação ao entendimento acerca das questões patrimoniais e culturais.

Definir cultura constitui-se tarefa difícil, uma vez que o termo é polissêmico e possui várias acepções. No senso comum, cultura pode indicar conhecimento, crenças, arte, moral, lei, desenvolvimento, educação, bons costumes, etiqueta e comportamentos de elite. Além disso, cabe considerar a distinção entre cultura erudita e popular o que demonstra a hierarquização da cultura, colocando em destaque as produções da elite, em detrimento das produções populares, marcas deixadas pelos valores ocidentais.

Em busca dos significados originais de cultura, Hannah Arendt (1972) lembra que o termo é de origem romana e origina-se de “*colere*” que designa a ação de cultivar, habitar, tomar conta, criar e preservar; relacionando-se diretamente ao trato

do homem com a natureza, a fim de que se possa integrar a ela adequando-a com cuidado, preservando-a. Pode significar o culto aos deuses e o cuidado com o que pertence a eles.

De acordo com Arendt (ARENDR, 1972, p. 236), foram os romanos, povo basicamente agricultor, que fizeram primeiramente uso do termo o que não o liga primitivamente a ideia das grandes artes, que faziam parte do cotidiano grego. Segundo essa autora:

O motivo por que não há nenhum equivalente grego para o conceito romano de cultura repousa na prevalência das artes de fabricação na civilização grega. Ao passo que os romanos tendiam a enxergar mesmo na arte uma espécie de agricultura, de cultivo da natureza, os gregos tendiam a considerar mesmo a agricultura como parte integrante da fabricação, incluída entre os artificios técnicos arditos e hábeis com que o homem, mais imponente do que tudo que existe, doma e regra a natureza (ARENDR, 1972, p. 236)

Arendt esclarece que os gregos foram responsáveis pelo sentido de cultura ligado à conotação de arte, de apreciação e de exercício do gosto e do julgamento. Para Arendt, as obras de arte são feitas para o fim único do aparecimento. O critério para julgar aparências é a beleza. Para julgar se algo é belo, o homem precisa estar livre de preocupações, interesses e anseios, para não usurpar o que admira, deixando-o ser como é em sua aparência. Tal atitude de alegria desinteressada só pode ser vivida quando, liberados das necessidades de vida, os homens possam estar livres para o mundo. Essa mesma intelectual pontua que “cultura e arte não são a mesma coisa” (ARENDR, 1972, p. 268).

Dessa forma, podemos considerar a cultura como o conjunto de arranjos, que o ser humano faz para se abrigar e sobreviver, engendrando um mundo, transformando a paisagem natural em paisagem cultural. Assim, temos cultura quando as coisas fabricadas pelos indivíduos têm durabilidade suficiente para constituir um espaço de pertencimento, existindo independentemente de todas as referências utilitárias e funcionais e cuja qualidade continua sempre a mesma (ARENDR, 1972, p. 263).

Complementando essas reflexões sobre cultura, Sandra Jatahy Pesavento (2005) nos orienta a perceber a cultura como uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica. Assim, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de

forma cifrada, portanto, já com um significado e uma apreciação valorativa, o que torna possível um novo olhar sobre a forma de trabalhar e conceber a história, voltada a perceber cultura como “viés que conduz”.

Ao abordar a questão cultural, não podemos partir de uma visão linear e simplista. É preciso conceber que os seres humanos, produtos e produtores de cultura, estão inseridos em modos complexos de vida, trabalho e linguagem.

Foucault (FOUCAULT, 1981, p. 365) alerta que não podemos isolar o sujeito de seu contexto de inserção, mas, ao contrário, analisá-lo desde sua realidade e para além dos aspectos meramente biológicos ou da economia. Como preconiza Foucault, em relação às ciências humanas, é necessário analisar o ser humano enquanto “ser vivo que, do interior da vida à qual pertence inteiramente e pela qual é atravessado em todo o seu ser, constitui representações graças às quais ele vive e a partir das quais detém esta estranha capacidade de poder se representar justamente a vida” (FOUCAULT, 1981, p. 369-372). Trata-se, pois, de uma análise do homem, não daquilo que ele é por natureza, mas do homem em sua complexidade (ser que vive, trabalha, fala) e o que permite a esse mesmo ser saber (ou buscar saber) o que é a vida. O ser humano é tomado como “objeto no campo da finitude, da relatividade, da perspectiva – no campo da erosão indefinida do tempo” (FOUCAULT, 1981, p. 369-372).

A cultura de um grupo contém uma grande parte de processos inconscientes, que se estabelecem de forma rotineira e vão inculcando significados aos fazeres e saberes, sendo repassados pelas gerações. Tais aspectos referem-se a processos psicológicos e subjetivos que constituem o universo simbólico do grupo.

Assim, não há como falar em cultura num sentido único, mas em culturas híbridas, conceito explicado por Cancline (1997) como o processo de interação entre culturas. Reconhecemos e afirmamos o entendimento da pluralidade dos processos culturais, pela evidência de que, mesmo entre pequenos grupos, as individualidades evidenciam a diversidade de aspectos que ora estão conexos, ora não. É importante, neste ponto, perceber como a história mostra que somos híbridos por natureza, pois sempre houve trocas entre os grupos humanos.

Evidencia-se, desse modo, a mescla de culturas em Bossoroca, pois vislumbramos, além do índio Guarani, elemento nativo do processo de ocupação, também o espanhol, o luso-português e seus seguidores, e o elemento que se reconhece em Bossoroca como “gringos”, ou seja, descendentes de alemães,

italianos, poloneses e outros que vieram já na segunda metade do século dezenove. Alguns aspectos, no entanto, revelam-se preponderantes sobre outros, como os chamados *gringos* que, mesmo não exercendo atividade ligada à pecuária, ao se verem proprietários de terras, assumem a postura dos estancieiros de outrora.

A sistemática de organização espaço-temporal de um grupo humano é um dos aspectos reveladores de sua cultura. Ao se repetirem, ao longo do processo existencial, deixam seus significados nos outros membros do grupo e inculcam-lhes a reprodução de práticas, crenças e modos de relacionamentos. Enfim, formas importantes até mesmo na definição de práticas que dizem respeito às necessidades biológicas são influenciadas pelo aspecto cultural do grupo refletindo-se nos comportamentos sociais, no gosto musical, nas questões ligadas à sexualidade, no padrão alimentar e em muitos outros aspectos ligados à subjetividade e afetividade (geralmente processos inconscientes). Além disso, essas formas interferem no cotidiano do grupo, que, à medida que se relaciona com outros indivíduos e grupos, realiza trocas e negociações.

O modo como se estabelecem essas trocas culturais e o produto das mesmas é definido por Ginzburg como “circularidade entre as culturas”, quando analisa em *O Queijo e os Vermes* a forma como o moleiro Menocchio, oriundo da classe subalterna, estabelece vínculos culturais com a cultura dominante. Muitas vezes, em Bossoroca ficam evidentes inter-relações em que as trocas se configuram de tal modo que a lógica social de um grupo é alcançada, incorporada e reproduzida por diferentes grupos, que passam, então, a assumir determinadas posturas (poses, gestos e discursos, inclusive por grupos que não são ligados a esse passado histórico), num autêntico exercício de circularidade de culturas.

As reflexões sobre cultura nos conduzem a problematizar como é constituído o patrimônio cultural de uma sociedade, o que nos remete às discussões e disputas que se travam em torno do que é e da forma como são direcionadas as questões relacionadas aos encaminhamentos dados às ações patrimoniais, ou seja, o que se compreende como patrimônio.

Etimologicamente, o termo patrimônio foi formulado pelos greco-romanos para referir a herança que passava de pai para filho, de geração em geração, demonstrando claramente a intenção de entregar um bem para outra geração. No Direito romano, o patrimônio estava diretamente ligado à propriedade de bens materiais.

Com o passar do tempo, o termo foi sendo ressignificado e passou também a designar o legado cultural passível de ser deixado para as futuras gerações.

A Organização das Nações Unidas – através da UNESCO (1972), organismo internacional criado após a Segunda Guerra Mundial, criou mecanismos para eleger e salvaguardar bens que são referências para a humanidade no campo cultural e ambiental, influenciando movimentos internos de preservação patrimonial. De acordo com ela, Patrimônio é:

o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade, sendo de fundamental importância para a memória, a criatividade dos povos e a riqueza das culturas. (Declaração da UNESCO 1972)

Ficam evidenciados, assim, alguns aspectos que se relacionam diretamente com nosso trabalho: a relação com a ideia de herança que passa de uma geração para outra; a função do patrimônio como formador da identidade de um povo e sua ligação com a articulação da memória social.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 define como patrimônio os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente, ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. E prevê que o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação, sendo enfático ao declarar tal abrangência, o que se pode perceber no artigo 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I- as formas de expressão;

II- os modos de criar, fazer e viver;

III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V- conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.

O que a lei estabelece como patrimônio no Brasil é resultado do movimento surgido na década de 30, cujo expoente maior é o poeta Mário de Andrade, e o anteprojeto de Lei que deu origem ao SPHAN¹¹, redigido por ele. Apesar de o projeto original ter sofrido consideráveis alterações, no sentido de que se buscava naquele momento a construção de uma identidade nacional pautada na homogeneidade (Estado Novo), e essa ideia afastava a pluralidade percebida por Mário de Andrade, os fundamentos básicos foram mantidos e servem de fomento para reflexões que pautam as discussões atuais em torno do patrimônio cultural. Esse estudo aponta o poeta Mário de Andrade e suas ideias como referência para as questões patrimoniais.

Como ator político, preocupou-se sempre em dar sustentação à vida cultural do país, em analisar cuidadosamente a diversidade nacional, em instrumentalizar os jovens intelectuais e finalmente em incorporar o Brasil no fluxo da civilização contemporânea (CHAGAS, 2002, p. 211).

De acordo com Chagas (CHAGAS, 2002, p. 211), as considerações de Mário de Andrade acerca da pluralidade cultural do Brasil trazem à baila discussões que ainda hoje são atuais e assumem caráter cada vez mais palpável fazendo pensar sobre as manifestações culturais produzidas ou referidas pela massa social e não apenas por uma elite, o que foi imperativo ao longo da história no Brasil. Ainda de acordo com o autor, as percepções de Mário de Andrade tornam-se atuais e recorrentes quando se analisam assuntos referentes a patrimônio.

As análises e considerações acerca do patrimônio cultural, elaboradas por Chagas (CHAGAS, 2002, p. 17) exaltam transitoriedade e relatividade notadamente quando este afirma:

O patrimônio cultural se constitui a partir da atribuição de valores, funções e significados aos elementos que o compõem... Construção que resulta de um processo de atribuição de significados e sentidos permite avançar em sua dimensão política, econômica e social, permite compreendê-lo como espaço de disputas e luta, como campo discursivo sujeito aos mais diferentes usos e submetido aos mais diferentes interesses (CHAGAS, 2002, p. 17).

¹¹ [Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional](#) - Serviço Público dedicado à preservação do patrimônio histórico brasileiro e que mais tarde passa a ser denominado IPHAN. O SPHAN foi a primeira instituição de proteção e de preservação do patrimônio criada no continente (GIOVANAZ, p. 209).

De acordo com os registros de Cancline (CANCLINE,1994, p. 99), o patrimônio cultural é aquilo que um grupo social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos. No caso de Bossoroca, é pertinente ressaltar o fato de que esse município se apresenta como missioneiro, buscando muitos elementos do seu passado, embora as relações sociais estejam calcadas em elementos da cultura estancieira.

Há que se registrar, para tanto, que o conceito de patrimônio é ainda terreno em construção, palco de discussões e disputas, visto que as ações patrimoniais encerram um leque muito grande de possibilidades e é partindo dessa premissa que analisamos o patrimônio e as relações de poder diretamente relacionadas às questões patrimoniais.

1.2 Patrimônio e Relações de Poder

Consideramos que todas as questões relacionadas ao patrimônio cultural de uma sociedade são permeadas pelas relações de poder que influenciam o direcionamento e a dimensão que estas ocupam na sociedade em questão.

Discutir o patrimônio cultural pelo viés das relações de poder exige que pensemos na configuração de tais relações. Foucault (FOUCAULT, 2005, p. 148) contribui nesse sentido, ao apresentar a concepção de uma “mecânica do poder”, segundo a qual um poder [...] que correria ao longo de toda a rede social, agiria em cada um de seus pontos, e terminaria não sendo mais percebido como poder de alguns sobre alguns, mas como reação imediata de todos em relação a cada um (FOUCAULT, 2005, p. 107).

Trata-se de uma dinâmica de fazer com que as pessoas cumpram seus papéis dentro de uma estrutura social, como se esta fosse uma engrenagem e cada um estivesse condicionado a fazer o determinado, sem questionar ou se contrapor, visto que não é coagido. Acontece como se fosse natural, no entanto, não o é.

Para Foucault, o poder é múltiplo, automático e anônimo. Logo, não pode ser considerado como uma propriedade, como uma “coisa”. Seu funcionamento articula-se como “uma rede de relações de alto a baixo, mas também até certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede ‘sustenta’ o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados” (FOUCAULT, 2005, p. 107).

O poder deve, então, ser percebido como uma rede, como uma trama de relações que se estabelecem socialmente e acabam por naturalizar determinadas posições e formas de ação. Silva (SILVA, 2007, p. 21) lembra que são as diversas circunstâncias cotidianas, com suas surpresas e eventualidades, que contribuem para o desencadeamento de práticas, não menos variáveis, de relações de poder.

O cotidiano social, de acordo com Fonseca (FONSECA, 1995, p. 131), não é concebido a partir de direcionamentos de indivíduos ou grupos dominantes que perturbam, obscurecem e velam as condições de existência de modo a fazer valer as relações de dominação do poder. Trata-se, pois, de enfatizar as condições de possibilidade, a transitoriedade do poder, a lógica circunstancial que o caracteriza como uma instância cortada por redes que interferem, ininterruptamente, na construção da identidade que cada “indivíduo” entende como própria.

Para Silva (SILVA, 2007, p. 21-22), os “indivíduos” tornaram-se sujeitos sociais, e, conseqüentemente, longe de possuírem total consciência de seus atos, encontram-se contidos por uma lógica de poder e de saber que tanto os obriga a obedecer quanto, em concomitância, estimula-os a que participem sob a forma de vigilantes. Em grande parte, são processos subjetivos e inconscientes que regem essas relações.

Pelos distintos modos de sujeição, os indivíduos farão diferentes escolhas diante da obrigação que a sociedade lhes impõe de agir de determinada forma, em função de preceitos definidos. Dito de outro modo, pelas tramas das relações de poder, pelos modos de sujeição, os indivíduos passarão a agir em conformidade com padrões que lhe são impostos, de forma clara ou velada, pelos sistemas de poder vigentes nessa sociedade.

Isso se aplica à questão do patrimônio cultural, posto que há, indiscutivelmente, uma intenção política em cada ação de preservar ou não um patrimônio, de reconhecer como tal uma ou outra edificação ou manifestação cultural. Não existe neutralidade nas ações preservacionistas. Guarda-se ou não de acordo com o interesse que se tem.

Chagas alerta para o fato de que:

Preservar e destruir, musealizar e não-musealizar, memorizar e esquecer formam pares bailarinos desenhando no tempo e no espaço uma coreografia esquisita, ao som de uma música que soa, ora muito familiar, ora muito estranha. Não é fácil identificar quem puxa a dança. Os bailarinos

frequentemente se confundem. Para além da metáfora, interessa compreender que preservar e destruir, musealizar e não-musealizar, memorizar e não memorizar não constituem fins em si mesmos [...] todas as ações de preservação, musealização e memorização estão a serviço de determinados sujeitos, o que equivale a dizer que elas ocorrem como um ato de vontade, como um ato de poder (CHAGAS, 2002, p. 18).

Seguramente são as relações de poder estabelecidas na sociedade que definem o que se guarda ou se deixa de lado ou encoberto, caracterizando o ato de guardar ou não como um ato político, uma escolha, que repercute na manutenção ou não de determinados aspectos dessa sociedade. É, em grande parte, a partir daí que se estabelecem os modelos sociais e a necessidade de conformar todos os entes sociais em um arranjo que parece ser concebido naturalmente, mas que, na verdade, é articulado pelas classes que detêm o poder na estrutura social. O poder estrutura-se por meio de símbolos e representações que perpassam gerações e podem ser traduzidas em aspectos culturais.

Segundo Bourdieu (BORDIEU, 1998, p.10), os símbolos tornam possível o *consensus* acerca do mundo social que contribui fundamentalmente para a produção da ordem social. Tais símbolos e representações servem como sustentáculo subjetivo para a vida em sociedade e são pilstras que preconizam os sentimentos de pertencimento a determinado modelo social, tornando viáveis ou não alguns comportamentos, de acordo com a estrutura social vigente.

Em Bossoroca, existe uma busca permanente por legitimar determinados signos da cultura local, o que, necessariamente, se faz em detrimento de outros, evidenciando a disputa em torno dos símbolos que, por sua vez, servem para estabelecer o poder. Isso vem ao encontro da análise de Bourdieu quando avalia os sistemas simbólicos presentes na sociedade:

Enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento é que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, para a domesticação dos dominados (BORDIEU, 1998, p. 11).

O simples ato de preservar não garante que isso se reverterá em ação de valorização de determinado grupo, visto que o mesmo objeto pode ser usado para construção ou desconstrução de valores e imagens, como aponta Chagas, ao comentar acerca da ação de preservar ou não determinado patrimônio e se

posiciona a respeito disso dizendo que “... é como se esquecer e perder constituíssem males absolutos, e os seus opostos, supremos bens; como se os esquecimentos e as perdas não pudessem abrir portas e janelas...” (CHAGAS, 2002, p. 18)

É muito interessante perceber que a forma de circulação das ideias na sociedade operacionaliza a permanência das mentalidades que servem para reproduzir a lógica social estabelecida.

O fato de que muitas vezes a ausência não traz necessariamente o esquecimento e, em contraponto, nem sempre torna significativa a presença é elucidado nas palavras de Chagas, quando ele argumenta dizendo: “como se a preservação e a memória não pudessem ser manipuladas e como se os indivíduos e grupos não pudessem também ser construídos tanto pela presença como pela ausência” (CHAGAS, 2002, p. 18). Muitos aspectos culturais, deixados de lado, ou não colocados em evidência, passam despercebidos. Não sendo discutidos, continuam produzindo falas e discursos que não contemplam todos os sujeitos históricos e criam situações em que muitos não se reconhecem dentro do processo histórico, o que implica um sentimento de exclusão social.

No entanto, há que se atentar para o fato de que nem sempre a ação de deixar desaparecer, de apagar, de esquecer é prejudicial para todos. Depende sempre do quê se quer apagar e a quem isso interessa. Neste ponto, convém lembrar que o desaparecimento ou esquecimento de um aspecto pode ser revelador de outro que estava despercebido, ofuscado ou encoberto pela efervescência de um sobre o outro.

A questão está, então, no que fazer com o bem preservado, no olhar que se pode lançar sobre ele, nas leituras possíveis, principalmente, em interpretar a repercussão que esse bem preservado ou as memórias sociais ativadas e afirmadas nos processos de identidade local podem ter no presente. Uma intervenção ou ação patrimonial tem em si um leque muito grande de possibilidades.

Nessas possibilidades repousa o grande potencial que os projetos patrimoniais apresentam como forma de contribuir para ações de construção de cidadania e reconstrução social. Por isso, é importante perceber o que é referido ou aquilo que se deixa de lado no momento de afirmar a identidade ou as identidades de um lugar. O comprometimento com as questões sociais torna-se revelador, visto que o patrimônio cultural é potencialmente um instrumento capaz de interferir na

estrutura social, pois permite que, a partir desses processos, se possam afirmar determinados elementos como legítimos, desenvolvendo novos sentidos de valores subjetivos, interferindo nas estruturas de poder, que possibilitam participação social efetiva.

É essa engrenagem subjetiva, que, às vezes, se reveste de materialidade e transmite a ideia de que não há intencionalidade nas ações patrimoniais, como se elas acontecessem por acaso, o que relacionamos com a abordagem de Bordieu acerca do poder simbólico:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BORDIEU, 1998 p. 14).

Nessa percepção, o ato de preservar é uma ação política. Assim, torna-se relevante o fato de se perceber a ideologia do agente ou grupo que preserva. Há que se perceber quem faz (agente social) e para quem se faz e, ainda, a título de que se faz, a fim de que se possa compreender a coerência das ações desenvolvidas. Neste ponto, convém lembrar o que nos diz Canclini “Como espaço de disputa econômica, política e simbólica, o patrimônio está atravessado pela ação de três tipos de agentes: o setor privado, o Estado e os movimentos sociais. As contradições no uso do patrimônio têm a forma que assume a interação entre estes setores em cada período” (CANCLINI, 1994, p.100).

Temos em vista que o modo como se faz uso do passado, ou seja, o que se diz ou não sobre esse passado faz parte dessa relação de operacionalização de relações que se estabelecem por meio do universo simbólico, o que Bordieu reconhece como poder de nomear, ou seja, aquele que “detém os agentes que realizam o ato de imposição simbólica, tendo a seu favor toda a força do coletivo [...]” (BORDIEU, 1998, p. 146). Convém lembrar a maneira como os grupos, imbuídos da possibilidade de contar a história, de dizer as coisas e afirmar ícones culturais, apresentam poder de influência no sentido de determinar valores e padrões de comportamento à sociedade, sem, no entanto, usarem de coação ou imposição física. Esses são aspectos que podem ser evidenciados, exemplificados, percebidos, mas que não estão oficializados, nem são registrados.

Compreender as estruturas que mantêm uma sociedade funcionando de uma forma ou de outra significa interpretar os efeitos que as representações podem produzir ou produzem, o que constitui a nossa busca quando temos a pretensão de entender e avaliar como se constitui o patrimônio cultural de Bossoroca e como se faz uso desse patrimônio.

1.3 A Relevância do Patrimônio para a Comunidade

A lógica da Era da globalização, que tende a homogeneizar as sociedades modernas desconsiderando-as enquanto grupos distintos faz surgir entre elas a necessidade de algo que as torne diferentes das outras. Assim, esses grupos colocam a parte diante do todo, e fazem com que as comunidades (imaginadas ou não) tenham como base de apoio um conjunto de referências, que as coloque em oposição a esse todo homogeneizante. Neste ponto, o seu patrimônio cultural, por meio de seu passado vivido ou inventado, surge como grande potencial para afirmar sua marca de diferenciação diante do outro em relação ao todo, constituindo sua identidade coletiva e dando coesão ao grupo por meio do sentimento de pertença aos valores negociados ou incorporados pelo grupo.

Nesse sentido, procuramos interpretar o patrimônio histórico e cultural da Bossoroca, recuperando as confluências em que se formaram as questões mais evidentes dessa herança. Assim, dialogamos com Tania Navarro Swain quando fazemos uma releitura desse tema:

A releitura das fontes utilizadas nas narrativas históricas bem como a crítica à historiografia são imprescindíveis para que surjam as múltiplas realidades, os agenciamentos sociais plurais, que ficaram ocultos no fazer histórico tradicional. O que a história não diz não existiu, pois o sistema de interpretações que decide sobre aquilo que é relevante para a análise histórica fica oculto nas dobras das narrativas (SWAIN, 2008, p. 28).

Sob este prisma, buscamos a releitura do passado histórico de Bossoroca à luz do seu patrimônio cultural, enquanto herança dinâmica da sociedade do passado. É necessário rever não só as narrativas que se produziram sobre a construção desse patrimônio, mas suas concepções e leituras possíveis de mundo no momento em que foram construídas e para quais fins e sob quais intenções os eventos e os patrimônios foram recuperados.

Em Bossoroca, é possível constatar uma busca permanente por legitimar determinados aspectos históricos, afirmando símbolos e elementos que revelam a busca de uma identidade missioneira. Podemos perceber, no entanto, que algumas relações sociais estabelecidas ou representações latentes do passado não são reveladas nos processos de afirmação de identidades. Isso constitui um fato peculiar no momento em que percebemos que, nesse município, se busca afirmar a identidade missioneira, revelando as ligações com um passado que está morto, já que o latente nas relações sociais são os legados da cultura estancieira, configurados em um modelo social excludente, patriarcal e com fortes ligações com o passado escravocrata.

O que faz Bossoroca buscar sua afirmação como missioneira e deixar de lado os aspectos tão nítidos da cultura estancieira, intensamente presentes no seu cotidiano?

Perceber o patrimônio cultural que um município ou uma cidade abriga é perceber suas raízes. É exatamente isso que abre caminhos para compreender as estruturas próprias que determinada sociedade encontrou ao longo do tempo para “acomodar” seus entes sociais, servindo-se de símbolos e representações invisíveis num primeiro olhar e que dão sustentação para o estabelecimento do modelo social instaurado. Essas representações sociais geralmente fazem parte do cotidiano das pessoas e se tornam tão presentes que são imperceptíveis ao grupo nos seus movimentos rotineiros, mas altamente reveladores, quando avaliados com o distanciamento necessário.

O reconhecimento de suas origens é o entendimento das relações que se estabeleceram no decorrer do tempo e significam a possibilidade de desenvolvimento da cidadania por meio do sentimento de pertencimento ao lugar e a partir da percepção de que se faz parte daquela história. É, portanto, o sujeito histórico que pode contribuir para manter ou transformar realidades, inserindo-se ou não como partícipe no processo histórico.

As representações que acompanham um patrimônio precisam ser identificadas, resguardadas e respeitadas, pois as comunidades que se reconhecem em determinado patrimônio vêm nele o vínculo com o passado delas. Daí a relevância de interpretar o que os grupos envolvidos trocam com os seus ícones históricos, para que esse conhecimento e essas trocas possam gerar qualidade de vida e disposição para suprir necessidades oriundas de um passado de exclusão.

Um patrimônio no qual a comunidade se reconhece pode contribuir para a legitimação de grupos que, por um passado histórico elitista e autoritário, foram dela excluídos. Nessa relação dos historiadores com as narrativas que legitimam as histórias das elites e constroem formas patriarcais de compreender, perceber e interpretar o mundo, Tânia Swain observa as diferentes formas de exclusões, entre as quais a dos gêneros. Ela esclarece que a compreensão do passado histórico sempre reflete uma interpretação sobre o patriarcado. Segundo essa autora, esse “sistema de dominação que cria e confere aos homens poderes sobre as mulheres, é também dotado de uma historicidade incontornável e considerá-lo permanente ao longo do tempo é aderir a um sistema interpretativo de crenças e valores, cuja força reside em sua própria repetição” (SWAIN, 2008, p. 31).

Afirmar esses símbolos e as representações que carregam, trazendo novos elementos, para que tais grupos possam se colocar como sujeitos, fortalecidos pela ideia que essa referência comum evoca, posicionando-se frente a frente com outros grupos não mais como submissos, mas sob a premissa da diversidade, talvez seja a mais significativa possibilidade dos patrimônios culturais.

A educação patrimonial é a ferramenta para instalar e incrementar essa possibilidade. É, afinal, a partir do conhecimento do processo histórico que se pode raciocinar e questionar acerca do presente. E é a partir desse pressuposto que direcionamos a elaboração do nosso produto, voltado para a prática da educação patrimonial, acreditando que um livro direcionado ao público infantil pode resultar em grande potencial de desenvolvimento para os que fizerem uso do material, suscitando novas interpretações e entendimentos.

A partir desse juízo, é possível se romperem as amarras existentes, pois o conhecimento e o entendimento dos processos de formação da identidade podem servir como base para reflexões acerca da realidade existente. Configuram-se, assim, novas perspectivas de compreensão do passado e de relacionamento com ele e com as estruturas resultantes do processo histórico. Isso ocorre por compreender a necessidade de interpretar o passado a partir das condições do presente.

O material didático de Educação Patrimonial direcionado aos alunos e alunas dos anos iniciais da Educação Básica constitui excelente possibilidade de aproximação entre a comunidade e o patrimônio histórico e cultural do município. Institui-se, assim, importante diálogo entre a comunidade e a história do município,

visto que abre espaço para novas interpretações relativizando alguns aspectos e entendimentos. Subsídios que registrem dados sobre os patrimônios locais são imprescindíveis para o uso de práticas pedagógicas sobre a história local e para que as novas gerações se posicionem diante dela e se percebam como integrantes desse espaço e dessa história.

1.4 A Formação Histórica de Bossoroca

O município de Bossoroca (RS) está inserido no espaço das Antigas Reduções Jesuíticas. Localizado no noroeste do Rio Grande do Sul, microrregião de Santo Ângelo, na região que atualmente se apresenta como Missioneira¹², situa-se entre os municípios de São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, Santo Antônio das Missões e Santiago, fazendo agora divisa também com os municípios recém-emancipados de Capão do Cipó e Itacurubi.

¹² Essa denominação não existe oficialmente, mas de fato ela está estabelecida, visto que tais municípios a utilizam em documentos e há um vasto reconhecimento de que a região missioneira é aquela onde estão os municípios que se dizem herdeiros do passado jesuítico-missioneiro. Esses municípios têm escrito na sua apresentação em sites e materiais diversos o indicativo: região das missões. De acordo com POMMER: "Por mais que esses municípios busquem hoje se apresentar como herdeiros da tradição histórica reducional-missioneira, esse elemento não é utilizado pelo IBGE como critério válido para regionalização" (POMMER, 2006, p. 70). Essa autora registra o fato de que "A região classificada como Missioneira é tipicamente o produto que se efetiva através do reconhecimento do outro como diferente, e de si mesma como diferente do outro" (POMMER, 2006, p. 74). E ainda diz que: "... uma das principais características da região chamada de Missioneira está nas tradições produzidas a partir de determinado sentido dado ao passado colonial no contexto de dominação hispânica dos séculos XVII e XVIII, a leste do rio Uruguai" (POMMER, 2006, p. 74).

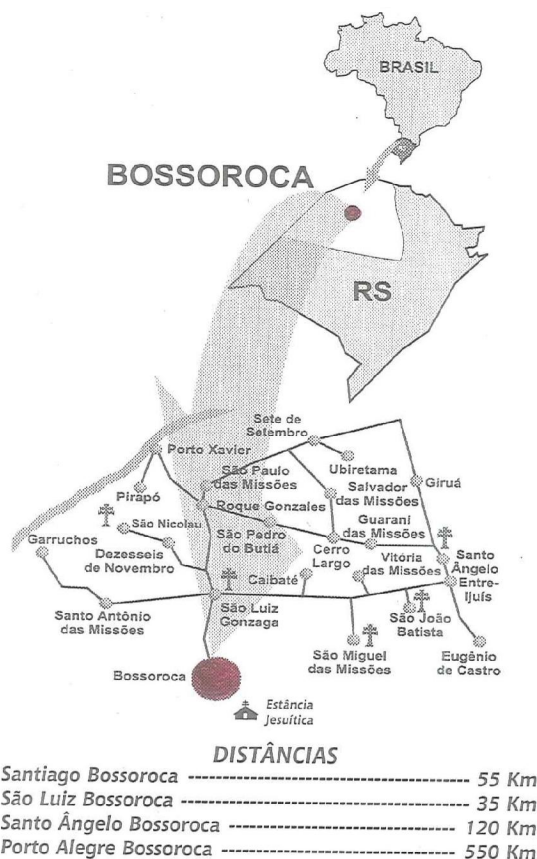


Figura 1- Mapa de localização do município

O nome Bossoroca provém do vocábulo guarani *Iby-soroc*, no qual *Iby* significa terra e *soroc*, fenda profunda na terra e hoje conhecida como barroca. Essas fendas ou barrocas são constantes no relevo do município e, por isso, justificam a referência. Muitos outros vocábulos provenientes do guarani fazem parte do cotidiano desse município, designando lugares, pessoas ou expressões: Carovy (distrito), Timbaúva (distrito), Piratini (rio), Ximbocu (rio), Ivaí, Itacurubi, Inhacapedun (rio), dentre outros, o que demonstra um vínculo com o passado guarani.

As origens do município remetem ao passado guarani e, posteriormente, com inflexões à organização socioeconômica e política que os padres jesuítas a serviço do rei da Espanha propuseram para a região do Tapes onde estavam os *guaranis* e que resultou numa complexa e notável experiência social. Existem várias referências históricas que apontam para o passado jesuítico-guarani no município de Bossoroca: estradas, caminhos, vestígios de capelas e outras construções que constituem indícios e reminiscências da primeira e da segunda fase dos jesuítas no

território que hoje é Bossoroca. CRUZ afirma que “No primeiro ciclo da civilização jesuítica foi levantada a capela Santiago, que era destinada a um posto de gado de corte. Teve pouca duração sendo destruída pelos bandeirantes em 1636” (CRUZ, 1993, p. 22).

Os vestígios recuperados pelas pesquisas arqueológicas¹³ revelam que os primeiros grupos sociais a viverem no local foram comunidades de populações guaranis. Deles nos vem o nome do lugar: Bossoroca, ou seja, *terra fendida*¹⁴, que compõe os “territórios cónitos”, amplamente conhecidos, reconhecidos e manejados pelos grupos que ali viviam da pesca, caça, coleta e horticultura. Esse conjunto de conhecimentos constitui a memória histórica dos grupos que habitavam as várzeas do rio Piratini que corta o município.

Os *Guarani*, que viviam na Bossoroca, estavam organizados em *Tekohá*, comunidades de horticultores que se alimentavam da colheita, da caça e coleta. O *Tekohá* guarani [denominado boçoroca] era o espaço geográfico, étnico, sagrado, propício para viver e reproduzir. Era nesse espaço que a comunidade guarani vivia o seu modo de ser, o *Ñande Reko*, ou seja, modo de ser guarani. Essa herança guarani é evidenciada por vestígios arqueológicos como pontas de flechas, projéteis, resquícios de cerâmica, entre outros¹⁵.

Também nos servimos do tronco linguístico como forma de ressignificar parte do cotidiano guarani e referenciar as primeiras formas de ocupação do lugar, residindo aí a importância do nome do lugar. Em suma, essa terra fendida e suas ligações com o rio Piratini possibilitaram aos integrantes da comunidade guarani viverem, ocuparem o local e batizarem-no compartilhando os costumes e a cultura no convívio entre si¹⁶.

Todavia, os vestígios arqueológicos da pesquisa apontada sinalizam a presença de vestígios do grupo étnico *Charrua*, evidenciando que esses indígenas

¹³ A equipe de estudiosos do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA), da Universidade Federal de Santa Maria, coordenada pelo Prof. Dr. Arqueólogo pelo MAE/USP, Saul Eduardo Seigner Milder, pesquisou a região no período de 2001/2003.

¹⁴ O nome origina-se do vocábulo guarani, Boçoroca = Barroco, sangão fundo ou Bossoroca - de lby-Soroc. lby = terra; Soroc = rasgão, chão rasgado, fenômeno que ocorre por efeito das águas em terrenos arenosos.

¹⁵ SOARES, A. L. R. **Guarani: organização social e arqueologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997 [coleção arqueologia; 4], pp. 115-172; TORRES, D.G. **Cultura Guarani**. Asunción: Editora Litocolor, 1997, pp 165-189.

¹⁶ MELIÀ, B. **El Guaraní Conquistado y Reducido**: ensayos de etnohistoria. Asunción: CEADUC, 1996. Nessa obra, o autor reúne vários ensaios de sua autoria nos quais discute e aprofunda aspectos da cultura guarani e, em particular, a questão linguística.

disputavam o espaço com o *Guarani*, comprovando assim que essa ocupação não era pacífica. Pelo contrário, incluiu guerras, alianças, laços de parentesco¹⁷. Nessas disputas, o *Guarani* impôs sua dominação, tornando-se o grupo hegemônico no local. Dessa forma, os primeiros vestígios da presença guarani no local servem para definir as suas heranças na constituição do patrimônio cultural bossoroquense.

A partir do século XVII, ocorre a chegada dos missionários da Companhia de Jesus, o que permitiu o encontro dos mundos e dos modos de ser guarani e ibérico. Esse encontro ocorreu em meio aos conflitos definidos pelas expansões ibéricas, expressas em universos simbólicos diferentes, estranhos, quase sempre antagônicos, mas que propiciaram negociações, quando as comunidades locais guaranis passaram a interferir na realidade apresentada. Desse modo, guaranis e jesuítas foram os atores sociais. Em meio aos estranhamentos e convívios, construíram uma realidade social com as suas inflexões culturais, econômicas e políticas e transformaram a antiga paisagem cultural do *Tekohá* em comunidades guarani-missioneiras e jesuíticas a partir da realidade da evangelização das populações originárias da localidade.

Dessa forma, na origem do atual município de Bossoroca, encontramos a presença guarani em processo de mudança para as sociedades ibero-hispânicas, negociadas com os jesuítas. Os guaranis preservaram valores e códigos pertinentes ao universo simbólico do *Ñande Reko*, como se expressa a nomenclatura geográfica do local. Assim, gradativamente, foram se construindo e se formando os povoados guarani-jesuíticos, espalhados pela província jesuítica do Paraguai, criada em 1609, pela Companhia de Jesus.

No final do século XVII, foram fundadas sete povoações na Banda Oriental do Rio Uruguai, o que resultou em complexa experiência social, de uma revisitada organização socioeconômica e política. Nela, os guarani-missioneiros e os jesuítas em nome da Companhia de Jesus, da Corte de Espanha e da Santa Sé católica, foram os atores sociais dessa experiência.

A formação de Bossoroca¹⁸ aparece na área de estâncias de Santo Tomé,

¹⁷ Sobre essas disputas conferir os estudos: BROCHADO, J. P. *O Guarani: o conquistador vencido*. In: RAMIREZ, H [organizador]. **O Índio no Rio Grande do Sul: perspectivas**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1975, PP. 71-81; BECKER, I. I. B. *El indio y la colonización: Charrúas y Minuanes*. Revista **Pesquisas**. São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, 37:1-286, 1984.

¹⁸ FIALHO, I.J. B. **Pioneiros de Bossoroca**. Bossoroca: EDUNIJUI, 1992. O autor reconhece a paisagem missioneira [p.11] na formação de Bossoroca, sem aprofundar a análise.

Figura 2: Mapa dos trinta Povos Missioneiros
Fonte: SOSA, Chico. *Noel Guarany - Destino Missioneiro*, p.25

Desse passado jesuítico-guarani, convém destacar a experiência fronteiriça, essas construções humanas sempre constantes na região e que permitiram contatos, passagens e intercomunicações. Na estrada geral, diferentes grupos sociais agiram e interagiram, em momentos diferenciados, fazendo circular as principais riquezas da região – o gado em pé e a erva mate – mercadorias que transitavam com facilidade entre os hispânicos e os luso-brasileiros.

A frente ibérica na região não se restringiu apenas à presença de súditos da Corte de Espanha, mas também à presença constante e eficiente dos súditos da Corte de Portugal, como tropeiros, conquistadores, aventureiros, afrodescendentes¹⁹, mestiços. Era, enfim, um conjunto populacional que colocava a colônia portuguesa na América em movimento e a fronteira em mobilidade com suas continuidades e oposições, e com suas ações de ruptura/continuidade/descontinuidade entre o mundo ibérico e o mundo das populações indígenas. Nesse cotidiano fronteiriço, encontramos a dinâmica das trocas e das relações sociais, ou seja, é na compreensão da vida cotidiana das fronteiras platinas que percebemos a atuação das instituições e organizações ibéricas colonizadoras em contato com as populações originárias.

Os súditos da Corte de Portugal se expandiam pela região do Rio da Prata desde 1680, quando fundaram a Colônia do Santíssimo Sacramento. Da área de Sacramento em direção as Missões Orientais, os luso-brasileiros foram se expandindo, ocupando áreas, principalmente do litoral do atual Rio Grande do Sul, batizado à época como campos de Viamão ou o Continente de São Pedro. Nessa região, o governo português concedeu sesmarias nos campos do Rio Tramandaí, a partir de 1732, pois, conforme Laytano, “as primeiras sesmarias concedidas no Rio Grande, foram em 1732 e 1733 pelo conde de Sanzedas [...]” (LAYTANO, 1986, p. 14).

Gradativamente, os luso-brasileiros se expandiram de leste para oeste, apossando-se do gado que se criava extensivamente no Continente de São Pedro e ocupando essas terras. Nesse processo, rumo a oeste, o comércio e as trocas garantiram a sobrevivência de muitos e as relações econômicas, tanto do comércio,

¹⁹ DARONCO, L. J. **A sombra da Cruz**: trabalho e resistência servil no noroeste do Rio Grande do Sul – segundo os processos criminais (1840-1888). Passo Fundo: Ed.UPF, 2006 [coleção Malungo; 12]. Nessa obra, o autor aborda as relações escravistas na região das Missões ao longo do século XIX, podendo servir de fulcro a análise da chegada dos africanos e descendentes em Bossoroca.

quanto do contrabando, foram de reciprocidade e convivência, mas permeadas por tensões políticas e conflitos.

Os acontecimentos culminaram com a decisão das cortes ibéricas em acordar o Tratado de Madri de 1750. Esse Tratado definiu os espaços de ocupação colonial: a região da Amazônia ficava para a Corte de Portugal – a América Portuguesa – enquanto a região do Rio da Prata ficava para a Corte de Espanha – a América Espanhola – na qual estavam as Missões jesuítico-guaranis e Posto de Bossoroca, na estância de São Miguel, que abastecia o povoado daquela estância. Nos meandros do tratado, as Missões e, com elas, Bossoroca, deveriam ser entregues a Portugal, constituindo-se na parte meridional sul da América Portuguesa.

Efetivado o acordo, as Cortes Ibéricas pretenderam desocupar o território missioneiro, mesmo contrariando os interesses de parte dos guarani-missioneiros, os quais resistiram às determinações. Com isso, provocaram a ira das forças luso-espanholas que se uniram para derrotar os índios na rebelião colonial conhecida por Guerra Guaranítica.

Algum tempo depois, as Cortes ibéricas assinaram o Tratado El Pardo, em 1761, pelo qual as disposições do Acordo de Madri foram anuladas, favorecendo aos hispânicos ocuparem o território da Capitania de São Pedro e de Santa Catarina. Nesse processo, o povoado de Rio Grande e as sesmarias foram ocupados e se mantiveram em guerra até 1777, quando foi celebrado o Tratado de Santo Ildefonso. Nesse ínterim, a Companhia de Jesus foi expulsa da América Espanhola, em 1768, e suprimida por meio da bula papal “*Dominus ac Redemptor*” assinada por Clemente XIV em 21/07/1773.

Essas ações alteraram o sentido das Missões, que deixaram de ser jesuíticas. Outras ordens religiosas e de leigos (militares e funcionários públicos, auxiliados por particulares) passaram a administrar os povoados missioneiros-guarani, desfalcados, tanto nos recursos humanos como materiais, devido às guerras. É correto pensar que “os administradores espanhóis, que substituíram os jesuítas após sua expulsão em 1768, não respeitavam os valores da cultura guarani” (FLORES, 1986, p. 107). Os administradores fizeram esboroar a experiência que havia se solidificado. Se, antes, durante a experiência jesuítico-guarani ela estava incluída no projeto de evangelização, após esses fatos, o guarani-missioneiro gradativamente passou a ver seus interesses excluídos.

Nas décadas finais do século XVIII, os luso-brasileiros foram incorporando aos seus interesses e à América Portuguesa as terras do oeste da Capitania do Rio Grande de São Pedro, ultrapassando o forte de São Martinho da Serra. As terras eram legalizadas pela doação de sesmarias, que traziam a consequente apropriação do gado existente nas estâncias missioneiras.

No começo do século XIX, em 1801, as Cortes Ibéricas se vêm envolvidas em campos opostos na Guerra das Laranjas, episódio que teve desdobramentos na Capitania de São Pedro, quando súditos da Corte de Portugal saíram de Rio Grande e de Rio Pardo no intento de expandir as fronteiras da Capitania até os rios Uruguai e da Prata, o que envolvia o território missioneiro²⁰.

Pequenas tropas de milicianos, que realizaram os primeiros ataques foram organizadas. O militar, major de milícias e estancieiro, Manuel dos Santos Pedroso - Maneco Pedroso -, organizou uma tropa de 30 homens armados à guarda do Passo dos Ferreiros, de onde partiu, via Boca do Monte [próximo à atual Santa Maria-RS], Águas Negras e Passo do [rio] Ibicuí para conquistar o forte espanhol de São Martinho da Serra. Pedroso tinha apoio do comerciante e contrabandista José Francisco Borges do Canto e de seus 15 homens armados.

Segundo Tau Golin, “Enquanto o rival Maneco Pedroso se dedicava à rapinagem, no dia 3 de agosto, Borges do Canto tomou o caminho geral das Missões, usado há décadas pelos guaranis nas viagens entre os Povos e Santa Tecla” (GOLIN, 2002, p. 214). O bando de Manuel Pedroso ocupou São Nicolau e, na sequência, São Borja. Borges do Canto foi além da meta e, com apoio de índios Guarani, combateu os espanhóis nos povoados de São Miguel, São João Batista e Santo Ângelo.

Enquanto ocorriam os combates nesses povoados, os habitantes de São Lourenço, São Luiz Gonzaga e São Nicolau fugiram em massa, facilitando o avanço do grupo de Borges do Canto. Os guaranis são-borjenses não esperaram a chegada da tropa de Borges. Aprisionaram o administrador espanhol e o entregaram aos luso-brasileiros. O bando armado de Maneco Pedroso avançou até Quaraí, invadindo as terras de *Paysandú*, *Curuzu-Quatiá* e povoados próximos, e o líder passou a residir na Fazenda *Sarandi*.

²⁰ CAMARGO, F. **O Malón de 1801**: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional. Passo Fundo: Clio Livros, 2001. Nessa obra, o autor examina com profundidade as implicações da Guerra das Laranjas no Rio Grande de São Pedro, sendo possível perceber as implicações desses episódios em Bossoroca.

Enquanto isso, ao sul, as tropas comandadas pelo capitão de milícias Simão Soares da Silva e do tenente José Antunes da Porciúncula invadiram o forte do Chuí, na região do Taim. Quase simultaneamente, a tropa do coronel Patrício José Correia da Câmara, liderada pelo tenente Antônio Alves, invadiu o forte de Cerro Largo, derrotando as tropas espanholas. As demais fortificações espanholas foram abandonadas pelos espanhóis e ocupadas por destacamentos portugueses, cujo espólio mais importante é o forte de Santa Tecla, na atual cidade de Bagé. Sobre esse momento de 1801, escreve Sandra Jatahy Pesavento:

Com a conquista das Missões Orientais, em 1801, por Manuel dos Santos Pedroso (um estancieiro/soldado) e José Borges do Canto (desertor dos Dragões e contrabandista), com o beneplácito das autoridades portuguesas, o Rio Grande do Sul conquistou sua fronteira oeste. As Missões, que se achavam em decadência sob a administração espanhola leiga, transformaram-se em nova área para expansão das sesmarias (PESAVENTO, 2002, p. 23).

O governo português passou a assumir o controle da região e do território das Missões, concedendo sesmarias aos súditos luso-brasileiros. Após o movimento de conquista das Missões orientais pelos portugueses, a região foi transformada em nova área de expansão das sesmarias portuguesas, que trouxeram a propriedade privada da terra e, conseqüentemente, o modelo social assentado na grande propriedade rural. Nesse contexto, se incluem as terras que hoje são o município de Bossoroca.

De acordo com Laytano, a origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul e, mais tarde, na região das Missões, após a conquista portuguesa em 1801, está na distribuição de sesmarias.

A terra tinha que ser usada, não devia ser vendida, era doada; exigia-se a posse dela como utilização; era imposta uma carência do ocupante que estava nas terras que ia requerer como doação do governo, um número determinado de anos. Assim, alguém que já ocupasse a terra que pedia, conseguia obtê-la gratuitamente do Estado, mas com base em obrigações legais (LAYTANO, 1986, p. 13).

Nesse caso, o intuito maior era o de obrigar o requerente a permanecer na terra, garantindo, portanto, que o território não fosse novamente ocupado pelos espanhóis ou, como eram tratados, pelos castelhanos.

Buscando entender a extensão das propriedades que se estabeleceram pela

concessão de sesmarias, encontram-se em Laytano as seguintes anotações:

A sesmaria era concedida em carta régia, a título, a quem se comprometesse a certas e determinadas condições, especificadas na legislação da terra, em vigor na época (1986, p. 15). A Sesmaria é uma concessão de terras pela qual se dá ao sesmeiro o domínio sobre uma área variando entre três léguas em uma dimensão por outra em largura e uma e meia em quadra, isto é, uma superfície total que compreende entre 13 mil e 10 mil hectares em números redondos. Uma sesmaria contém 150 quadras, portanto, cada légua de sesmaria, equivale a 50 quadras. Uma quadra de sesmaria é igual a 87 ha. 12, ou 132 m de frente por 6.600 m de fundo [...] (LAYTANO, 1986, p. 15).

Até 1801, Bossoroca fazia parte do território missioneiro conhecido como "Estâncias de Santo Tomé". A questão da ocupação das terras após a conquista portuguesa, no entanto, tem novos entendimentos, e a concessão de sesmarias já não é vista como a única forma de apropriação de terras no período oitocentista. Alguns autores apontam o fato de que a ocupação luso-brasileira ocorreu em território no qual todas as terras ficaram disponíveis para distribuição em forma de sesmarias. As pesquisas mais recentes demonstram, no entanto, que houve muita diversidade na forma de ocupação e que, em muitas áreas, houve conflitos, por já estarem ocupadas, o que contraria a versão de área livre e desocupada, enfatizada por alguns autores.

Em seu estudo sobre a constituição das grandes propriedades no município de Alegrete (RS), Luís Augusto Farinatti revela novos entendimentos apontando para o fato de que "Ao lado das doações de sesmarias, as posses por ocupação simples, as compras e as usurpações também marcaram presença naquele contexto" (FARINATTI, 2010, p. 163). As palavras do referido autor indicam que tais situações também fazem parte do contexto histórico da região de Bossoroca, conforme registros locais.

Quando Fialho explica sobre a forma e o tempo em que se requeria a sesmaria, narra que "o tempo de ocupação influía para o deferimento da autoridade competente, quando acontecia do pretendente vender o direito de posse, o comprador requeria contando o tempo do vendedor como se fosse dele" (FIALHO, 1992, p. 12). Isso demonstra que a venda era uma modalidade muito usada, e isso era um dos costumes da época.

Com a concessão de terras pelo governo português, chegou àquele local um de seus primeiros povoadores, José Fabrício da Silva. Este acampou nas margens

da estrada geral, em local que viria a ser chamado Igrejinha, justamente em razão da morte de um de seus filhos no local e à construção de um túmulo com formato de capela, origem do Cemitério da Igrejinha. O nome *Igrejinha* generalizou-se e, por algum tempo, passou a designar toda a Bossoroca. A morte do filho, no entanto, motivou Fabrício a ocupar outras terras, onde construiu o que se reconhece hoje como Estância Velha.

As terras que hoje são o município de Bossoroca foram divididas entre pessoas que chegam e se instalam, seja pela concessão de sesmarias ou pela compra e venda de posses²¹ tornando-se grandes proprietários de terras. Outros entes sociais como antigos posseiros, lavradores e índios não são levados em conta nesse processo de ocupação, que tinha como pressuposto a ocupação das terras em nome da Coroa Portuguesa.

Para que se possa compreender a proporção que essas concessões de sesmarias alcança na questão fundiária de Bossoroca, é interessante avaliar a extensão da sesmaria dos Fabrícios, tendo em vista que ainda existe o documento de suas confrontações. Isso permite perceber as dimensões dela dentro do território do município.

Se repararmos no mapa de Bossoroca e nas terras que compunham a sesmaria de José Fabrício (grifada) e que hoje correspondem ao Rincão dos Fabrício, podemos perceber que a extensão dessa propriedade alcança uma grande área dentro do território que hoje é o município de Bossoroca, deixando clara a dimensão dessas propriedades privadas.

²¹ Tendências mais atuais têm evidenciado que “Não houve unicamente a concessão de sesmarias sobre um espaço vazio ou uma terra de ninguém. Ocorreu, sim, um processo de concentração, mas não uma monopolização absoluta da propriedade da terra, e muito menos do acesso à sua posse” (FARINATTI, 2010, p.170). “Em vez de um bem ordenado tabuleiro de xadrez de estâncias, assemelhava-se mais a um mosaico, em que posses de diversos tamanhos e sob diferentes estatutos jurídicos estavam não apenas imbricadas, mas podiam inclusive apresenta-se sobrepostas. Como podemos imaginar, essa variedade formas de apropriação da terra, misturando sesmarias, compras, posse pura e simples, somada à imprecisão de dos limites de cada estabelecimento constituiu-se em uma fonte perene de conflitos que perdurariam e ganhariam força e variedade ao longo dos Oitocentos (GARCIA, 2005- citado in: FARINATTI, 2010, p.171). Tais estudos evidenciam a posse da terra ou ocupação pura e simples como uma forma de acesso à terra no início do século 19, na expansão das fronteiras além de Rio Pardo. Os estudos de FARINATTI apontam também o fato de que: “a compra esteve presente na região desde os primórdios de sua ocupação estável pelos luso-brasileiros”.

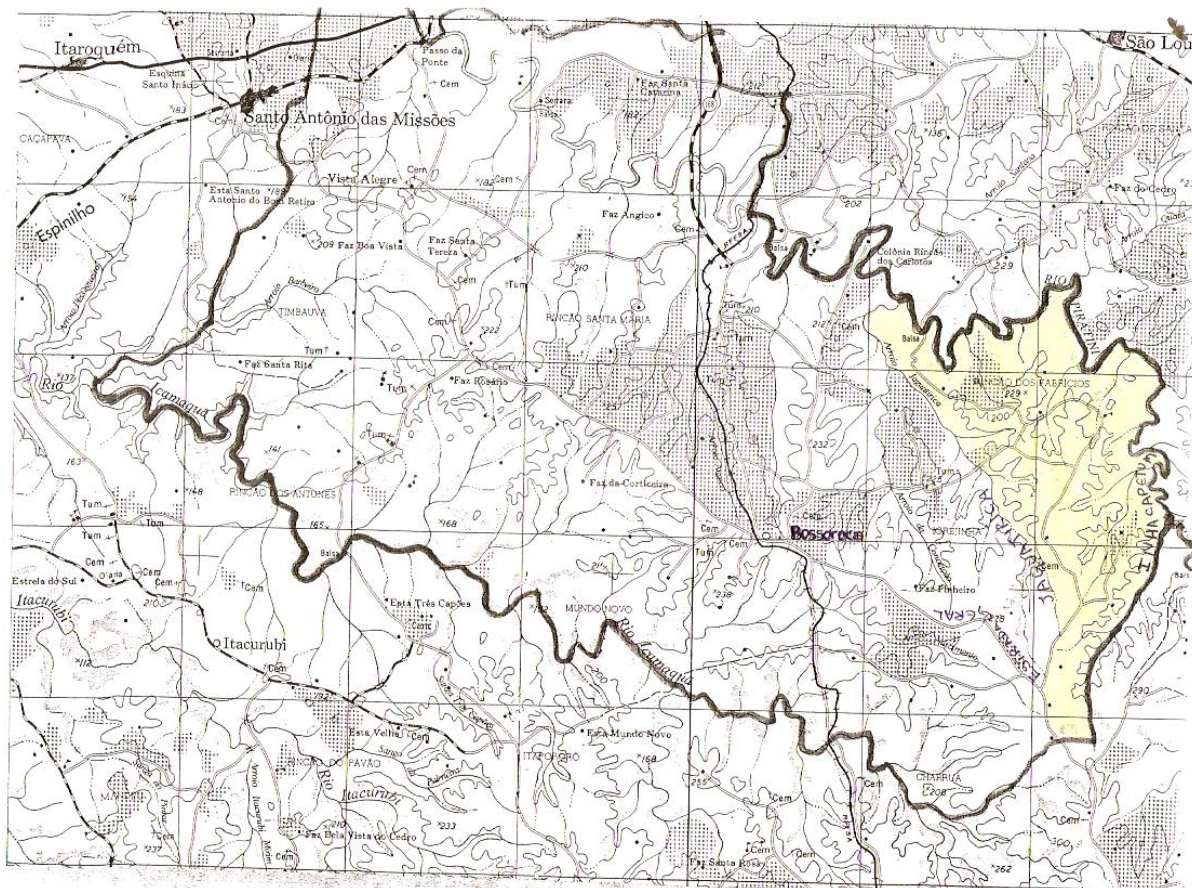


Figura 3: Mapa de Bossoroca.

Fonte: Secretaria de Obras de Bossoroca

Nota: As terras que compunham a sesmaria e que hoje são o Rincão dos Fabrício aparecem destacadas no mapa. Quatrocentas quadras de campo equivalem a aproximadamente 35.000 hectares.

Com o tempo, Bossoroca recebeu imigrantes e descendentes de imigrantes italianos, alemães, franceses e de outras nacionalidades. De acordo com Fialho, “junto com os imigrantes veio a tecnologia tanto na pecuária como na agricultura” (FIALHO, 1992, p.11).

O município, que foi distrito de São Luiz Gonzaga, obteve sua emancipação política em 12 de outubro de 1965, mas sua instalação ocorreu apenas em 04 de março de 1967. Bossoroca foi gestada, portanto, durante o período da ditadura militar brasileira (1964-1985). É um dos municípios que tiveram sua emancipação sob a égide dos governos militares, o que nos faz refletir acerca das circunstâncias em que ocorreu esse processo, pois o momento político do país era de autoritarismo extremo.

É neste contexto histórico que se imprime a dinâmica cultural do município de Bossoroca, carregada de peculiaridades e nuances que remetem ora a aspectos referentes ao passado missioneiro, ora ao passado estancieiro. Essas características são impregnadas de heranças culturais calcadas no binômio dominação/submissão.

Nessa municipalidade, existem marcas intensas dessas duas frentes de ocupação: a jesuítico-missioneira e a estancieira (de ocupação luso-brasileira), referências históricas e culturais que precisam ser interpretadas e avaliadas para que cumpram seu papel na sociedade atual.

O município de Bossoroca, no art. 4º da Lei Orgânica Municipal, apresenta-se como “*Buena Terra Missioneira*”, suscitando claramente suas origens missioneiras, como será analisado mais detalhadamente no Capítulo 3 (item 3.1.1). Todavia, muitas representações e símbolos que permanecem vivos na sociedade, são facilmente identificados com o passado estancieiro do lugar (conforme será explicitado no Capítulo 3 - item 3.2).

Com base nestas análises, verificamos que não existe uma identidade cultural em Bossoroca, mas identidades, resultado do processo histórico e das negociações que foram se estabelecendo, visto que todos os processos de construção de identidades são negociados.

No próximo capítulo, investigaremos os lugares de memória, procurando identificar sua história e as especificidades deles, bem como seu papel no contexto histórico e cultural do município.

2 OS LUGARES DE MEMÓRIA

Neste capítulo, mostramos alguns Lugares de Memória do Município de Bossoroca evidenciados como guardiões da sua história.

É fato que, em decorrência da aceleração da história, de que nos fala Pierre Nora (1993), vivenciamos hoje um momento histórico que nos move no sentido de que é urgente e necessário guardar os cacos de memória, os fragmentos que podem sustentar e ancorar as recordações de um grupo para não se perderem em definitivo os vínculos com o passado. Diante das relações efêmeras cada vez mais presentes no cotidiano, quando tudo parece se perder no momento seguinte ao seu acontecimento, revela-se a necessidade de buscar referências. Essa fluidez exacerbada acaba conduzindo a um movimento de reação que busca preservar o presente, como possibilidade de não se perder definitivamente o vínculo com o passado. É da percepção de que podem se perder as lembranças das vivências que surge a necessidade de guardar algo que estabeleça esses vínculos, que guarde a possibilidade de recorrer a tais referências quando necessário.

De acordo com as palavras de Nora,

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a esse momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação (NORA, 1993, p.7).

Os locais transformam-se em possibilidade de depósito residual nessa ciranda pela busca de continuidade. Neste sentido, esse autor afirma que “A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto.” (NORA, 1993, p. 9).

A problemática dos lugares evidenciada por Nora (1993) nos leva a avaliar e tentar compreender os processos que permitem a determinados espaços serem referidos como lugares de memória e o potencial que representam como fonte de interpretações da sociedade. De acordo com Nora:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar as honras fúnebres, estabelecer contratos, porque estas operações não são naturais (...). Se

vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento de história, mas que lhe são devolvidos (...) (NORA, 1993, p. 13).

Esses depósitos residuais revelam-se como escoadouro para manter vivo o vínculo com um passado carregado de significados valorizados pelo grupo que se dispõe a guardá-lo.

À medida que desaparece a história tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe qual tribunal da história (NORA 1993, p. 15).

Neste sentido é que compreendemos as palavras de Nora, como indicadores do que devemos perceber como lugares de memória:

Os lugares de memória pertencem a dois domínios, que a tornam interessantes, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração.” São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos (NORA, 1993, p. 21).

Dessa maneira, apresentamos, na sequência, alguns lugares de memória do município de Bossoroca, na perspectiva apontada por Nora (1993), compreendendo-os como espaços estabelecidos, historicamente, como guardiões da memória local. Desse ponto de vista, avaliamos estes lugares como possíveis elementos usados para efetivar processos de construção de identidade para o município.

2.1 Alguns Lugares de Memória do Município de Bossoroca/RS

Bossoroca possui lugares reconhecidos tanto pelo valor histórico, por serem diretamente relacionados à história do município e da região, quanto por estarem impregnados de representações construídas a partir das relações de poder que se estabeleceram e os determinam como guardiões da memória. Lugares que despertam os sentidos e são capazes de suscitar interpretações acerca do passado do município e traduzir os valores e a cultura das pessoas do lugar.

Esses lugares onde estão depositadas as memórias coletivas podem ser percebidos como fonte para interpretar as relações entre passado, presente e futuro e a forma como são encaminhadas as questões patrimoniais e identitárias no município.

O *site* oficial da prefeitura municipal de Bossoroca evidencia alguns lugares como indicadores históricos e turísticos do município. São esses lugares referenciados oficialmente como guardiões de memória e objeto de potencialização do turismo que analisamos como lugares de memória em Bossoroca. Tomados como documentos, tais lugares e monumentos nos trazem possibilidades de interpretações que se tornam deveras significativas para nosso estudo.

São apontados no *site*:

- a estância do sobrado (apresentada no *site* como sítio arqueológico) com suas mangueiras e galpão de pedras;
- a senzala;
- a sede da estância velha (recentemente elencada no referido *site*);
- o cemitério dos cativos;
- o monumento a Noel Guarany.

Tais pontos representam momentos distintos na trajetória histórica do município, o que evidenciaremos em cada oportunidade.

Alguns, como a senzala e o cemitério dos cativos, carregam um misto de especulações e crenças acerca de sua existência. Integram, no entanto, o que a comunidade reconhece como parte da história do município. O monumento a Noel Guarany, embora não tenha sido construído no passado histórico que evidenciamos, representa a busca de afirmação dos aspectos do passado, a partir de necessidades e anseios do presente.

Diante isso, cabe considerar que “muitas vezes há toda uma crítica à questão das tradições inventadas, mas isso faz parte do imaginário desses grupos, e deve ser pensado”, conforme preconiza Brum (2011)²². Não nos cabe julgar a veracidade da consideração destes elementos, mas o significado e o espaço que ocupam no imaginário popular.

²² Palestra proferida por Ceres Karan Brum no VIII Encontro de Estudos Missionários durante a XIV Mostra da Arte Missionária, São Luiz Gonzaga, maio de 2011.

Consideramos que as representações inseridas nas referências aos lugares citados devem ser evidenciadas, avaliadas e interpretadas para que possam produzir novos conhecimentos e entendimentos.

A descrição de cada um desses ambientes enfocando sua história e suas condições materiais potencializa a compreensão da dinâmica deles no cenário cultural de Bossoroca, ou seja, nos dão sustentação para que possamos analisar seu papel no universo cultural do município. Tais lugares estão, portanto, destinados a fazer-nos lembrar de algo. São, conforme o que ensina Nora (1993), os guardiões da memória de Bossoroca. Eles estão investidos da prerrogativa de fazer com que a memória seja frequentemente acionada em relação àquilo que representam.

2.2.1 A Estância do Sobrado

A Estância do Sobrado é integrada por um complexo de construções que pertencem a uma propriedade rural situada na localidade e mantém relativa proximidade com São Miguel das Missões, ligando-se a este por uma estrada vicinal.

Alguns dos aspectos que apontam para os vestígios da experiência jesuítico-guarani, existentes em Bossoroca estão situados na Estância do Sobrado. Ali ainda há vestígios de urnas funerárias, das mangueiras de pedras em formato redondo, e do galpão construído em pedra-cupim e nomeado por alguns como senzala, porque teria sido usado com esse fim. Ali ainda se mantém a santa encontrada quando da chegada dos colonizadores brancos integrantes da família Furtado. A estância do sobrado também é apontada como uma construção da época em que os jesuítas e indígenas guaranis ocupavam aquelas paragens.

A sede da fazenda foi construída no início do século XIX pela referida família. Esse grupo chegou ao local por intermédio do governo luso-brasileiro, por ocasião da ocupação do território sob o domínio dos portugueses e não mais dos espanhóis. Segundo relatos e alguns estudos, o sobrado dos Furtados foi construído sobre os vestígios das construções jesuítico-guaranis. O galpão de pedras, reconhecido por muitos como “senzala” e as mangueiras (em formato redondo) que existem no local provavelmente sejam do período jesuítico-guarani, de acordo com o arqueólogo Claudio Batista Carli e Klaus Hilbert em visita oficial ao município (conforme decreto nº1906/2006).

Na obra, *Pioneiros de Bossoroca*, escrita por Jorge Fialho, antigo morador de Bossoroca e autor de pesquisa cartorial, este registrou costumes e tradições daqueles que ele considera os pioneiros do município. Essa pesquisa permite também encontrar subsídios sobre as primeiras famílias das terras que constituiriam Bossoroca. Para contar a inserção da família dos Furtados na história do município e, mais especificamente, no lugar hoje chamado Estância do Sobrado, o autor afirma: “João da Costa Furtado adquiriu a propriedade na década de 1940. Mandou construir o sobrado, nesse local que já era moradia muito antiga e dizem que pode ter sido um posto jesuítico ou um aldeamento indígena, o que é muito provável” (FIALHO, 1992, p. 213).

No local, existe também um galpão construído em pedra-cupim, que alcança grande notoriedade, visto que desperta polêmica quanto ao fato de ser nomeado como senzala. Também há discussões em torno da época de sua construção, pois, não havendo um estudo arqueológico conclusivo, aponta-se para o fato de ser uma reminiscência da civilização jesuítico-guarani. Pela projeção que o galpão tem na questão patrimonial, inclusive já tendo sido objeto de estudo de trabalhos acadêmicos fora do município, o analisaremos separadamente a fim de discorrermos com mais profundidade acerca desse elemento que, embora localizado no interior do complexo da Estância Velha, alcança projeção e notoriedade. Isso requer que seja avaliado de forma específica. O referido galpão constitui um dos lugares de memória de mais apelo e popularidade no município de Bossoroca.

Na Estância do Sobrado, existe uma imagem que, de acordo com relatos de integrantes da família dos Furtados, já estava no local quando eles ali chegaram. A referida imagem é uma representação de Nossa Senhora da Conceição, entalhada em madeira, medindo aproximadamente 70 cm de altura, com todas as características das estátuas missioneiras.



Figura 4: Imagem da Santa em madeira da Estância do Sobrado (Jan./2010)
Fonte: Arquivo e foto da pesquisadora.

É fato que existem muitos exemplares de estátuas missioneiras recolhidas por pessoas que as mantêm em suas residências como relíquias de família e que, ao serem devidamente estudadas e catalogadas, poderiam fazer parte do acervo de estátuas missioneiras. São exemplares que servem como vestígios materiais de uma experiência social do passado do município.

Os diferentes vestígios materiais existentes na Fazenda do Sobrado são sobremaneira instigantes e existem muitas interpretações e representações em torno desses vestígios materiais, tanto reportando a época dos jesuítas como a dos povoadores luso-brasileiros.

Por meio de sua administração (gestão 2001-2004), o município empreendeu vários esforços no sentido de buscar a valorização e o reconhecimento da Estância

do Sobrado como patrimônio missioneiro de Bossoroca. Nesse sentido, foram efetivadas ações como as que aparecem descritas no caderno turístico de Bossoroca (administração 2001-2004): “[...] depois de vários contatos com a Secretaria de Turismo do Estado, uma consultora do SEBRAE, a senhora Daniela Kinas, veio a Bossoroca.” O caderno explica que: “A consultora ficou impressionada com os aspectos construtivos do local, onde (sic) os mesmos obedecem à arquitetura jesuítica, presente nos sete povos.” “Daniela Kinas solicitou contato com o IPHAE - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, a fim de trazer arqueólogos para visitar o local e fazer o reconhecimento.”.

Dessa forma, torna-se clara a disposição de negociar com o passado jesuítico-missioneiro para afirmar aspectos que podem ser objeto de reconhecimento no presente, ficando evidenciada a disposição de construir uma identidade missioneira para Bossoroca.



Figura 5: Vista da Estância do Sobrado (jan./2010)
Fonte: Arquivo e foto da pesquisadora

2.2.2 A Senzala

O galpão de pedra-cupim ganhou dimensões de atrativo turístico desde que passou a ser reconhecido publicamente como senzala e sendo citado com essa

denominação em alguns trabalhos acadêmicos. É fato que, no município e em seu entorno, é bastante conhecido por ser um raro exemplar de um local bastante curioso e marcante no imaginário popular, ou seja, a senzala, lugar onde viviam os negros.



Figura 6: Vista do galpão conhecido como senzala. (jan./2010)
Fonte: Arquivo e foto da pesquisadora

Em Bossoroca, muitas histórias são passadas de pais para filhos. Essas narrativas envolvem escravos e descendentes de escravos, descendentes africanos com variados ofícios como cozinheiras, parteiras, vaqueanos ou simplesmente alguém que um dia chegou, não se sabe muito bem de onde, foi ficando e ajudando aqui e ali. A partir daí, passa a ser parte da história das tantas fazendas espalhadas pela Bossoroca ou, mais tarde, incorporados à vida urbana. São numerosas as figuras populares(negros) presentes na memória de Bossoroca e algumas delas ainda vivem e revelam a ligação estreita que o município tem com os afrodescendentes, o que talvez explique o forte apelo popular em relação a elementos como a “senzala”²³ e o “Cemitério dos Cativos”.

²³ Usaremos aqui a denominação de senzala para o galpão de pedras pelo fato de ser referido assim no site oficial do município, o que determina os lugares de memória ora analisados por nós.

De acordo com Fialho, o fato de o referido galpão ser chamado *senzala* trouxe alguma polêmica, e muitas pessoas mais antigas afirmavam que era apenas o galpão dos negros. Ele diz que: “a maioria das pessoas não entende que paradoro de negros é senzala e, para isso, bastava ter mais de um residente. João Furtado tinha 4 ou 5 de sua propriedade, fora os que fugiam de outros donos e vinham procurá-lo, pois não era um escravagista propriamente dito, e tratava os negros com certa dignidade...” (FIALHO, 1992 p. 213).

Esse mesmo autor registra ainda que “existe um marco, na parte interna, postado junto à parede, instrumento de castigo. Pois isso, todos os que possuíam escravos tinham também, mas o de João Furtado talvez nunca fosse ocupado, pelo menos não se tem notícias.” (FIALHO, 1992 p. 213). O referido marco ainda existente é instrumento que se destinava a castigar os escravos.

A tese de doutorado de CLARICE SANFELICE RAHMEIER, disponibilizada no site www.dominiopublico.gov.br, intitulada *A Experiência da Paisagem Estancieira, 2007*, orientada por Arno A. Kern, na página 142, cita como exemplo de senzala a construção de pedras-cupim existente na Fazenda do Sobrado em Bossoroca, apresentando uma foto do referido galpão, o que evidencia que o reconhecimento de que existe em Bossoroca o exemplar de uma senzala é algo que transcende o município.

O fato de que o galpão seja uma construção jesuítico-guarani é visto por pesquisadores como uma possibilidade muito interessante, já que essa seria uma das poucas construções da época. Acerca disso são as palavras de Claudio Batista Carli, registradas no caderno de divulgação turística (p. 20) ao contemplar o galpão de pedra-cupim: “Estamos tentando imaginar como eram as construções da época e vocês têm esta construção intacta, com pequenas alterações, é simplesmente fantástico”. O registro dessas palavras no caderno de divulgação de turismo deu ênfase para o fato de que Bossoroca tinha um elemento material da cultura jesuítico-missioneira que a colocava em vantagem entre os demais. Havia uma atmosfera de caça ao tesouro e ali estava um deles. Dessa forma, esse espaço de memória passa a ter um peso importante na construção da identidade missioneira do município.

2.2.3 Sede da Estância Velha

A casa-sede da Estância Velha está construída dentro da área da sesmaria concedida a José Fabrício da Silva no início do século XIX.

Essa casa é um importante marco na história do município, visto que foi a sede da sesmaria dos Fabrícios, da qual existe o instrumento de requerimento de posse, marcando o período de ocupação luso-brasileira na região, após a tomada das Missões em 1801. A casa provavelmente foi construída por volta de 1830, e é um dos marcos da inserção da cultura estancieira presente no município ainda hoje, com um modelo econômico e social calcado na grande propriedade rural.

Fialho registrou em seus escritos que “Contava Antônio Fabrício da Silva, um dos filhos de José, que seu pai chegou aqui com 20 contos de réis em dinheiro e quatro filhos, e já viúvo de Maria Fabrício, seus filhos eram Ramão, João, Domingos e Antônio Fabrício da Silva” (FIALHO, 1992, p. 131).

A chegada de José Fabrício deve ter ocorrido presumidamente entre a década de 1810 e 1820, visto que, paralelamente, nesse período, constata-se a chegada de muitos paulistas nessa região. Acerca disso, Fialho afirma que “a data de sua chegada presume-se entre 1810 e 1820, pois, durante essas duas décadas, verifica-se grande número de paulistanos que vieram com finalidade de adquirir terras [...]” (FIALHO, 1992, p. 131). Outro pressuposto para pensar a época da chegada de José Fabrício é o requerimento para fornecimento de uma segunda via dos documentos referentes à concessão da sesmaria, do ano de 1830, no qual o requerente afirma que ocupa tais campos há mais de seis anos (conforme documento anexo).

Era costume, conforme literatura da época, ao chegar a determinado lugar, de onde se pretendia requerer posse, organizar uma espécie de acampamento, de onde se iniciariam as lides para posterior instalação. Não se tem notícia de que José e os filhos tenham trazido escravos, no entanto, visto que vinham de São Paulo, onde o comércio de escravos era intenso, isso é bastante provável. Em referência a esse aspecto, é conveniente lembrar que, de acordo com entrevista concedida por Corália Sofia Amaral Fabrício, em 08/02/2012, existem famílias de descendentes de escravos que viveram na Estância Velha e hoje vivem no bairro da Gaúcha. É o caso dos descendentes da “Sia Balbina” e dos “Pachecos”.

O primeiro lugar onde se instalaram, não foi o definitivo no qual a família estendeu suas raízes. Esse local foi provisório por ter ocorrido ali a morte de um filho de José Fabrício da Silva. Está localizado nas imediações do cemitério da Igrejinha.

É importante lembrar que a estrada geral²⁴ de hoje entre os dois lugares referidos, assentamento provisório e definitivo, já existia na época, e é evidenciada em vários escritos, inclusive na carta em que José Fabrício requer a concessão das terras. Essa estrada é a mesma que fazia a ligação com São Miguel.

As narrativas históricas afirmam que após a morte do filho mais jovem, José Fabrício, os outros filhos foram assentar-se próximo ao rio Piratini, no local onde hoje é a Estância Velha, requerendo aí sim a referida sesmaria. Crescêncio Fabrício da Silva, um dos descendentes do pioneiro José Fabrício, afirma que, “*Segundo contavam os mais antigos... ali eles fizeram um caramanchão, primeiro o acampamento, (...) que era um galpão de capim até eles construírem a casa*”.(NASCIMENTO, 2009, p.26)

Estas explicações sobre as primeiras instalações dos antepassados relatadas por Crescêncio fazem parte de memórias remotas que o entrevistado carrega desde os tempos de infância, quando ouvia os adultos contando os casos de seus antepassados. O fato é que na bibliografia da época são relatadas situações semelhantes às narrativas do entrevistado, o que evidencia a proximidade de experiências vividas pelos que chegavam.

Podemos constatar isso nas palavras de Flores quando explica como eram as construções de caráter provisório existentes nas sedes das primeiras estâncias, exemplificando-as como “precárias, de paredes de pau a pique, cobertura de sapé e com apenas três peças” (FLORES, 1997, p.164).

Outros autores também referem o caráter provisório das construções que os chegantes construíam para se instalar nos primeiros tempos, revelando que a inserção deles era carregada de carências materiais.

Quanto a isso, Fialho afirma que “O sistema usado pelos pretendentes à concessão de terras era escolher o local da área, construir um rancho de capim, o que chamavam de *acampar ou levantar posse*” (FIALHO, 1992, p.12).

Esse mesmo autor comenta ainda “... obtido o despacho, então é que o proprietário construía a casa definitiva e as demais benfeitorias, o local recaía, quase sempre em lugar com abundância de pedras e boa aguada, pois a pedra era

²⁴ A estrada geral que é referida aqui ligava esses lugares a São Miguel das Missões e é apresentada como caminho das origens, pois vários entendimentos existem dizendo que na direção norte-sul estavam localizadas reduções da primeira fase dos jesuítas nestas terras, como a Capela San Tiago, que inclusive é referida no documento de requerimento da sesmaria (ANEXO XX). A estrada é referida também como estrada real.

o material disponível na época e serviu para casas, galpões, mangueiras e cercados...”

Conforme anotações de Fialho, “obtida a confirmação de posse, construíram definitivamente a sede da fazenda, cuja data está lavrada em uma pedra da parede colocada acima da porta da frente principal da casa, 1835 – hoje encoberta pelo reboco” (FIALHO,1992, p. 133).

Na foto, podemos perceber a marca na referida pedra em que constava a data de construção da sede da Estância.



Figura 7: Vista de frente da Estância Velha (jan./2009)
Fonte: Arquivo e foto da pesquisadora

A construção da casa guarda o estilo característico da época: paredes que chegam a medir 40-50 cm de espessura, aberturas feitas em madeira de lei, com vastas portas e as janelas com avantajadas soleiras, além de cobertas com telhas de barro, outra característica das construções do início do século 19 conforme explicações de Macedo (*apud* BERTUSSI [et al], 1983, p. 76- 77).

Fialho explica que se usava madeira de lei “... linhas e travessas de louro ou cabriúva...”. E ainda sobre o material de construção conta que “A argamassa para o assento era barro amassado com cinza, as aberturas ou quadros de portas ou

janelas, que chamavam portaladas, também de madeira”... (FIALHO, 1992, p. 12).

Em referência ao mesmo local, Valeriano Cruz, reconhecido popularmente em Bossoroça como grande conhecedor da história do município, escreve: “é toda construída em pedra e é dos primeiros povoadores brancos do lugar [...]” ([s/d], p. 86).

Na foto a seguir, mais antiga do que a anterior, podemos ainda perceber não só a casa dos proprietários, no caso já a construção definitiva, mas também as instalações destinadas à produção (trabalho), conforme modelo arquitetônico introduzido pelos luso-brasileiros nas grandes propriedades naquele contexto espaço-temporal.



Figura 8: Vista de frente da Estância Velha (antiga)
Fonte: FIALHO, 1992, p. 147

Segundo Clarice Sanfelice Rahmeier:

[...] no caso do Noroeste do Rio Grande do Sul, região ocupada tardiamente pelos portugueses, e onde as estâncias estruturaram-se somente a partir da efetivação do domínio luso (1801), a arquitetura das casas-sede acompanhou esse processo tardio, revelando em suas formas certo conservadorismo se comparadas a outras regiões da Província. Na região que correspondia a Cruz Alta, mais especificamente, onde o povoamento mais efetivo deu-se por volta de 1830, a arquitetura das casas dos

estancieiros, mesmo das definitivas, é bastante simples, característica presente até mesmo nas construções de fins do século, momento em que outras áreas do Rio Grande do Sul já incorporavam elementos inovadores, industrializados e até mesmo importados. Ainda que fossem simples, as casas dos estancieiros no Noroeste da Província possuíam alguns elementos básicos que as diferenciavam das demais residências da sede, sendo superiores não só nos materiais empregados, mas também pela presença de diferentes espaços funcionais. Era característica comum das casas-sede a presença de dormitórios (entre 3 e 5), corredor, sala da frente, varanda, cozinha, dormitório de hóspedes, alcovas, capela, oratório ou nicho. Apesar da simplicidade, um relativo conforto e certa privacidade eram assegurados nessas moradias, o que não ocorria com as demais construções (RAHMEIER, 2007, p. 128).

Na construção da Estância Velha, podemos reconhecer muitos desses aspectos descritos por Clarice Rahmeier como características da cultura material referente ao passado estancieiro luso-brasileiro no Rio Grande do Sul. Fotos das dependências internas comprovam as semelhanças entre elementos como distribuição dos espaços internos e materiais de construção, dentre outros.



Figuras 9 e 10: Elementos característicos da arquitetura da Estância Velha
Fonte: Arquivo e fotos da pesquisadora (dez.2009)

Segundo nossas pesquisas e pela data do documento referente à sesmaria dos Fabrícios, a sede da Estância Velha constitui uma das mais antigas construções do período e, embora de forma precária, permanece em pé ao longo do tempo.

Apesar da complexidade de fatores que envolvem a Estância Velha, não há significativos empreendimentos administrativos nem particulares para sua preservação, nem para sua valorização como testemunha material de uma época.

Isso permitiria reunir subsídios para discutir aspectos sobre a cultura estancieira que, caso contrário, se perderão com o tempo como, por exemplo, a vida dos escravos que ali viveram.

De acordo com Nora, os lugares de memória “são os bastiões sobre o qual se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de constituí-los” (NORA, 1993, p.13).

Talvez esteja aí a explicação para o pouco entusiasmo em memorizar a Estância Velha, assim como outras sedes espalhadas pelo município. Essa falta de estímulo em interpretá-las, reproduz apenas o que é conveniente à manutenção das forças sociais que comandam essas relações. De acordo com o autor antes referido, o apelo pelos lugares de memória surge quando a tradição está se esvaindo, quando há iminência de vê-la desaparecer, e não é esse o caso da cultura estancieira em Bossoroca, pois essas relações estão latentes, vivas e espalhadas por todo o município. O que pode haver é um jogo velado de se deixar esvaírem elementos acerca do processo escravista ou aspectos relativos a isso.

2.2.4 Cemitério dos Cativos

O cemitério dos cativos, como é conhecido, está localizado a sete quilômetros da sede do município. Situa-se na já referida estrada geral que, segundo relatos, ligava-se desde muito tempo a São Miguel das Missões.

De acordo com Fialho, o cemitério foi construído em função de uma Lei Imperial de 1850 que dizia: “é proibido filhos de escravos frequentarem escolas junto com brancos, é proibido sepultar escravos junto com brancos, estes deverão ser sepultados em cemitérios separados.” (FIALHO, 1992 p. 289). Por ocasião da morte de três escravos durante a vigência da referida lei, teria surgido o Cemitério dos Cativos²⁵, constando ser o único do gênero no Rio Grande do Sul.

²⁵ Em referência àquele que vive em cativeiro. No caso, cativo e escravo denotam o mesmo significado.

colocar o assunto na pauta de discussões. O tema, por isso, acabou novamente caindo no esquecimento.

De acordo com Fialho (FIALHO 1993, p.288 e 289), os túmulos que estão no Cemitério são os de três escravos, mortos pelo fato de terem causado, acidentalmente, a morte de um menino, enteado de um vizinho que se encontrava viajando, visto que era carreteiro. Bárrrios, escravista que estava na propriedade no momento do acidente, após a morte do menino, mandou matar os negros, e, ao identificar como principal responsável seu escravo Ambrósio, mandou, além de executá-lo decepar sua cabeça e colocá-la exposta na ponta de postes na frente da casa, para dar exemplo aos outros negros. Ainda de acordo com suas anotações, o túmulo construído com tijolos que existe no cemitério dos cativos é de José Fugante, padrasto do menino. Ele, que nunca se conformou pela brutalidade com que foram punidos os escravos, pediu para ser sepultado junto a eles.



Figura 12: Vista do Cemitério dos Cativos (Nov./2011)
Fonte: Arquivo e foto da pesquisadora

O Cemitério está rodeado por uma taipa²⁶ de pedras, que faz conjunto com tantas outras que existem por ali.

²⁶ As taipas também conhecidas por cercas de pedras são construções muito encontradas na região do município de Bossoroca. Feitas com a sobreposição de pedras encontradas nos arredores constituem um elemento importante na paisagem do município de Bossoroca.

As cercarias de pedra estão presentes em vários pontos do município. De certa forma, estão esquecidas pelo tempo nos lugares em que não têm serventia, mas, em alguns pontos ainda determinam divisas. Essas taipas de pedra separam campos (invernadas) ou servem como divisor com outras propriedades.

Mesmo que não se queira, quando se está diante das cercas de pedra são recorrentes os questionamentos: Quem as construiu? Quando? Quais os custos humanos empreendidos na construção delas?

De acordo com Fialho, “As taipas de pedras que dividiam ou demarcavam tais propriedades são produto do cativo” (FIALHO, 1992, p.287). Muitos atribuem aos brancos a construção destas imensas cercarias de pedras por ser uma construção complexa para a “pouca habilidade dos negros”. Isso evidentemente demonstra um autêntico exercício de racismo, e coloca também em pauta a tentativa de invisibilizar o negro nos discursos patrimoniais.

2.2.5 Monumento a Noel Guarany

Um dos atuais cartões-postais de Bossoroca é o monumento construído em homenagem ao músico e compositor Noel Guarany.



Figura 13: Memorial a Noel Guarany, Cemitério Municipal de Bossoroca-RS
Fonte: Foto e Arquivo pessoal da pesquisadora

Noel Borges do Canto Fabrício da Silva, o Noel Guarany, nasceu em Bossoroca, em 26 de dezembro de 1941. Sempre se apresentou como “*cria da Bossoroca*” - uma alusão ao fato de haver nascido nessa localidade - e descendente de índios guarani, pela ascendência materna. Era descendente da família Fabrício pelo lado paterno, fato que o condicionava a periódicas visitas a Bossoroca, mesmo depois de viver longe dali.

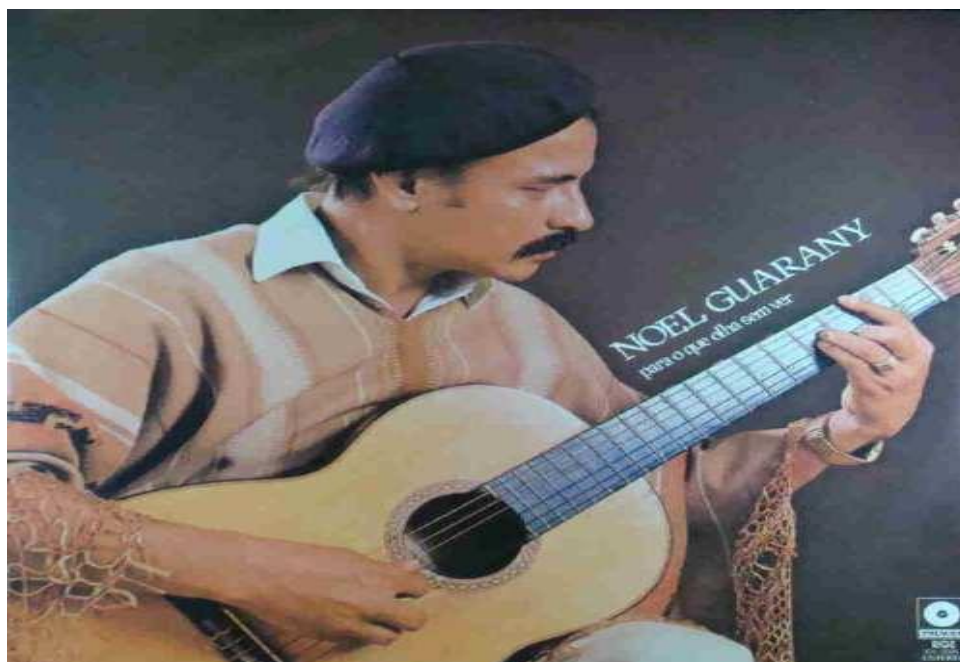


Figura 14: Noel Guarany

Fonte: <http://cifrantiga7.blogspot.com.br/2011/02/noel-guarany.html>

O *cantor da Bossoroca*, como ele mesmo se intitulava, mantinha uma estreita relação com o município, conforme entrevista, realizada no dia 08-02-2012, de Coralia Sofia Amaral Fabrício ²⁷. De acordo com Coralia, “Noel vinha no acampamento da família Fabrício e tocava nessas reuniões, trazia músicos importantes”. Ele mantinha grande apreço pela Estância Velha, lugar com o qual tinha grande ligação afetiva, tanto que, de acordo com a entrevistada, “Ele sempre pedia para ser enterrado no cemitério da Estância Velha”. Ela explica que, devido ao difícil acesso ao cemitério da Estância Velha, decidiu-se por enterrá-lo no Cemitério Municipal de Bossoroca.

²⁷ Entrevistamos a senhora Coralia Sofia Amaral Fabrício no dia 08-02-2012 buscando compreender um pouco mais da relação de Noel Guarany com Bossoroca tendo em vista que mantinha estreita relação de amizade com ele. Ela também tem muitas lembranças sobre o passado histórico do município o que foi registrado na entrevista.

O monumento edificado em homenagem a Noel Guarany, considerado hoje um dos filhos ilustres de Bossoroca, foi inaugurado no dia 27 de março de 1999. Construído sobre os restos mortais do artista, no cemitério municipal de Bossoroca, localizado na entrada principal da cidade, apresenta em sua composição uma série de elementos ligados à vida e à história do artista: tronqueiras e varejões na porteira, a cruz missioneira, o violão, o pala velho, uma taipa de pedras, e uma escala musical. Apresenta, ainda, uma corrente que significa a ligação do artista aos admiradores de sua música. O monumento foi projetado pelo arquiteto Plínio Ivar da Rosa para homenagear o cantor e compositor.

Existem dois aspectos elementares para que se entenda a relação de Noel Guarany com Bossoroca e para que, conseqüentemente, se avaliem as dimensões que alcança a construção de um monumento em homenagem ao artista.

Noel cantava músicas que referiam e reverenciavam o passado jesuítico-guarani e, em especial, o grupo étnico guarani do qual sempre se declarou herdeiro cultural e étnico. Noel foi, no entanto, irreverente e contestador implacável do autoritarismo e da ditadura militar. A postura de artista contestador levou-o a tomar posições ideológicas e partidárias, e a posicionar-se contra o poder instituído. Isso, em Bossoroca, nas décadas de 1970/80, era “pisar em campo minado”. Essa postura crítica e austera de “não ser homem de meias verdades” fez com que Noel fosse aclamado por muitos, mas repudiado por aqueles que se sentiam ameaçados ou ultrajados por suas críticas.

Algumas evidências acerca do posicionamento de Noel Guarany e do que relatamos podem ser constatadas nos seguintes versos:

“É um dever do payador
zelar ao bem da verdade
(versos 29 e 30- “Payador”)

“Não nasceu senhor no mundo
que compre minhas verdades”.
(versos 29 e 30 - “Total”)

E para elucidar até onde vai a tomada de posição que Noel faz em suas músicas, citamos uma delas na íntegra para que se possa entender melhor o que

ele passa a representar numa sociedade que vivia naquela época à sombra do autoritarismo ditatorial.

PRA QUE VOLTEM OS CONDORES

(Noel Guarany - José João Sampaio da Silva)

Quando os ventos redentores
Se alçam ninguém domina
E esta América Latina
Será um vôo de condores
Os anseios multicores
Pontearão qual um vaqueano
El coração dos *hermanos*
É que será o epicentro
Pra resgatar tempo adentro
O ideário bolivariano

Nesse atavismo sem fim
Tão milenar quanto os Andes
É que são feitos os grandes
Iluminados enfim
Kenedi, Marti, Ochimín,
Estrela guia, Lavalleya,
Benito Juarez, Balmaceda,
Lutter King, Tiradentes
Pariram sonhos pungentes
Ornados de bronze e seda

Tupac, condor andino
Sucre, Cienfuegos e Allende
Pra o lado que a história pende
Aí está um paladino
Lincoln, Prestes ou Sandino
Seja lá o nome que for
Há de existir um payador

Com sua décima de prata
Ressuscitando Zapatta
E Artigas, el protetor

Não se matam ideais
Populares, precursores,
Mas aí estão os gran senhores
E os grotescos arsenais
Os indigentes mentais
E deles não te compadeças
Em casamatas espessas
Militarizam os ares
Com espadas nucleares
Pairando em nossas cabeças

Crioulo archote de luz
Nos confins do mundo inteiro
Qual meu Sepé missioneiro
Tua fama brilha e reluz
E o velho Rincão da Cruz
Do Rio Grande Tapejara
Vincha e lança de taquara
Com legendas libertárias
Guarda ânsias proletárias
Del *hermano* Che Guevara.

De acordo com a narrativa de Guiomar Batu Terra dos Santos²⁸, que reuniu grande material sobre a vida do artista, registrada no livro NOEL GUARANY, DESTINO MISSIONEIRO, de Chico Sosa, reunindo lembranças do cantor, “A postura irreverente e combativa fez com que recebesse o título de Payador Maldito”.

²⁸ Guiomar Terra Batu dos Santos é professora de Português e Literatura, admiradora da obra de Noel Guarany, do qual estudou a trajetória artística, reunindo materiais sobre a vida e a obra dele. Prefaciou o livro de Chico Sosa NOEL GUARANY- DESTINO MISSIONEIRO, editado em 2003.

Entendemos que a construção do memorial para Noel Guarany, apesar da disposição que se tinha em negociar com o passado jesuítico-missionário e o fato de Noel ser um dos ícones dessa identidade, deve-se, em muito, ao momento político que Bossoroca vivia na época.

O momento político da construção do Monumento em homenagem a esse cantor e guitarrista é peculiar na história do município e da região. O monumento foi construído no ano de 1999, período em que se encerrava o mandato da então prefeita Jacira Dutra Shimitz. O simples fato de ser uma mulher, já tornava a situação diferenciada, pois, em toda a região, a ocorrência de uma mulher assumir o executivo municipal já era uma situação inédita. Outro fator relevante diz respeito ao fato de que a prefeita representava, no momento, a oposição política, que sempre estivera aliada do poder desde que o município se emancipara em 1967, auge do período da ditadura militar. Torna-se instigante, portanto, imaginar se haveria a mesma intencionalidade em construir o monumento se a administração pública ainda estivesse sob o domínio do mesmo grupo que estivera desde sua emancipação política e administrativa.

Para a administração que encerrava seu mandato político na esfera municipal, a construção de um monumento em lugar estratégico significava a possibilidade de instituir no município um marco histórico de que se encerrava uma fase e anunciava-se uma nova. Um marco do que se havia conquistado e não haveria de retroceder. Afinal, esse monumento colocava em evidência e enaltecia uma figura que assumira posturas ideológicas definidas e audaciosas contra o autoritarismo²⁹ em terra de tantos coronéis e de um passado e presente marcados por injustiças sociais e mandonismos.

Muito além de anunciar um Noel Guarany, símbolo do missionarismo, o monumento passa, então, a anunciar a perspectiva de uma nova concepção ideológica para o município. Adquire conotação de monumento em referência a uma Bossoroca que se reafirma política e ideologicamente.

Lembremos que os monumentos são produtos de um grupo que os constrói com a intenção de deixar suas marcas na sociedade que os produziu para que continue a articular sentimentos e entendimentos.

²⁹ A postura a que nos referimos aqui é em relação as letras de suas músicas, que faziam denúncias de injustiças sociais e ao fato de ser filiado ao PT- Partido dos Trabalhadores.

Neste sentido, são esclarecedoras as palavras de Pommer: “Os monumentos, enquanto exemplos de lugares de memória, são elementos articuladores de identidades, pois, sendo o resultado de ações humanas, encerram representações das memórias coletivas dos grupos humanos. Memórias socioculturais carregadas de significados temporais e espaciais.” (POMMER, 2009, p.38). Assim, com todos os sabores ou dissabores que possa provocar, Noel Guarany está hoje para Bossoroca muito além da sua identidade missioneira, pois é sinônimo de que houve alternância de poder na administração de Bossoroca.

3 USO DO PATRIMÔNIO NOS PROCESSOS IDENTITÁRIOS E AS REPRESENTAÇÕES, SIGNOS E ELEMENTOS QUE SÃO ASPECTOS DA CULTURA LOCAL

Neste capítulo, pretendemos apontar alguns lugares, representações, e signos presentes em Bossoroca classificando-os como objeto da cultura jesuítico-missioneira ou estancieira. Queremos, além disso, interpretar os direcionamentos e encaminhamentos a que estão sujeitos na perspectiva de se empreender a afirmação de processos de construção de uma identidade coletiva, ou seja, a identidade missioneira de Bossoroca. Em muitos aspectos, podemos perceber um entrelaçamento dos mesmos, o que se justifica quando lembramos que todo processo cultural é dinâmico e fluído.

Em Bossoroca, existem importantes marcas das experiências sociais desenvolvidas ao longo do tempo. Quando analisamos os vestígios da experiência jesuítico-missioneira e da experiência estancieira, entendemos coerente e esclarecedor identificar as representações, signos e elementos presentes hoje, identificando aquilo que está ligado a cada uma destas culturas e evidencia, assim, a forma como o patrimônio cultural é usado nesse município.

Por fim, tentamos equacionar aqui nossos entendimentos acerca da maneira que a municipalidade faz uso do seu patrimônio histórico e cultural, seja na disposição de construir uma identidade missioneira, seja na conservação da ordem social estabelecida com a manutenção de diversos aparatos culturais que se tornam instrumentos para manter o social e culturalmente constituído, o que entendemos ser o caso da cultura estancieira.

Todo grupo social tem suas relações calcadas em seu imaginário coletivo, ou seja, embora existam sempre as particularidades, existe um conjunto de ideias que dá coesão ao grupo. Esse imaginário se projeta nas relações sociais e repercute nas práticas sociais, tornando aceitáveis ou não determinadas práticas e influenciando os valores e preceitos éticos e morais e a forma de ver e estar no mundo. Acerca desse ponto, são esclarecedoras as palavras de Sandra Jatahy Pesavento:

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matizes de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real.

Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade (PESAVENTO, 2005, p.39).

A coesão do grupo é alcançada conforme a necessidade/possibilidade de estar incluído no grupo. O sentimento de pertencimento é acionado por sistemas subjetivos que, às vezes, fazem parte de processos inconscientes e são determinados pelo universo simbólico do indivíduo e do grupo no qual está inserido. É o imaginário coletivo que dá o aporte sobre o qual se firma a identidade. Diretamente relacionada à percepção que se tem dos elementos culturais acionados está o fato de que se queira ou não pertencer ao grupo. É necessário, portanto, o sentimento de pertencimento.

Isso explica o fato pelo qual os processos de afirmação de identidades regionais estabelecem uma ciranda de trocas e negociações com o presente e o passado, a fim de que se estabeleçam relações de pertencimento.

Falar em identidade de grupo pressupõe falar em cultura, já que é a partir do aparato cultural do grupo que se fomenta a forma como esse grupo vai se apresentar diante do outro, lembrando que a identidade é construída a partir do conflito e da negociação e sempre para fazer frente ao outro, apresentar-se ao outro. Conflito, porque os elementos culturais levados em conta para constituir uma identidade obrigatoriamente virão em detrimento de outros que ficarão ocultados, ou seja, se elegem aspectos para obter, por esse meio, a coesão do grupo, intencionalidade maior quando se aciona uma identidade de grupo. Negociação, porque todas as identidades são negociadas, quer dizer, se negociam com o grupo os elementos de sua cultura ou do passado que serão afirmados como elementos de sustentação de sua identidade.

Neste ponto, convém lembrar que toda identidade é fluída, visto que se pode compactuar de várias identidades, fazendo uso de cada uma de acordo com o que se configura momentaneamente na dinâmica dos processos histórico-sociais nos quais o ser humano está inserido como indivíduo e como grupo, individual ou coletivamente.

A comunidade passa, então, a desfrutar dos efeitos dessa coesão grupal, embora em tal grupo ou em tal comunidade muitas vezes alguns membros ou muitos deles nunca estabeleçam elos de relacionamento diretos ou indiretos.

Por meio da afirmação de signos e representações locais, as identidades regionais dão conta de caracterizar os membros de uma região, colocando-os em posição de diferença às demais regiões, relacionando a parte ao todo.

Ao afirmar seu pertencimento a uma identidade cultural, regional, étnica, social ou sexual, o indivíduo assume posturas no mundo, mostrando seu posicionamento frente às questões de seu tempo. Isso importa comprometer-se com determinadas práticas e valores sociais, o que nos remete a perceber os processos de consolidação de identidade regional como instrumentos capazes de interferir na ordem social.

Lançando um olhar holístico sobre a cultura de Bossoroca somos levados a constatar que houve um movimento direcionado à afirmação da identidade missioneira do município. Muitas tradições da cultura estancieira, no entanto, estão vivas nas relações sociais e não são interpretadas ou debatidas. Outras manifestações culturais recalam-se na invisibilidade.

Quando analisamos a forma como Bossoroca apresenta-se frente ao todo, ou seja, frente aos outros, podemos perceber que há uma busca constante por legitimar determinados aspectos históricos, afirmando símbolos e elementos que revelam a busca da construção de uma identidade missioneira. Podemos constatar, porém, que algumas relações sociais estabelecidas ou representações do passado não aparecem reveladas nos processos de afirmação identitários.

O processo de afirmação de uma identidade regional se caracteriza a partir de uma busca, coletiva ou individual, de levar uma parte a enfrentar um todo. Essa busca pode se basear nas tradições existentes ou em idealizações e tradições inventadas ou reinterpretadas a fim de justificar um pretendido vínculo com determinado passado. O patrimônio histórico e cultural é articulado no sentido de sustentar a identidade pretendida.

Entendemos que esse empreendimento na construção de uma identidade missioneira está muito ligado a um movimento regional em torno do que ocorreu a partir da década de 1980, o que é chamado “missioneirismo” por Roselene Pommer. De acordo com Pommer (2009), esse fenômeno iniciou-se em São Luiz Gonzaga, município vizinho, e se estendeu para outros municípios da região. Isso explica o fato de tamanha busca que se empreendeu em Bossoroca por suas origens missioneiras.

É conveniente lembrar, no entanto, que, ao ser escolhido um ou outro patrimônio para valorizar e sobre o qual empreender um processo de afirmação, são deixados de lado outros patrimônios, o que nos leva a refletir acerca de algumas questões: O que se quer ao afirmar um passado que está morto? Em Bossoroca, o passado jesuítico-guarani não incomoda, visto que a materialidade arqueológica ou as representações do passado jesuítico-missioneiro não abrem espaços para manifestações que impulsionem discussões sociais já que ali não se reconhecem descendentes indígenas. O Censo de 2010 apresenta uma estimativa de 0% de indígenas em Bossoroca (IBGE-2010-Prefeitura Municipal de Bossoroca).

Na mesma perspectiva, porém em sentido oposto, o passado estancieiro incomoda, pois está vivo e latente nas relações sociais estabelecidas. A questão fundiária é muito forte, estabelece a forma de viver e de ser. Discussões e considerações acerca do passado estancieiro do município podem potencializar situações em que alguns valores sejam colocados em xeque.

A identidade missioneira de Bossoroca sempre nos intrigou e foi o que nos instigou a investigar no sentido de compreender o motivo pelo qual, mesmo evidenciando no seu cotidiano tantos elementos da cultura estancieira, esse município empreende tantos esforços para construir uma identidade missioneira, ou seja, para se apresentar como *missioneira*.

Em busca da constatação dos empreendimentos e dos elementos que evidenciam o vínculo com o passado jesuítico-missioneiro, buscamos compreender o movimento ocorrido na região e que nos traz importantes perspectivas de entendimento.

De acordo com Roselene Pommer, a partir da década de 1980, desenvolveram-se na região missioneira movimentos de valorização da experiência jesuítico-missioneira: "... no início da década de 1980, alguns municípios da região das missões, noroeste do estado do Rio Grande do Sul, estabeleceram negociações com as referências do passado reducional jesuítico-guarani dos séculos XVII e XVIII, na tentativa de produzir para si uma identidade missioneira" (POMMER, 2009, p.31).

Conforme sua afirmação, esse direcionamento surgiu como alternativa para o momento de crise do setor agrícola da região. Assim, buscava um referencial de cunho político-ideológico e, servindo-se de alguns acontecimentos da história reducional, pretendia direcionar a sociedade local a interpretar o passado reducional como uma experiência socialista ou comunista da humanidade. Naquele momento, a

comunidade regional poderia ter proveito no sentido de subsidiar algumas ações que se buscavam efetivar em São Luiz Gonzaga. Sem analisar profundamente o mérito de que este tenha sido o principal ensejo do grupo que impulsionou o movimento de fomentação e afirmação de uma identidade missioneira para São Luiz Gonzaga e região, pois esse não é nosso foco, não acreditamos que esse fosse a motivação para Bossoroca querer “ser missioneira”.

Entendemos que, neste caso, a oportunidade de Bossoroca fazer parte de uma identidade que se constituía na região e alcançava apelo e reconhecimento nacional foi fator determinante para despertar tal interesse. Entendemos que não houve conotação política e ideológica nesse município com movimento ideológico que se desenvolvia, segundo Pommer (2009), no município vizinho, até porque a inserção de Bossoroca nessa busca ocorre num momento posterior, portanto em contexto diferente daquele de São Luiz Gonzaga.

Isso nos leva a perceber que pode ter ocorrido um movimento no sentido contrário, ou seja, a interpretação de que o fato de Bossoroca apostar em sua identidade missioneira não teria inconveniente. Ali, o passado jesuítico-missioneiro não potencializa efervescências sociais, diferentemente de que seria com o fato de se remexer no passado estancieiro do município, no qual as representações pretéritas estão latentes na sociedade e revelam aspectos que, discutidos, poderiam levar ao rompimento de amarras, desde muito, consolidadas na sociedade.

De acordo com Pommer (POMMER, 2009, p. 65), várias ações foram efetivadas na região no sentido de fundamentar o pretendido: fazer a coletividade sentir-se inserida no processo, ou seja, criar vínculos com a história revisitada, fazendo aflorar sentimentos de pertencimento ao passado jesuítico-missioneiro como forma de superar um momento socioeconômico de dificuldades voltando o olhar para os tempos áureos de fartura da sociedade jesuítico-guarani rememorada. Nesse sentido, é que muitas atividades foram realizadas: Primeira Mostra de Arte Missioneira, em São Luiz Gonzaga de 30 de abril a 03 de maio de 1980; construção de pórticos referentes às missões jesuíticas; cruzeiros missioneiros nos acessos rodoviários; realização de cursos e seminários, dentre outras ações que buscavam evidenciar e memorizar o passado jesuítico-missioneiro com o uso do adjetivo “missioneiro” para designar, por exemplo, casas comerciais e outros locais.

Quanto a isso, esclarece que:

“A tentativa de produção de um tipo missioneiro enquanto elemento identitário regional se fez perceptível em dois níveis de produção simbólica: 1) da paisagem missioneira original, culturalmente estruturada por monumentos representativos do passado histórico-reducional; e 2) dos elementos articuladores da memória local, que permitem ao grupo social reportar-se ao seu passado, por intermédio da agregação intencional de elementos contemporâneos, novos monumentos, sobrepostos aos originais.” (POMMER, 2009, p. 65).

A partir dessa afirmação, percebemos a importância que o patrimônio histórico alcança nesses processos de afirmação identitária no sentido de dar suporte às pretensões de dialogar com o passado, visto que, por meio do patrimônio, afloram sentimentos de pertencimento.

O que aconteceu em São Luiz Gonzaga, apresentado e nomeado por Pommer (2009) como “Missioneirismo”, é a busca de negociação com o passado jesuítico-guarani, como forma de alicerçar esse movimento na valorização e afirmação dos monumentos originais e na reorganização do espaço e efetivação de novos signos. Nesse sentido, tomando essa afirmação como referência, percebemos em outros municípios a crença de ser guardiões da cultura jesuítico-guarani. Esses tiveram vontade e intento de se constituírem herdeiros dessa experiência social que despertava interesses de vários setores e podia, portanto, resultar em potenciais ganhos para o município, principalmente no que se refere ao turismo.

A partir desse movimento, muitas outras ações se desenvolveram na região buscando o reconhecimento de suas origens missioneiras. Em Bossoroca não foi diferente e muitos olhares voltaram-se para o passado missioneiro.

3.1 Bossoroca é Missioneira!!!

A década de 1990 foi marcada nesse município pela busca das suas origens missioneiras, o que fica evidenciado com ações pontuais que se multiplicam.

Entendemos que o que aconteceu em relação à afirmação da identidade missioneira da *Buena Terra* está associado ao que aconteceu no seu entorno, ou seja, está ligado ao movimento regional conhecido como *missioneirismo*. Conforme Pommer, que pontua o desenvolvimento da produção de uma identidade missioneira para São Luiz Gonzaga a partir da década de 1980,

A região que se apresenta como Missioneira é composta por quatro municípios que tiveram sua primeira ocupação ligada à ação política e

missional dos padres jesuítas sobre populações de nativos guaranis, em nome da coroa espanhola, em sua segunda fase a leste do rio Uruguai, a partir do século XVII. São eles: São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, Santo Ângelo e São Nicolau; além dos dois distritos: São João Batista e São Lourenço das Missões (POMMER, 2009, p. 64).

A partir das repercussões desse movimento regional, a administração municipal e alguns setores ligados à cultura e ao turismo de Bossoroca manifestam a disposição de apresentá-la como missioneira.

Na esteira do movimento regional, inicia-se, então, uma busca de referências com finalidade de identificar e registrar os vestígios do passado reducional a fim de incluir esse município no movimento regional e permitir-lhe apresentar-se como missioneiro.

Além das várias referências históricas que apontam para o passado jesuítico-guarani nessa municipalidade, como estradas, caminhos, vestígios de capelas e outras construções que constituem indícios de reminiscências da primeira e da segunda fase dos jesuítas no território que hoje é Bossoroca, houve a procura por constituir novos elementos, capazes de afirmá-la como missioneira. É isso que pretendemos pontuar a seguir.

As afirmações de Cruz sobre a possibilidade de Bossoroca abrigar vestígios da sociedade jesuítico-guarani, passaram a ser buscadas, revisitadas e afirmadas. Segundo CRUZ (p.22), “No primeiro ciclo da civilização jesuítica foi levantada a Capela de Santiago, que era destinada a um posto de criação de gado”. Esta, porém, foi destruída pela ação dos bandeirantes em 1636, e rearticulada na segunda fase dos jesuítas na região. De acordo com essa afirmação, na fazenda que pertence à sucessão de Ramão Fagundes, havia vestígios da capela que outrora ali existiu. A capela *San-Tiago* (grafia antiga) era o cruzamento das reduções construídas já na segunda fase da civilização jesuítica, como São Nicolau, São Luiz, São Lourenço, e São Miguel Arcanjo, e as estâncias situadas entre o rio Ibicuí e a Serra de San Xavier (CRUZ, 1993, p. 22). No livreto destinado à divulgação turística, citadas na página 8, aparecem as palavras do livro *História e Memórias de Bossoroca* (CRUZ, 1993 p.10): “Diversas razões levam-me a dizer que nas campinas verdejantes e perfumadas do Distrito da Igrejinha, pois, topograficamente, era a encruzilhada entre os Sete Povos e as Estâncias guaraníticas do sul”. Isso evidencia a ligação de Bossoroca com a história das missões jesuíticas.

Com base em tais registros históricos e em outras evidências sobre aspectos que ligavam Bossoroca com o passado jesuítico-missioneiro, a secretaria do turismo e alguns segmentos da sociedade, a partir do início da década de 1990, passaram a empreender esforços a fim de reunir elementos para mostrar que Bossoroca era missioneira e, assim, despertar o sentimento de pertencimento das pessoas a seu passado missioneiro.

Dentre os resultados encontrados ao longo dessa busca para apontar os elementos que serviram para afirmar a condição missioneira de Bossoroca, pontuamos: o *slogan* de identidade do município, a afirmação e reconhecimento de Noel Guarany como filho ilustre, por seu reconhecimento nacional e internacional como músico missioneiro, bem como de Jayme Caetano Braun, também reconhecido poeta e payador missioneiro; as ações de busca das origens missioneiras na Estância do Sobrado; o festival musical *Manancial Missioneiro da Canção* e a construção da cruz missioneira no trevo de acesso à cidade, como ocorre em Santo Ângelo, São Miguel, São Luiz Gonzaga e São Nicolau (desde 1987, ano em que se comemoravam 300 anos de fundação de alguns dos povoados). A cruz missioneira passou a fazer parte também do cenário bossoroquense.

Cada um desses empreendimentos efetivou-se em ações que pretendiam afirmar o município como herdeiro legítimo da cultura jesuítico-guarani, portanto, historicamente investido de legitimidade para barganhar sua parte nos ganhos de um futuro promissor. A declaração de São Miguel das Missões, Patrimônio Histórico Mundial pela UNESCO, constitui-se numa grande conquista, fato de agregação de valor incontestável. Fazer parte desse enredo tornou-se realmente uma situação comparável à das grandes heranças a serem partilhadas. Habilitar-se nesse processo de reconhecimento foi fator determinante na construção da identidade missioneira para muitos municípios no entorno e, nesse caso, para a *Buena Terra*. A década de 1990 foi marcada, então, pela busca de elementos que mostrassem aos outros essa identidade.

A perspectiva vislumbrada pela administração pública, em especial pela secretaria do turismo do município (com ênfase na gestão 2000-2004) em fomentar o turismo local pelo uso da Identidade *missioneira* foi fundamental. Para isso, foi aproveitado um processo de construção que havia se desenvolvido durante a última década (1990), o que poderia resultar em significativos ganhos para a comunidade local. Resultado disso foi a inserção do município no roteiro *Caminho das Origens*, e

a elaboração de um trajeto turístico para Bossoroca, apresentado no folheto *Bossoroca: história e pontos turísticos*.

Essa busca gera diferentes formas de entendimento e investimentos, que se traduzem em diversos modos de interpretação e articulação dos vínculos com esse passado para obter proveito cultural.

Nesse sentido, são muito esclarecedoras as palavras de Ceres Karan Brum quando afirma:

[...] o passado missioneiro se constitui em um problema antropológico presente, uma vez que a memória do mesmo vem sendo acionada de diversas formas, produzindo imaginários, pertencimentos e identidades que têm o missioneiro como referencial histórico construído cujos olhares importam em tomadas de posições acerca do passado no presente. (BRUM, 2005, p.15)

Quando questionamos se a evocação do *ser missioneiro* é tentativa de afirmação do passado jesuítico-missioneiro, percebemos que essa expressão suscita interpretações diversas. Quanto a isso, devemos refletir sobre o que diz Brum:

O trabalho da memória coletiva na construção de imagens acerca do passado missioneiro igualmente assim se expressa, sendo marcado pela pluralidade de elementos que colocam em disputa o poder de dizer o que foram as missões para vivê-lo no presente (BRUM, 2005, p.29).

É importante lembrar que todas as identidades são políticas, no sentido de que são acionadas de acordo com as necessidades do momento vivido, num movimento que busca alguma coisa do passado para explicar o presente com a perspectiva de melhorar o futuro. Para isso, é preciso, porém, usar o que se tem, ou se imagina ter, para interagir diante do concreto, conforme os benefícios que possa oferecer. A respeito dessa concepção, Pesavento (2005, p. 91) esclarece que “A identidade se constrói em torno de elementos de positividade, que agreguem as pessoas em torno de atributos e características valorizadas, que rendam reconhecimento social a seus detentores”.

Bossoroca investe na construção da sua identidade missioneira, buscando evidência e potencialidade turística, fato que passaremos a descrever a partir da trajetória dos fenômenos que se efetivam como afirmativos dela em Bossoroca.

Elencamos a seguir os elementos usados para sustentar a identidade missioneira da *Buena Terra*.

3.1.1 O Nome *buena* terra missioneira

A Lei Orgânica Municipal, de 04 de outubro de 2000, em seu Artigo 4º dispõe: “São símbolos do município de Bossoroca o brasão, a bandeira, o slogan “*Buena Terra Missioneira*” e outros estabelecidos em Lei”.

De acordo com os documentos oficiais e com o site oficial do município de Bossoroca (www.bossoroca.rs.gov.br/), “em 29 de novembro de 1993, o Poder Público Municipal, por meio da Lei 1.139, oficializou o lema do Município, decorrente de um concurso instituído pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, realizado no dia 17 de maio de 1990, durante as festividades dos 25 anos de emancipação político-administrativa, com o objetivo da escolha do lema que identificaria o Município. Participaram do concurso 475 pessoas que deram as mais variadas sugestões.”.

A frase que mais se identificou com o município, de acordo com a comissão avaliadora, formada por Telmo Fabrício Dutra, Jairo Velloso, Aulério José Sehn, Guiomar Batu dos Santos, Eliane M. Medeiros Batista e Mirian Nascimento Manzoni, foi a de autoria de Diego Fernandes dos Santos, “Bossoroca - *Buena terra Missioneira*”. O autor utilizou uma expressão da língua espanhola, *buena*, certamente numa alusão ao domínio espanhol, e a palavra missioneira, numa referência à região das Missões, onde o município encontra-se localizado.

Desde então, o município se apresenta como BUENA TERRA MISSIONEIRA, numa tentativa de enfatizar sua ligação com a história missioneira.

Assim, fica evidenciada a inclinação da comissão em decidir por um slogan que ligasse Bossoroca a seu passado jesuítico-guarani. No momento, isso potencializava uma substancial agregação de valor para o município, visto que poderia trazer bons resultados em termos de divulgação. Parece-nos claro que subjazia aí essa pretensão, quando se instituiu um concurso em busca de referências para a construção da identidade missioneira do município. São as necessidades e possibilidades de melhorar o futuro que fazem com que os grupos busquem seu passado. Entendemos que foi exatamente isso que ocorreu naquele momento.

3.1.2 Noel Guarany: patrimônio de Bossoroca

De acordo com Roselene Pommer (2009), que fundamenta sua tese acerca da produção de uma identidade missioneira na região a partir de um grupo de pessoas em São Luiz Gonzaga, as referências ao passado jesuítico-guarani já vinham subsidiando trabalhos artísticos de artistas como Noel Guarany e Jayme Caetano Braun. Os dois artistas são naturais de localidades que integram o território pertencente hoje ao município de Bossoroca. Segundo ela, “[...] as obras desses artistas podem ser consideradas um dos pontos de partida na estruturação e na divulgação do que se acreditava ser a identidade missioneira [...]” (POMMER, 2009, p. 163).

Isso vem ao encontro de muitos depoimentos de críticos musicais, artistas e intelectuais que testemunharam a carreira de Noel Guarany. Anotamos aqui um breve registro do que está posto no livro de Chico Sosa (2003). Essa obra reúne, além da discografia e história de Noel, reportagens e depoimentos sobre a carreira do artista, conforme relação abaixo:

- Depoimento de Barbosa Lessa sobre o LP Destino Missioneiro: “Ouvir esse disco significa mergulhar nas raízes da gente missioneira.” (SOSA, 2003, p. 56).

- Em 1973, o diretor do Museu Municipal e Casa de Cultura Érico Veríssimo, de Cruz Alta usou as seguintes palavras quando se referiu a esse artista: “NOEL GUARANY, um indiozinho valente, cria da Bossoroca, velho rincão encravado no coração das primitivas reduções jesuíticas, que também, mas como poucos, traz em seu sangue e na sua alma, a mais perfeita consonância de atavismos baguais... NOEL GUARANY, moço de vinte e poucos anos, carrega na garganta e no bojo de seu violão (companheiro inseparável) a mais pura fisionomia de seus ancestrais guaranys...” (SOSA, 2003, p.57 e 58).

- Hugo Ramirez, crítico musical, se refere àquele músico com as seguintes palavras: “Com sua estampa jovem e simpática de guitarrista e cantor missioneiro, Noel Guarany lembra-nos de imediato a lenda do ANGOERA, o índio sisudo que depois de batizado se tornou não apenas alegre, mas voltado de corpo e alma a alegrar todo mundo a seu redor.” (SOSA, 2003, p.69).

- O produtor Marcus Pereira, com breves palavras, narra a apresentação de Noel no Anhembi: “Em 1975, por ocasião da apresentação ao vivo da coleção

Música Popular do Sul, no Palácio das Convenções do Parque Anhembi, Noel Guarany, sozinho com sua guitarra arrebatou o público presente. Inacreditável que uma figura aparentemente frágil, e que se utiliza de um só instrumento, arrebate e leve ao delírio, pelo fascínio épico de sua música, de sua voz e de seu violão (...) o maior teatro brasileiro.” (SOSA, 2003, p.76).

- Uma reportagem da Revista Som do Sertão, de junho de 1982, refere-se à música de Noel Guarany: “Natural de uma região tão importante histórica e culturalmente, ele percebeu que as Missões mereciam ser cantadas, que deveria existir um canto missioneiro.” (SOSA, 2003, p.77).

Estes são apenas exemplos para demonstrar a afirmação de Noel Guarany como precursor do movimento que pretendeu criar uma identidade missioneira para a região e que se reconhece então como missioneirismo. Diante disso, percebemos a fundamental importância do referido músico nesse processo de valorização do passado missioneiro.

Chama atenção o fato de que, quando Bossoroca iniciou sua busca em se afirmar *Missioneira*, Noel Guarany já era artista reconhecido nacional e internacionalmente como músico missioneiro e não houve em Bossoroca grandes movimentos para ligá-lo ao que vinha se desenvolvendo em termos de efetivação da identidade missioneira do município. Teria se pretendido construir uma identidade missioneira sem Noel Guarany? Mesmo que se objetivasse afastar o caráter polêmico das “verdades” que Noel cantava, já não havia como fazê-lo, pois seu nome transcende as negociações identitárias.

Bossoroca mantém hoje, além do monumento a Noel Guarany, construído em local de ampla visibilidade, uma exposição permanente da vida e da obra do artista instalada no hall da Prefeitura. A exposição reúne as memórias de Noel: objetos, roupas, acessórios, discos, partituras musicais, instrumentos etc...

É fato curioso que o referido monumento foi construído em período de administração da oposição³⁰, e que, ainda durante essa gestão, fosse realizado o evento denominado Tributo a Noel Guarany, quando Noel ainda vivia, mas se encontrava muito doente, debilitado pela doença degenerativa que o impossibilitava de exercer sua arte. Após sua morte, nos anos 2006 e 2007, realizou-se a segunda

³⁰ O termo aqui serve para mostrar e referenciar o grupo político que sempre foi oposição em Bossoroca desde sua emancipação política, salvo nos mandatos de 1996-2000 e 2004-2008, quando partidos como PMDB-PT-PDT-PSDB e PTB ascenderam ao poder municipal.

e terceira edições desse evento, reunindo muitos artistas, amigos e admiradores da arte daquele guitarrista, durante o 2º mandato da oposição (2004-2008). Também durante a gestão desse mesmo grupo, foi instalada no hall da Prefeitura a exposição sobre Noel. Vemos aí a intenção clara de reverência àquela figura, num nítido movimento de reconhecimento e comprometimento que vai além da afirmação da identidade missioneira. É também curioso o fato de que, mesmo depois de construído o monumento e organizada a exposição, tenha havido um movimento de recuo a esse reconhecimento a Noel.

Encerrada a administração 1996/2000, a exposição foi retirada da Prefeitura e o monumento ficou relegado à condição de simples túmulo no cemitério municipal, sofrendo, em determinado período, alguns estragos causados pela ação do tempo e pelo crescimento desordenado de matagal em redor da construção. O monumento a Noel já tinha, porém, alcançado dimensões que faziam com que Bossoroca querendo ser “Missioneira”, já não pudesse mais renegar sua “cria”. Localizado em ponto estratégico no Cemitério Municipal, na avenida de acesso principal à cidade, quem entra ou sai dela necessariamente visualiza aquele marco.

Quando mencionamos o mausoléu construído em homenagem a Noel Guarany, é conveniente mencionar o fato de o artista ter ideologia expressiva e temperamento forte, que o colocava em posição considerada polêmica: tanto conseguia agradar, quanto desagradar. Em Bossoroca, marcada pelo autoritarismo político e pelo mandonismo dos coronéis e senhores de terras, muitas vezes as letras das músicas de Noel traziam à tona verdades que não deviam ser ditas. Guiomar Terra (SOSA, 2003, p. 12) que estudou sua trajetória musical afirma que: “A postura irreverente e combativa fez com que recebesse o título de Payador Maldito”.

Entendemos que a construção de monumento em homenagem a Noel Guarany, em 1999, reveste-se de aspectos políticos e ideológicos, devido ao momento político em que foi construído, ou seja, quando o grupo de oposição despedia-se do governo, encerrando seu mandato, até então inédito na história do município. Por esse prisma, pode-se interpretar que aquela construção representou uma bandeira ideológica, um símbolo de afirmação para o grupo que estava no poder. Desse modo, o monumento e tudo que está ligado à memória de Guarany como a exposição no hall da prefeitura teve que ser aceito pelo grupo que

ideologicamente se opunha a reverenciá-lo, em nome da Identidade missioneira de Bossoroca.

Noel Guarany iniciou sua projeção de grande músico nos anos 1970/80, considerado um precursor no movimento de valorização do passado das missões e do povo guarani. De acordo com TERRA (in: SOSA, 2003, p. 14): “Seu trabalho não é mera inspiração poética. É o resultado de incessante pesquisa obtida através de entrevistas com índios e velhos violinistas, onde coletou material sonoro para o ritmo inconfundível de suas milongas, chamarritas e canções campeiras populares”.

Acerca da trajetória de Noel, Terra também afirma que ele “Participou de festivais e arrancou aplausos do público mais simples ao mais exigente em espetáculos folcloristas. Realizou conferências, apresentou-se para universitários e filosofou para intelectuais.” (SOSA, 2003, p.15).

De acordo com Noel Guarany, música missioneira era aquela que cantava o passado e o ritmo dos guaranis, ou seja: “guarânicas, polcas guarânicas, galopas, polcas galopas...” (SOSA, 2003. p. 49). No livro de Chico Sosa, que reúne as lembranças e declarações de Noel, podemos perceber que, de acordo com o próprio músico, seu contato com o cancionero guaranítico ocorreu principalmente em andanças e investigações *in loco*, em missões no Paraguai, na Argentina e missões no Rio Grande do Sul (SOSA, 2003. p. 49).

Esse movimento de valorização do passado jesuítico-missioneiro que passou a fundamentar a identidade regional a que POMMER chama de *missioneirismo* serviu para que a música de Noel Guarany e sua própria figura se tornassem um elemento de barganha nessa ciranda de negociações com o passado em que Bossoroca se colocava. Noel Guarany torna-se figura de valor cultural que transcende o universo regional. O reconhecimento da grande projeção que trazia para o município passou a ser um fato incontestável. As questões ideológicas tiveram que ser deixadas de lado, pois não era interessante para a municipalidade desprezar um potencial de agregação de valor como o de Noel e sua musicalidade.

Esse cantor tornou-se, então, figura de peso para afirmar Bossoroca como *missioneira*. Com esse movimento de notoriedade, o município passa a negociar a pretendida identidade afirmando que são bossoroquenses dois dos considerados “quatro troncos da música missioneira”, Noel Guarany e Jayme Caetano Braun.

Na década de 1990, quando Bossoroca iniciava sua busca por afirmação de uma identidade missioneira, Noel Guarany já era um artista renomado nacional e

internacionalmente, um dos grandes expoentes do que se reconhecia então como música missioneira. Bossoroca, no entanto, nunca fizera efetivos movimentos para valorização desse guitarrista, nem havia por parte da administração pública e das entidades que empreendiam esforços na construção da Identidade missioneira movimentos no sentido de relacionar efetivamente a figura de Guarany com Bossoroca. Isso só se efetiva com a administração de oposição (1996-2000). Daí em diante, torna-se fundamental para o município barganhar seu lugar junto aos outros que se apresentavam como missioneiros o fato de reconhecer e afirmar seu filho-artista: Noel Guarany.

Hoje, a qualquer lugar que se leve o nome de Bossoroca, Noel Guarany é referência certa, pois sua figura transcende as disputas identitárias. Mesmo que a identidade missioneira seja superada por outro processo, o nome desse músico aparecerá ligado aos aspectos culturais, porque a presença dele está consagrada no monumento em sua homenagem o que ensejará muitas vezes a referência dele para evocar seus ideais de liberdade e justiça social. Com certeza, Bossoroca é conhecida fora do Rio Grande do Sul por obra de Noel Guarany.

3.1.3 Jaime Caetano Braun: tronco missioneiro e cria da Bossoroca.

Assim como ocorreu com Noel Guarany, Bossoroca pretendeu mostrar que Jayme Caetano Braun, reconhecido como um dos troncos missioneiros, também era “cria da Bossoroca”.

Assim, alguns veículos destinados ao transporte escolar receberam painéis nos quais estavam estampados fotos dos dois artistas, Noel e Jayme, num nítido movimento de reivindicação e afirmação identitária, já que São Luiz Gonzaga também apresenta o último como um de seus filhos mais ilustres.

Essa disputa entre são-luizenses e bossoroquenses ocorre porque o referido payador nasceu na Timbaúva, hoje distrito de Bossoroca e que, antes de sua emancipação político-administrativa, pertencia ao município-mãe, São Luiz Gonzaga.

Essa tentativa de atrelar-se culturalmente à figura de Jayme Caetano Braun constituiu-se também num dos elementos para que a ligação de Bossoroca com a identidade missioneira fosse assimilada pelo grande grupo, visto que isso

representava importante elemento articulador de um grande público que se identifica com a obra e o sucesso de Braun.

3.1.4 A Estância do Sobrado como pressuposto arqueológico - a materialidade

Muitos esforços foram empreendidos para afirmar a Estância do Sobrado como um símbolo da cultura material da época em que índios guaranis e os jesuítas espanhóis habitavam estas paragens. Acreditamos que essa dinâmica para tentar afirmar as origens jesuítico-missioneiras da Estância do Sobrado é um dos reflexos do missioneirismo em Bossoroca.

Assim, enfatizamos a busca de subsídios por parte dos governantes municipais para explicar a história da constituição desse espaço e sua vinculação como o passado jesuítico-missioneiro no sentido de que revela a intenção de demarcar o local como um ícone do patrimônio cultural do município, provavelmente pela visibilidade que a cultura material enseja. Subjacente a esta intenção, supomos o desejo não só de preservação cultural, mas de expandir o conhecimento do município a outras localidades, inserindo-o num projeto de divulgação e valorização da cultura missioneira.

O município, que, desde os anos 90, buscava construir sua identidade missioneira, por meio de sua administração pública (gestão 2000-2004), empreendeu esforços no sentido de buscar a valorização e o reconhecimento da Estância do Sobrado como patrimônio missioneiro de Bossoroca. Nesse sentido, foram efetivadas ações que aparecem descritas no caderno turístico daquele município (MICHEL JUNIOR, 2001-2004, p.20), que referimos à página 59 deste texto.

Nesse momento parece que se queria negociar com o passado histórico, numa relação de troca com o passado jesuítico-missioneiro elementos que podem ser objeto de reconhecimento no presente. Buscam-se apropriações do passado, como forma de tomar de empréstimo alguns vestígios materiais relevantes, como é o caso do que existe na Estância do Sobrado, ficando então evidente a vontade de construir uma identidade missioneira para Bossoroca, a fim de que o município possa desfrutar dessas prerrogativas, principalmente no setor do turismo, que na década de 1990 foi largamente fomentado pelos municípios da região.

3.1.5 A Cruz Missioneira no trevo de acesso a Bossoroca

Partindo das reflexões de POMMER (2006), nos parece apropriado afirmar que os municípios, ao pretenderam investir em sua identidade missioneira, passaram a constituir elementos de transformação de sua paisagem, colocando em evidência formas que referem o passado missioneiro. Foi o caso das cruzeiras missionárias que passaram a ocupar cada vez mais espaço nesta região que pretendia se apresentar como missioneira. De acordo com Pommer “... a cruz é um dos símbolos mais respeitados da identidade missioneira” (POMMER, 2006, p.133-134).

A rótula de acesso a Bossoroca também passou a abrigar uma cruz missioneira. Esta passou a fazer parte da paisagem do município, evidenciando para quem chega ou mesmo para quem apenas passa por ali que aquela é uma cidade missioneira.



Figura 15: Cruz Missioneira na rótula de acesso a Bossoroca-RS (outubro/2011)

Fonte: Foto e Arquivo pessoal da pesquisadora

A Cruz Missioneira, hoje um dos principais elementos usados para referenciar a região que se apresenta como missioneira, constitui uma das tradições inventadas a fim de sustentar a identidade missioneira. A cruz, que deu origem a todas as outras que hoje são reproduzidas e utilizadas com significado místico, está localizada na Redução de São Miguel. Não se tem notícias de outro símbolo desse tipo que date do período reducional em nenhum dos Trinta Povos Missioneiros, configurando, portanto, que todas as outras são cópias produzidas ao longo do tempo para respaldar a tradição que se sustenta acerca da simbologia da cruz de dois braços que tem aspectos similares a algumas cruces europeias como a de Lorena e a de Caravaca.

3.1.6 O Manancial Missioneiro da Canção

Durante a década de 1990, Bossoroca foi cenário para o festival de música intitulado *Manancial Missioneiro da Canção*, cuja primeira edição realizada em 1990, acolheu um grande público. O festival se repetiu nos anos seguintes, até alcançar sua quarta edição em 1996.

O nome do festival traduziu a vontade de evidenciar as origens missioneiras do município e, nessa perspectiva, essa dinâmica serviu também aos intuítos de fazer dele mais um dos legítimos herdeiros do passado jesuítico-guarani, o que o consagraria como berço natural da canção missioneira.

Sob esse ponto de vista, o festival foi um sucesso. De acordo com o blogspot.com.br, que divulga seus resultados, houve participação de muitos artistas argentinos e uruguaios, o que levou o nome do município para muitos lugares.

No blog da Associação Cultural de Bossoroca - blogspot.com.br – (acesso em 22-05-2012), foi noticiado que essa associação envidava esforços para a realização da sexta edição do Manancial Missioneiro da Canção. Essa mesma mídia expõe a intenção de que essa edição se diferencie das demais no sentido da “exigência e da preocupação da Comissão Organizadora de permitir apenas a participação de temas e ritmos que tenham estreita ligação com a região e com a temática missioneira”. Isso mostra que a vontade de manter a Identidade missioneira é ainda uma constante, para o grupo envolvido.

3.2 A cultura estancieira em Bossoroca, aspecto preponderante nas práticas sociais e na cultura do município

Considerando cultura como o conjunto de aspectos comuns a um grupo social pela repetição de seus sistemas simbólicos e modos de resolver a vida e de estar presente nela, compreendemos que em Bossoroca são preponderantes nas práticas sociais os aspectos relacionados ao que chamamos de cultura estancieira. Assim, a cultura está relacionada ao passado estancieiro do município, embora este se apresente como *Buena Terra Missioneira*, em nítida referência ao seu passado jesuítico-missioneiro.

Quando avaliamos os aspectos culturais de uma sociedade, não podemos partir de uma visão linear e simplista, pois precisamos conceber que os seres humanos, produtos e produtores de cultura, estão inseridos em modos complexos de vida, trabalho e linguagem.

Dessa forma, se atentarmos para o modo como a sociedade local está organizada percebemos preponderância dos aspectos ligados ao passado estancieiro de Bossoroca. Referimo-nos a uma ética social característica, pela qual os valores, costumes e tradições mais valorizados localmente dão suporte a um arranjo social que acomoda os entes sociais.

Entendemos que ali existe uma gama de fatores que alicerçam a sociedade e que, de uma forma ou de outra, estão ligados ao passado estancieiro do lugar. Acreditamos que muitos aspectos da vida cotidiana dessa localidade conservam a influência da cultura estancieira que se reproduz e se incorpora ao novo, revestindo-se de novas nuances, mas refletindo o tradicional, como elemento de sustentação e coesão social e econômica.

Nesse espaço geográfico muito bem demarcado, a cultura estancieira revela-se em alguns elementos, dentre os quais podemos citar:

a) A presença de diversas sedes rurais que estão ali desde que se constituíram as primeiras estâncias e que se encontram espalhadas pelo município como testemunhas materiais da ocupação luso-brasileira na região;

b) Os usos e costumes presentes nas relações sociais que refletem práticas relativas ao tempo das estâncias como a reverência ao proprietário de terras;

c) A forma como ocorrem as relações de trabalho;

d) A disposição geográfica da cidade que remete à organização espacial das antigas propriedades rurais, separando senhores de terras de escravos e serviçais .

3.2.1 As Estâncias (sede das sesmarias, fazendas)

A cultura material evidencia a presença das grandes propriedades rurais em Bossoroca, muitas das quais resultantes do instituto da sesmaria e outras por vendas oriundas de processos de apropriação ou ocupações.

Ao narrar sobre a ocupação do território bossoroquense, após a tomada dos Sete Povos em 1801, por aqueles que ele chama de pioneiros, FIALHO (1993) faz referências a propriedades adquiridas pelo instituto da doação de sesmarias e outras, por meio de transações de compra e venda conforme exemplos:

Manoel Elias Ferreira Antunes chegou em Bossoroca por volta de 1810 e adquiriu uma estância comprando de um castelhano o direito de posse, sendo a área total doze léguas de sesmarias, ou seja, doze sesmarias (600 quadras), 52.200 hectares, o que constituía a Fazenda São José del Rosário (FIALHO, 1993, p.20).

De acordo com Fialho, a obtenção da concessão de posse data de 1829. É do desmembramento desta que se origina a sede que hoje é referida como a “casa de pedras do Rincão dos Antunes”.

João Luiz do Nascimento comprou em Bossoroca a Estância da Figueira, cujo proprietário até então era D. José de Castelo Branco, o Conde da Figueira, que era o 3º Governador Geral da Província de São Pedro e Comandante da Guarnição de Militar da Província (FIALHO, 1993, p.118). Jacinto Vieira de Borba e Antônia Pereira Marques localizaram-se neste então 4º distrito de São Borja, hoje Bossoroca, onde compraram a Fazenda União. [...] a área total era de mais ou menos duzentas e seis quadras de campo (FIALHO, 1993, p.160).

A família Fabrício da Silva está entre as primeiras que chegaram em Bossoroca. A data de sua chegada presume-se entre 1810 e 1820. Mais ou menos em 1822/23, requereu ao Comandante Geral das Missões a concessão de posse de três léguas de sesmarias. O requerimento foi deferido, mas os documentos foram extraviados e o pretendente fez novo requerimento pedindo confirmação da posse (FIALHO, 1993, p. 131).

As estâncias traduzem por si a imponência de um modelo social que se firmava na grande propriedade, de onde se refletem nuances de poder e opressão social. Espalhados pelo município, há vários desses conjuntos de construções,

sedes das primeiras estâncias instaladas em seu território, já sob a égide do governo luso-brasileiro.

Algumas dessas construções resistem ao tempo e são testemunhas de uma época.



Figura 16: Casa de pedras no Rincão dos Antunes (set./2009)
Fonte: Arquivo e foto da pesquisadora



Figura 17: Estância do Sobrado (jan./2010)
Fonte: Arquivo e foto da pesquisadora



Figura 18: Fazenda Boa Esperança (jan./2010)
Fonte: Arquivo e foto da pesquisadora

Elas são o exemplo material de uma experiência social, de um modo de vida do passado que se projetou para o futuro e está impregnado nas relações sociais no

município, sob a tutela de tradições que perpassam gerações sem que sejam discutidas, alteradas ou rompidas, mantendo-se incólumes. Pelos aspectos relevantes da cultura de Bossoroca entendemos que, embora não nos ocupemos delas por ora, constituem um importante patrimônio material desse município.

Apesar da complexidade disso, não há direcionamentos no sentido de se empreender estudos para compreensão, discussão e valorização desse patrimônio no contexto da sociedade atual, visto que muitos aspectos da sociedade poderiam, assim, ser compreendidos e reavaliados.

Isso nos faz refletir sobre as palavras de Nora quando afirma que os lugares de memória “são os bastiões sobre o qual se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de constituí-los” (NORA, 1993, p.13).

Ora, nos parece que talvez esteja aí uma explicação para o pouco empenho em memorizar a estância velha e outras também muito antigas. Talvez assim se explique a falta de interesse em preservá-la, visto que o apelo surge quando a tradição está se esvaindo, quando existe o sentimento iminente de que as memórias irão se perder e não é este o caso da cultura estancieira em Bossoroca. Ali essas representações e signos estão latentes, vivos e espalhados por todo o município. As relações sociais calcadas nos valores da cultura estancieira permanecem praticamente inalteradas pelo tempo. E, sob esse prisma, a Estância Velha, como precursora, é um dos seus grandes ícones, dentre tantas fazendas antigas existentes no município.

Deixar tudo como está, significa, porém, não trazer à tona, não colocar na pauta de discussões um passado escravagista e excludente. Significa deixar que se perpetuassem as representações que mantêm vivos apenas os aspectos que interessam para a manutenção da ordem social estabelecida, que se traduz na acomodação dos entes sociais de acordo com a ética social do estancieiro.

3.2.2 A geografia da cidade – a organização espacial reproduz e revela as relações de poder

Compreendemos a organização espacial da cidade como um dos mais relevantes aspectos da cultura estancieira em Bossoroca, que separa o centro da cidade do bairro da Gaúcha. Essa separação é muito evidente, visto que existe um

espaço vazio entre as duas porções (Centro e Bairro da Gaúcha) que se ligam por uma avenida.



Figura 19: Imagem onde se vê o Centro e o Bairro Gaúcha.
Fonte: Google Earth, acesso em 25-03-2012.

Observando o mapa, podemos perceber a distância entre o centro da cidade e o bairro da Gaúcha. São mundos diferentes, mas que se completam numa relação de interdependência.

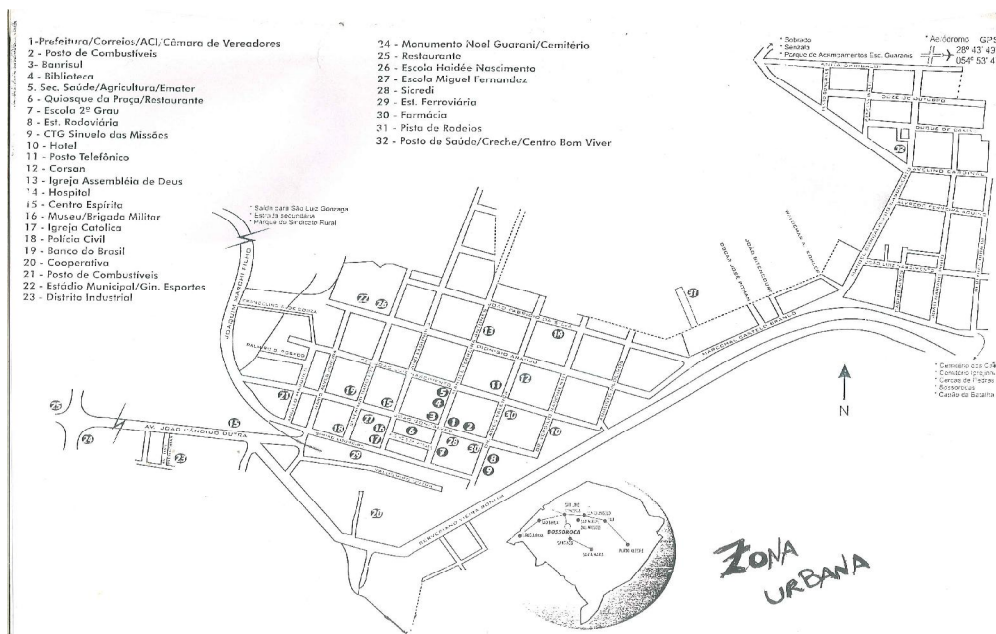


Figura 20: Mapa da cidade com o traçado das ruas e respectivos nomes, evidenciando o Centro e o Bairro da Gaúcha

Fonte: Prefeitura Municipal de Bossoroca

Esse aspecto da cidade é muito peculiar e chama a atenção dos visitantes. É interessante registrar que muitos bossoroquenses afirmam com orgulho que a Gaúcha é um bairro onde não existe miséria. Nessa fala, percebe-se, portanto, disposição de afirmar que o povo do referido bairro está bem cuidado e, analogicamente, intuir que exista uma inferência de tratamento remetendo-a à resposta do estancieiro a quem ousasse afirmar que seus escravos ou empregados não eram bem tratados.

Percebemos o direcionamento espacial do modelo arquitetônico da cidade como um instrumento capaz de reproduzir na face urbana a ética da cultura estancieira que passa a coexistir nos dois espaços. Esse padrão cultural está calcado no modelo socioeconômico que se baseia numa forte hierarquia social, e se projeta também para o aspecto étnico, separando brancos e negros.

Tais instrumentos têm a capacidade, em variadas possibilidades, de sujeitar ou influenciar subjetivamente os entes sociais na sua forma de atuação no mundo. As estruturas mentais que se formam com o desenvolvimento cultural são o aporte para as ações de cada ser no mundo social onde está inserido.

No momento em que tomamos a organização espacial da cidade como elemento passível de análise, percebemos um importante signo da cultura

estancieira, estruturado sobre a forma de ser do município, capaz de produzir e intensificar significativos resultados na vida das pessoas.

As representações que decorrem disso podem ser resumidas no discurso imperativo de “ser ou não ser da Gaúcha”, forma como muitas vezes se faz referência às pessoas, demonstrando claramente que há aí um indicativo de identidade de exclusão social: os que são da Gaúcha e os que são do centro.

O espaço direcionado a conformar a vida social reflete dinâmicas de estruturação e de acomodação de comportamentos e modos de reagir na dinâmica da vida, capaz de produzir e reproduzir mentalidades.

A forma encontrada para acomodar seus entes sociais fica evidenciada na geografia da cidade de Bossoroca, que reproduziu na zona urbana o mesmo modelo de organização espacial da zona rural, mantendo separados os proprietários de terras e os seus trabalhadores (na sua maioria, afrodescendentes) e, no presente,

Nesse sentido, as palavras de Milton Santos são esclarecedoras:

[...] o passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isso de singular: ela é formada de momentos que foram, estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais; essas formas-objetos, tempo passado, são igualmente tempo presente enquanto formas que abrigam uma essência, dada pelo fracionamento da sociedade total. Por isso, o momento passado está morto como tempo, não, porém, como espaço; o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável de realização social (SANTOS, 2004, p. 14).

Se compararmos a relação espacial que existia nas estâncias na época em que a sociedade que viria a constituir o município de Bossoroca estava ruralizada, podemos perceber que o espaço destinado aos serviços era muitas vezes o espaço onde estava também a diversão, o entretenimento e a paz espiritual.

Esse espaço de sofrimento e de segregação se transformava no lugar em que ocorria a festa, o aconchego, o conforto da reza ou o socorro oferecido pela parteira. O galpão ou a senzala assumiam, portanto, posições dicotômicas, envolvendo situações de amparo e abandono, de sofrimento e alegria. Nesse sentido, é comum às pessoas que moram no centro da cidade participarem de festas no Bairro da Gaúcha, tal qual acontecia com os momentos festivos no galpão, sem, contudo, romper-se a hierarquia representada pela divisão de classes de patrões e empregados.

Se olharmos para o Bairro da Gaúcha e para o entro da cidade, podemos facilmente perceber a mesma dinâmica que existia entre a casa-sede das estâncias ou fazendas e o galpão ou a senzala. O papel que a Gaúcha (bairro) cumpre hoje é o mesmo que o galpão ou a senzala ocuparam outrora.

É pertinente registrar ainda um costume muito antigo que, em algumas ocasiões, é usado. São os benzimentos, procedimentos herdados da cultura africana. A maioria das benzedeadas vive naquele bairro e são procuradas por pessoas do centro em busca do alívio para males como, por exemplo, cobreiro, mau-olhado, rendiduras e tantos outros que, de acordo com a crença popular (ainda muito presente), só podem ser curados pelas benzedeadas.

Essa é uma expressão viva da cultura, que se retrata nas vivências e na propagação dessas práticas para grupos de diferentes matizes sociais e culturais, remetendo ao conceito da circularidade de culturas, explorado por Ginzburg, quando se refere ao fato de que as ideias perpassam grupos em movimentos de intersecção que resultam em trocas. Neste ponto, é interessante destacar o que ocorre quando algumas senhoras levam seus filhos (do centro da cidade) para serem benzidos pelas vovozinhas (como por exemplo, a Dona Carmelina, benzedeadas do bairro). Essas senhoras acreditam que, para aqueles males, não adianta a medicina. Nesses casos, a tradição estabelece tais crenças, que perpassam gerações, transcendendo o moderno e incorporando-se a ele.

É imprescindível observar o lugar que cada um desses entes sociais ocupa nessa relação. A benzedeadas, que hoje está na Gaúcha, estava no galpão, e a movimentação que outrora ocorria da casa-sede para o galpão hoje ocorre do centro para o bairro.

3.2.3 O Senhor de terras e o papel do gringo na história de Bossoroca

Depois da ocupação luso-brasileira, os imigrantes ou descendentes de imigrantes que chegaram a este município são comumente chamados gringos.

Esses descendentes de imigrantes de italianos, alemães, poloneses e outros que chegaram ao decorrer do tempo trouxeram uma nova perspectiva econômica: a lavoura como alternativa para o uso da terra.

O município, que, até meados de 1950-60, tinha seu modelo econômico calcado quase exclusivamente na pecuária extensiva, começa a se incluir num

movimento econômico voltado também para a agricultura, parte de um macro modelo que abrangia o cenário nacional e mundial, representado pela cultura extensiva da soja e do trigo, fruto da chamada Revolução Verde do período posterior à Segunda Guerra Mundial. Muitos, porém, acreditam que os “gringos” trouxeram essa realidade para Bossoroca, pois sempre tiveram sua atividade ligada à lavoura.

O aspecto preponderante que chama a atenção nisso é que esses novos entes sociais, quando passam a fazer parte da dinâmica cultural dessa municipalidade, e se percebendo proprietários de terras, incorporam as posturas do passado exercendo na sociedade o papel antes ocupado pelo estancieiro. E isso muitas vezes não é prerrogativa de grandes proprietários de terras.

Podemos perceber a dimensão dessa cultura estancieira quando consideramos o quanto ainda é forte esse recorte do passado. Os vínculos que se estendem alimentam mentalidades apegadas às estruturas sociais desse passado e reproduzem muitos aspectos da cultura estancieira, em que o senhor de terras detém o poder. Isso é muito evidente ainda hoje. Muitos recém-chegados há apenas poucas décadas ao município, e agora na condição de proprietários de terras, assumem a postura de estancieiros, revelando em suas atitudes muitos traços da personalidade do grande estancieiro de outrora. Devido à força das tradições que mantêm vivas essas representações sociais, esses recém-chegados incorporam, assim, uma cultura que não era a sua. Ao assumirem a postura de estancieiros, essas pessoas passam a reproduzir com os seus empregados e com as pessoas com as quais mantêm relações de superioridade social e econômica a mesma relação de senhorio que se via no passado. Logo se tornam padrinhos dos filhos de seus empregados e começam a distribuir-lhes pequenos favorecimentos e a conceder ajudas que fogem das relações trabalhistas, repercutindo em favores reconhecidos como eternas dívidas de gratidão que geralmente se revertem em apoio político.

Se olharmos as heranças do passado estancieiro sob o prisma das representações presentes na sociedade e que produzem e reproduzem a hierarquia e a exclusão, podemos facilmente ligá-la à estrutura dos Centros de Tradições Gaúchas – CTGs. Essa, aliás, é uma entidade que nitidamente reproduz a organização de uma estância, com seu sistema de hierarquia, reverenciando alguns aspectos do passado que servem para manter as práticas sociais inalteradas, com mentalidades que não contestam, por exemplo, a reverência a escravistas convictos,

elevados à categoria de heróis. Nesse sentido, entendemos o CTG como uma entidade que mantém viva a lógica social da cultura estancieira, pela qual os recortes do passado nunca são direcionados para a inclusão de novos sujeitos ou novos olhares acerca do passado histórico, mas para a manutenção de uma estrutura social alheia às diversidades culturais.

O CTG de Bossoroca integra a 3ª Região Tradicionalista e sua denominação, Sinuelo das Missões, pode ser interpretada como referência ao passado jesuítico-missionário, sem que haja, no entanto, entendimento do papel indígena no passado histórico. Recorta-se desse passado apenas o que se quer, ou seja, aquilo que não cause desconfortos. Isso permite a apropriação de um passado de forma fragmentada e direcionada apenas a explicar o presente de forma a não desarranjar o que está posto, mantendo invisibilidades e esquecimentos. Louva-se o passado missionário, mas não se discutem aspectos desse passado que possam causar desconfortos e interferências na dinâmica social existente.

Fica visível para nós que a ideologia tradicionalista reforma o sentimento de gratidão com o passado estancieiro, na ótica da apropriação parcial do passado. Isso ocorre nas rodas de chimarrão, nas festas de confraternização e nos rodeios, quando todos se colocam como entes que participam ativamente da nuance cultural enfocada. Isso, porém, não passa de um arranjo momentâneo, visto que os papéis, nessa dinâmica social, têm outras perspectivas que são, ao invés da falsa inclusão que se oportuniza nesses momentos, a exclusão e a manutenção de um sistema no qual poucos efetivam suas vontades em detrimento do que seria direito da maioria. A propriedade da terra é um elemento de poder em Bossoroca.

3.2.4 O Negro na sociedade bossoroquense

Conhecer e entender a história e a forma como o negro está inserido na sociedade bossoroquense é tarefa difícil, pois as informações são esparsas, e a pesquisa se revela demasiadamente complicada. A comprovação insuficiente faz tais informações oscilarem entre o sensacional, o lendário e o real.

Alguns relatos estão registrados na bibliografia local como, por exemplo, os que se referem à forma como alguns escravistas bossoroquenses tratavam seus escravos. FIALHO (1993, p. 154) assegura que o proprietário de terras “Mandava que um dos escravos levasse-lhe uma brasa para acender o palheiro [...] o negro

trazia na palma da mão, então aí é que ele começava a picar o fumo, esfarelar e enrolar na palha, tudo feito devagarinho, e em todo esse tempo o negro conservava-se ali postado, passando a brasa de uma mão para outra...”.

Essa narrativa traduz formas perversas e violentas do tratamento dispensado aos negros no passado escravista de Bossoroca, ao longo dos séculos XVIII e XIX. Mesmo após a emancipação escrava de 1888, os afrodescendentes continuaram sendo tratados com desprezo e perversidade, não havendo quase referências à presença de negros e escravos na construção da comunidade, com exceção do exótico no imaginário coletivo e popular.

O episódio que narra a morte dos três escravos enterrados no Cemitério dos Cativos (no segundo capítulo, quando mencionamos o referido cemitério) também demonstra a perversidade de alguns escravistas no trato de seus escravos. Neste caso, o escravo além de ter sido morto por um fato que ocorreu acidentalmente, teve sua cabeça decepada e exibida na frente da casa, conforme relata Fialho (FIALHO, 1993, p.289).

Afora isso, os vestígios e elementos, substanciais para compreender a história do negro em Bossoroca, parecem se esvaír nas histórias contadas por pessoas que carregam memórias sobre o tempo da escravidão, em narrativas nem sempre comprovadas e registradas. Não se podendo afirmar, portanto, se são verdadeiras ou resultam de interpretações e representações sociais distorcidas.

Por se tratar de cidade pequena, fica evidente a temeridade do confronto com parentes ou descendentes diretos de pessoas muito ligadas a práticas escravocratas. Ocorre também de os descendentes desses senhores de escravos ainda estarem vivos e as muitas pessoas que sabem de fatos que poderiam ser comprovados não quererem se comprometer.

São narrativas que contam histórias de autoritarismo e abusos e parecem envoltas na névoa do ressentimento e do temor, demonstrando que o passado autoritário ainda se impõe e deixou sequelas. Perceber esse movimento é como ver esboroar uma trajetória de histórias de vida que talvez não se consiga reunir de forma eficiente. É muito forte ainda o processo de negar a presença do escravo nessa localidade. Entendemos que isso traduz a necessidade de se afastar da perversidade representada pelo sistema escravista.

O que se pode afirmar é que a sociedade não estabelece diálogos com o passado escravista local, pois não há interesse em relembrar as dores e

perversidades do passado. Além disso, não há interesse em conceder espaços a outros sujeitos sociais. É evidente que esse esquecimento, esse movimento de não discutir, não remexer nesse passado faz com que se reproduzam no presente aspectos de subordinação e autoritarismo que poderiam ser superados com novas percepções sobre seu passado histórico. No último Censo do IBGE³¹ em Bossoroca, 5.179 pessoas declararam-se brancos, 1077, pardos, e pretos, 628. Ninguém se declarou indígena.

Desperta atenção o fato de que, por esses números, podemos presumir que muitas pessoas negras deixaram de declarar sua etnia, nos fazendo crer que o percentual é bem maior do que o declarado oficialmente, e isso não é de se estranhar, visto que, ser negro em Bossoroca, não traz vantagem para ninguém até o momento. Nessa perspectiva, ser invisível é o melhor caminho. No mesmo sentido pode-se apontar o indígena, que *sumiu* de Bossoroca, confirmando o que referimos antes acerca de um passado morto.

Isso nos faz assegurar novamente que a afirmação de uma identidade missioneira em Bossoroca pode servir para impedir que venham à tona elementos da cultura estancieira. Estes podem colocar em xeque um arranjo social que mantém essas pessoas na condição de invisibilidade. O passado indígena é algo que não tem potencial para fomentar grandes efervescências, pois é um passado morto, enquanto a questão dos afrodescendentes, ligada diretamente ao passado estancieiro, pode efervescer e ganhar dimensões sociais crescentes.

É neste ponto que manifestamos mais uma vez nosso entendimento acerca da educação patrimonial, como ferramenta capaz de proporcionar novos olhares sobre o passado. Essa postura pode também permitir a cada um sentir-se sujeito histórico e cidadão com direito a buscar mais qualidade de vida, na perspectiva de processos de afirmação da diversidade cultural.

³¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo realizado em 2010.

4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA SALA DE AULA: CARTILHA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A Educação Patrimonial é uma importante ferramenta, capaz de estabelecer os necessários diálogos com o passado histórico, a fim proporcionar a inclusão de grupos que sempre foram excluídos na sociedade. É a partir do conhecimento do processo histórico que se pode raciocinar e questionar o presente para romper amarras existentes. Assim, o conhecimento e o entendimento dos processos de formação da identidade podem servir como base para reflexões acerca da realidade existente, configurar novas perspectivas de entendimento do passado e relacionamento com as estruturas resultantes do processo histórico. Compreendemos, assim, a necessidade que os grupos têm de interpretar o passado a partir das condições do presente.

O material didático de Educação Patrimonial direcionado aos alunos e alunas dos anos iniciais da Educação Básica, que apresentamos como produto, constitui possibilidade de aproximação entre a comunidade e o patrimônio histórico e cultural do município. Esse subsídio representa um diálogo entre a comunidade e a história do município e pretende abrir espaço para novas interpretações de alguns aspectos e entendimentos.

É, portanto, uma contribuição que pretende o registro de dados, bem como suscitar interrogações sobre os patrimônios locais, muito valiosos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas no conhecimento da história local. A partir dessas informações as novas gerações poderão se posicionar diante da exclusão e injustiça social ocorridas no passado, que se reproduzem e se desdobram no presente. Nesse sentido, o desenvolvimento da cidadania é condição elementar para que se alcance o esperado.

4.1 Apresentação do Produto

O Produto que apresentamos como pré-requisito para o Mestrado em Patrimônio Cultural é um livro que conta, a partir da percepção do patrimônio cultural, de forma ilustrada e interativa a trajetória histórica de Bossoroca, bem como apresenta aspectos da sua cultura. Nele, enfocamos alguns dos lugares de memória

e episódios importantes na constituição do município. É, em resumo, um material para subsidiar a educação patrimonial a partir do ambiente escolar, e será disponibilizado à Secretaria Municipal de Educação do Município, a fim de que o reproduzam e o distribuam na rede municipal de ensino.

Há tempo percebíamos a necessidade de um material que desse suporte para estudo do passado histórico do município e de seu patrimônio cultural na sala de aula com os alunos. O contato com o material destinado à educação patrimonial desenvolvido pelo professor Saul Eduardo Seiguer Milder foi nosso ponto de partida e objeto de inspiração. Nele, vimos efetivadas nossas idealizações de material direcionado não apenas ao público infantil, mas também a outros públicos.

O livro de Saul Eduardo Seiguer Milder, intitulado O POVO DOS PINHEIRAIS, é um bom exemplo de material didático para estudo da questão patrimonial em sala de aula, com alunos pequenos. Estes são justamente os grandes potenciais, visto que as crianças são comprometidas com as causas com as quais se envolvem. São, por isso, potencialmente, importantes agentes patrimoniais.

O material, todo ilustrado, chama atenção pelas paisagens apresentadas, que revelam aspectos do relevo e da vegetação facilmente reconhecidos pelos leitores, integrantes das comunidades envolvidas.

Apesar da simplicidade, esse material, resultado de pesquisa séria, resulta em interessante subsídio para determinado grupo de leitores que, assim, conseguem compreender o que está posto.

Como educadores, acreditamos que, a partir de práticas simples, podemos alcançar grandes objetivos em relação à questão patrimonial quando trabalhamos de forma motivadora. O lúdico tem grande importância nos processos educativos em nossa prática pedagógica, pois a ludicidade possibilita o envolvimento do aluno no processo de ensino-aprendizagem, tornando prazeroso o ato de aprender. Nele, a curiosidade e a interação com o material se tornam uma constante e possibilitam atingir os objetivos.

Quando nos propusemos a produzir um material que pudesse servir de subsídio para o estudo do município, pretendíamos focar a complexidade de fatores que permeiam essa história, assim como a maneira como os grupos investidos de poder se manifestam na sociedade.

Acreditamos que, por meio da educação patrimonial, podem-se romper amarras existentes, e o conhecimento acerca dos processos de formação de

identidades pode servir como base para reflexões sobre a realidade, configurando novas perspectivas de entendimento e relacionamento com o passado e com as estruturas e representações resultantes do processo histórico, para determinar rupturas ou continuidades. Nessa perspectiva, é que o material proposto como recurso básico para estudos sobre a história e a cultura do município representa um bom recurso para efetivação da educação patrimonial.

Na condição de educadores, entendemos que nossas práticas devem estimular reflexões acerca do patrimônio existente, a fim de trazer novos entendimentos e suscitar novas dúvidas sobre os símbolos e valores presentes no patrimônio existente e no significado deles para a comunidade. A preservação e a importância destes passa obrigatoriamente pela relação de pertencimento estabelecida entre o bem cultural, material ou imaterial, e a relação que esses lugares revelam sobre o passado e o presente. A ressignificação do passado e das perspectivas de futuro que se percebem neles pode ser fundamental para o desenvolvimento da cidadania.

Segundo QUEVEDO-RODRIGUES (2011), ao tratar da educação patrimonial em sala de aula, “todas essas questões só serão reconhecidas se, no espaço escolar, ocorrer o debate, a conscientização da importância da História e do Patrimônio Cultural, que passa pela educação patrimonial de qualidade”.

Com base nessa afirmação, entendemos necessário o diálogo entre os ícones do passado a fim de compreender a relação dos lugares de memória no município e as representações sociais formadas ao longo do tempo e presentes no cotidiano do lugar. Assim, é possível perceber que se perpetuam práticas de autoritarismo e submissão decorrentes de um passado alicerçado no regime de grandes propriedades rurais e da exclusão social. Configura-se, assim, uma educação patrimonial de qualidade no centro de cujo processo o ser humano é colocado, pois é para este que essas ações devem servir.

4.2 Metodologia

O material confeccionado apresenta forma lúdica e voltada à interatividade, pressupondo grande possibilidade de utilização. Nele, estão envolvidos vários eixos caracterizando-o como interdisciplinar, ou seja, com vários aspectos temáticos como problemática ambiental, relações de poder e diversidade cultural. Esses temas

poderão ser desenvolvidos a partir do uso do material com os alunos, dependendo das condições, disponibilidades e possibilidades do contexto de cada grupo.

O eixo gerador do material é o conhecimento de aspectos caracterizadores da história e da cultura do município, evidenciados em cartilha que apresenta a forma de ocupação das terras que compõem o município. A proposta é partir do simples para encaminhar discussões mais complexas. Quem vivia nestas terras? Como se deu o processo de ocupação dessas terras pelos que vieram depois? Houve justiça nesses processos? Quem perdeu? Quem ganhou? Isso tem a ver com nossa vida hoje? Que histórias são contadas na comunidade?

Na confecção do material, foi usada a diversidade de cores, o que pressupõe o envolvimento do aluno com ele, pela forma agradável e lúdica de mostrar aspectos do seu cotidiano. A intenção é de que o aluno reconheça seu entorno no material, sentindo-se, então, sujeito dessa história.

Procuramos reproduzir na cartilha de educação patrimonial o ambiente característico do município, com paisagens (rios, relevo e vegetação) que retratam o espaço físico bossoroquense.

A partir da cartilha podem ser construídos alguns jogos interativos como, por exemplo, palavras cruzadas e caça-palavras, bem como algumas pesquisas e entrevistas que podem ser desenvolvidas pelos alunos na comunidade a fim de complementar as informações contidas na cartilha.

4.3 Uso do Material na Sala de Aula

Esperamos que o material ora apresentado possa ser reproduzido e distribuído para os alunos da rede pública do município. Para tanto, o disponibilizamos, sem custos autorais, a fim de que a Secretaria de Educação possa fazer uso dele. Dessa forma, talvez ajude a equacionar a falta de material lúdico de suporte e apoio ao ensino da história do município e à educação patrimonial.

A Cartilha pressupõe interação entre aluno e material, visto que são apresentadas várias oportunidades de intervenção. Faz também um convite à visita dos pontos elementares para entender o povoamento do município, seu desenvolvimento e os registros nas construções que caracterizam tudo isso e podem ser visualizados nos seus lugares de memória.

Com o material apresentado, pretendemos despertar nos alunos certo encantamento com as evidências apontadas no livro. Pretendemos, além disso, que eles relacionem suas páginas com o entorno de suas casas e com suas vivências despertando-lhes a consciência da importância dessas heranças que o passado coloca para a sociedade para poderem lidar com elas de forma mais leve. Saber aproveitar esse material é uma tarefa na qual a subjetividade e a criatividade devem ser usadas a fim de sensibilizar e aguçar a curiosidade para a prática da participação cidadã, na qual a diversidade cultural e étnica são valores a ser construídos.

O professor poderá aproveitar a ocasião para discutir assuntos referentes às questões ambientais como preservação da mata ciliar, preservação dos afluentes e dos animais ameaçados de extinção que vivem na beira dos rios. Essas questões são vitais para a preservação ambiental e estão suscitadas nas primeiras páginas do livro. Ligada a esses temas está a problemática das lavouras extensivas, com uso demasiado de defensivos e agrotóxicos, que pode ser desenvolvida tendo como ponto de partida as evidências da cartilha.

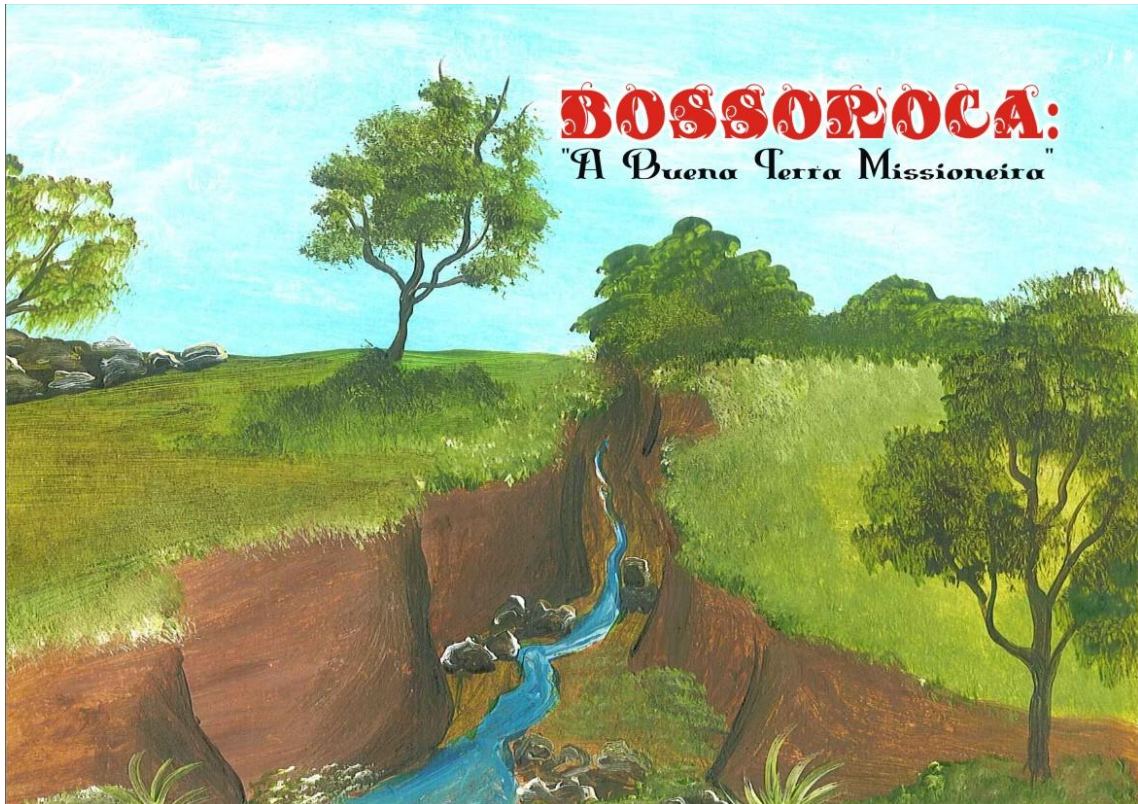
Embora o material possa ser usado em vários momentos, é no quinto ano do Ensino Fundamental que seu uso se torna mais elementar, visto que esse o momento em que o currículo escolar contempla o estudo do município. Julgamos que o material é ponto de partida para o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aluno-cidadão.

Compreendemos competência como o conjunto de saberes associados ao saber fazer, ou seja: às habilidades. Consideramos que esse material pedagógico tem potencial para desenvolver nos educandos habilidades para analisar o processo histórico pelo qual Bossoroca se constituiu, através da leitura textual e de imagens, avaliando seus sujeitos históricos e relacionando dados e informações referentes a isso, a fim de desenvolver como principal competência a capacidade de ser um cidadão crítico e autônomo que se coloca diante das situações e consegue resolvê-las da forma mais adequada, aplicando seu conhecimento e os recursos disponíveis.

Assim, esperamos contribuir para que possam construir sua própria identidade, para agir com autonomia diante de situações-problema, incorporar a diversidade como pressuposto para a construção de um espaço de participação cidadã, pois, no momento em que o aluno decifra códigos e símbolos e consegue

relacioná-los à sua realidade, deixa de ser um mero espectador e passa a formular hipóteses, posicionando-se criticamente frente ao mundo em que vive.

4.4 O Produto: Cartilha de Educação Patrimonial



Esta cartilha tem como principal objetivo mostrar, através da representação do passado histórico, um pouco do patrimônio cultural de Bossoroca.

Estudar o patrimônio cultural de uma sociedade é muito interessante pois através dele podemos entender o que as pessoas de uma comunidade consideram importante e pretendem deixar como herança para as futuras gerações. O patrimônio cultural pode ser material ou imaterial. O ambiente também é um patrimônio - é o patrimônio natural.

Precisamos conhecer nosso patrimônio cultural, para que possamos interpretá-lo e valorizá-lo, a fim de que todos os grupos sociais tenham suas memórias valorizadas.

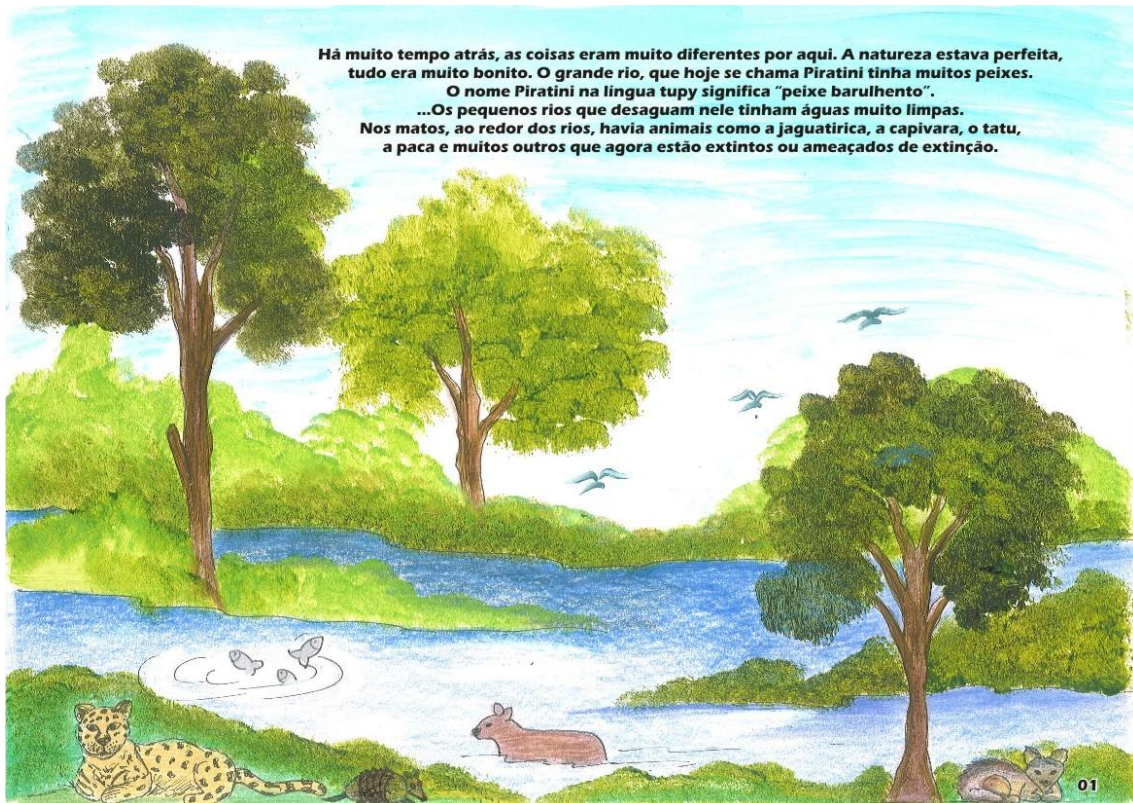


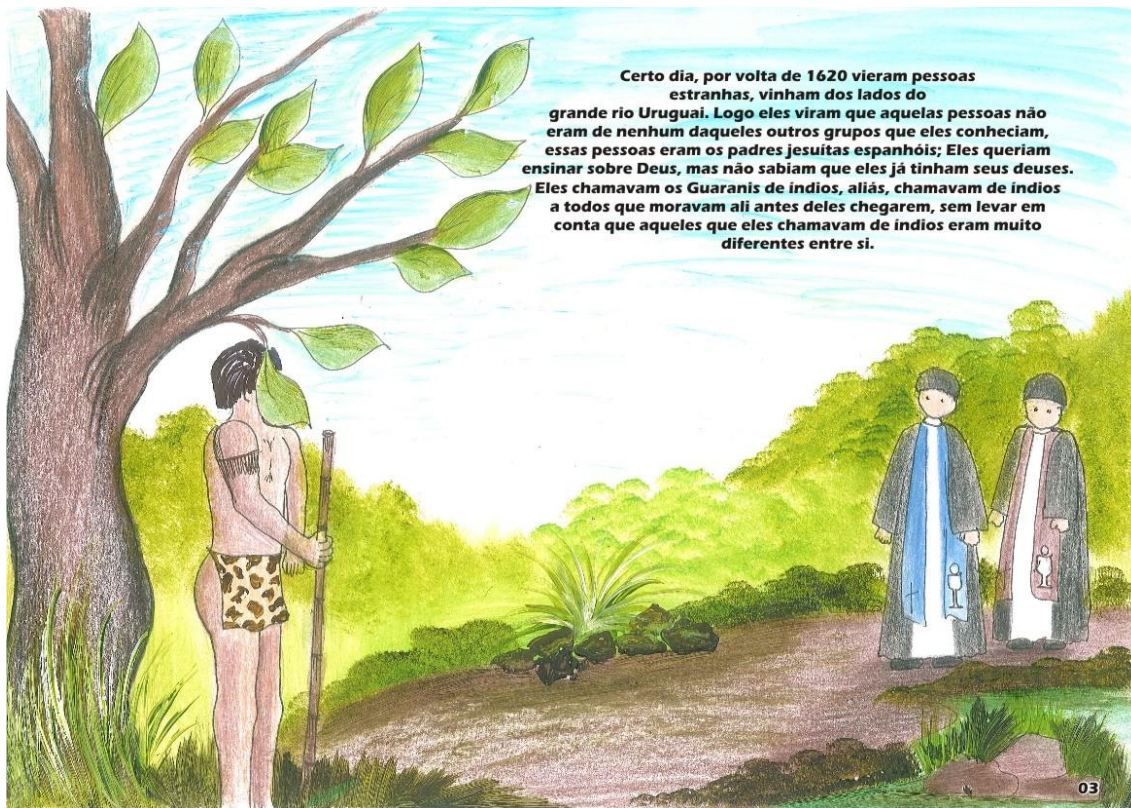
BOSSOROCA:

**"A BUENA
TERRA
MISSIONEIRA"**

DISTÂNCIAS

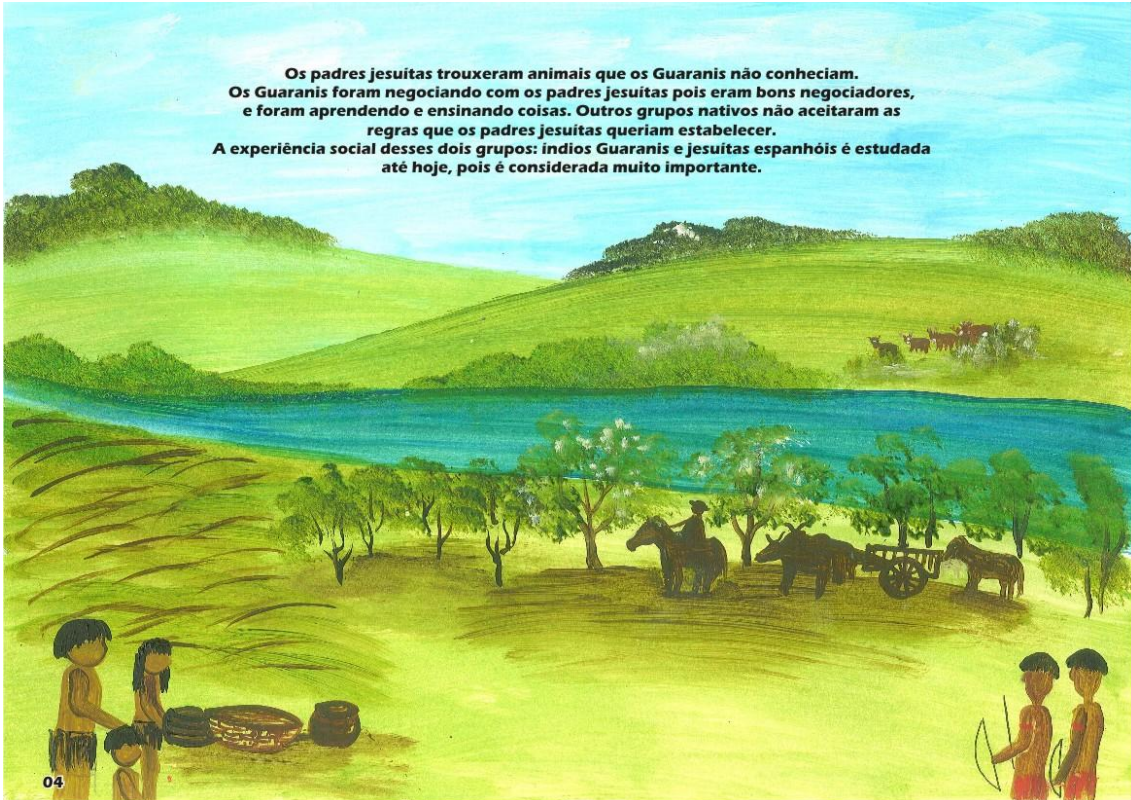
Santiago Bossoroca	55 Km
São Luiz Bossoroca	33 Km
Santo Ângelo Bossoroca	120 Km
Porto Alegre Bossoroca	950 Km





Certo dia, por volta de 1620 vieram pessoas estranhas, vinham dos lados do grande rio Uruguai. Logo eles viram que aquelas pessoas não eram de nenhum daqueles outros grupos que eles conheciam, essas pessoas eram os padres jesuítas espanhóis; Eles queriam ensinar sobre Deus, mas não sabiam que eles já tinham seus deuses. Eles chamavam os Guaranis de índios, aliás, chamavam de índios a todos que moravam ali antes deles chegarem, sem levar em conta que aqueles que eles chamavam de índios eram muito diferentes entre si.

Os padres jesuitas trouxeram animais que os Guaranis não conheciam. Os Guaranis foram negociando com os padres jesuitas pois eram bons negociadores, e foram aprendendo e ensinando coisas. Outros grupos nativos não aceitaram as regras que os padres jesuitas queriam estabelecer. A experiência social desses dois grupos: índios Guaranis e jesuítas espanhóis é estudada até hoje, pois é considerada muito importante.



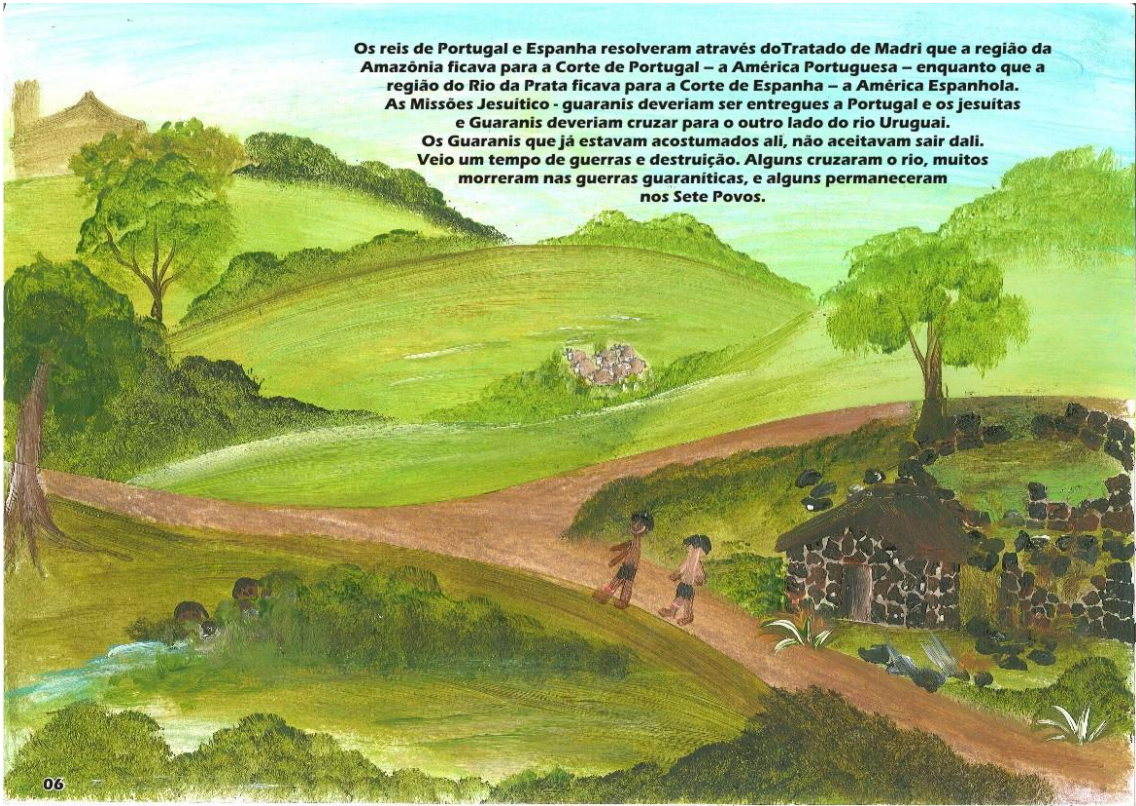
04

Juntos, jesuitas e guaranis construíram muitas coisas. Muitos caminhos foram abertos. Os padres e os índios Guaranis escolhiam caminhos altos para cruzarem, estabelecendo passagens para ir e vir com o gado. Na primeira vez que tentaram não deu certo, mas na segunda fase eles, juntos, construíram povoados que se desenvolveram muito. Havia, além dos povoados, estâncias onde se criava o gado, e postos e entrepostos onde se lidava com esse gado. Tudo isso se ligava pelos caminhos que os padres e os Guaranis conheciam muito bem e que, em alguns casos, existem até hoje.

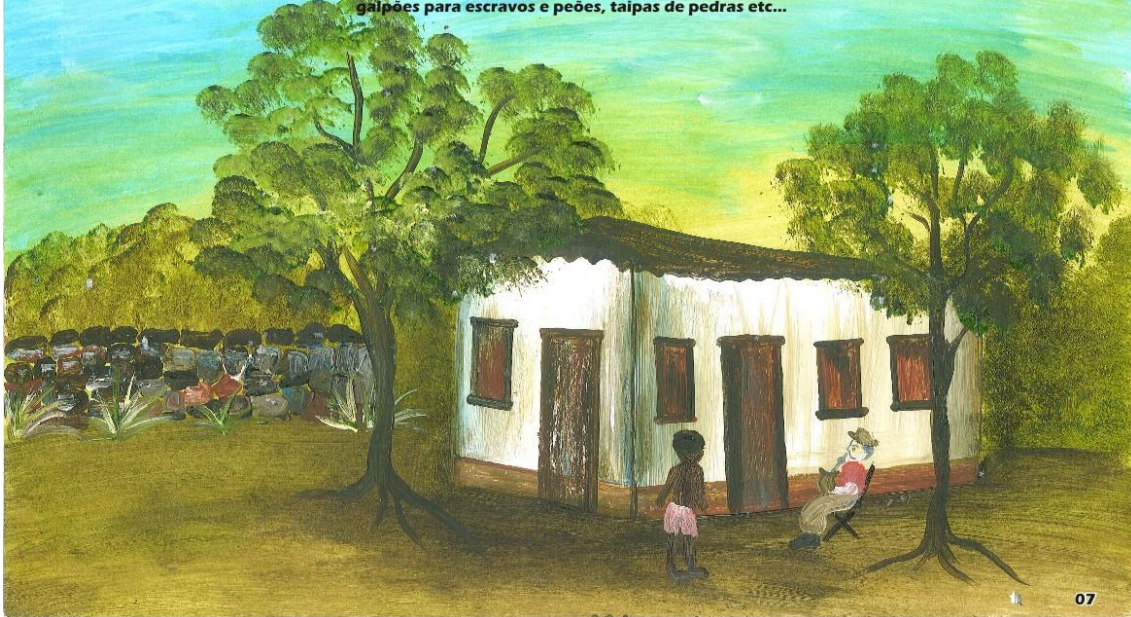


05

Os reis de Portugal e Espanha resolveram através do Tratado de Madri que a região da Amazônia ficava para a Corte de Portugal – a América Portuguesa – enquanto que a região do Rio da Prata ficava para a Corte de Espanha – a América Espanhola. As Missões Jesuítico-guaranis deveriam ser entregues a Portugal e os Jesuítas e Guaranis deveriam cruzar para o outro lado do rio Uruguai. Os Guaranis que já estavam acostumados ali, não aceitavam sair dali. Veio um tempo de guerras e destruição. Alguns cruzaram o rio, muitos morreram nas guerras guaraníticas, e alguns permaneceram nos Sete Povos.



Depois de algum tempo o governo português resolveu investir esforços na ocupação das terras conquistadas. Após 1801, o governo português passou a assumir o controle da região e do território das Missões, concedendo sesmarias aos súditos luso-brasileiros. Foi assim que o pioneiro José Fabricio da Silva veio para as terras que hoje são a Bossoroça. No primeiro lugar em que se instalaram houve um acidente onde um dos filhos de José faleceu. O túmulo que construíram tinha o formato de uma igreja. Por causa desse túmulo o lugar passou a ser conhecido como Igrejinha. José e seus filhos foram para um lugar próximo ao rio Piratini, de onde requereu a sesmaria, e lá construíram a sede da estância, que é conhecida hoje como ESTÂNCIA VELHA. Com o passar do tempo construíram manguieiras, galpões para escravos e peões, taipas de pedras etc...

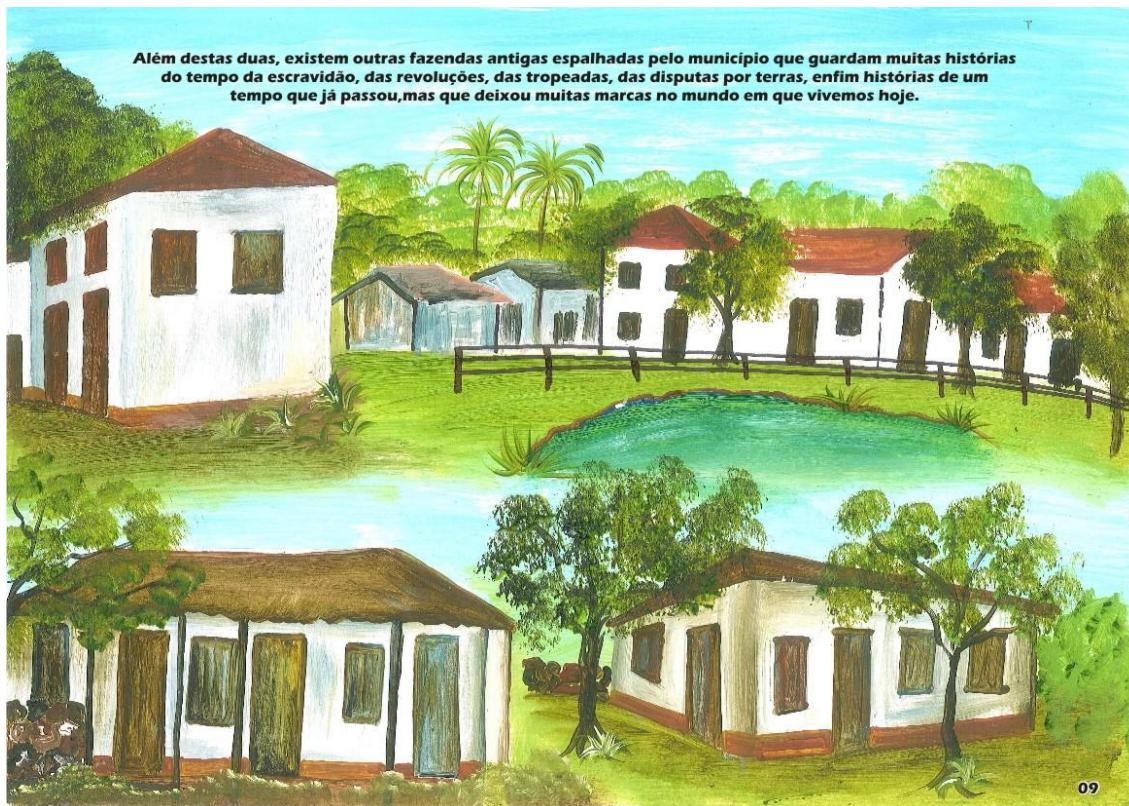


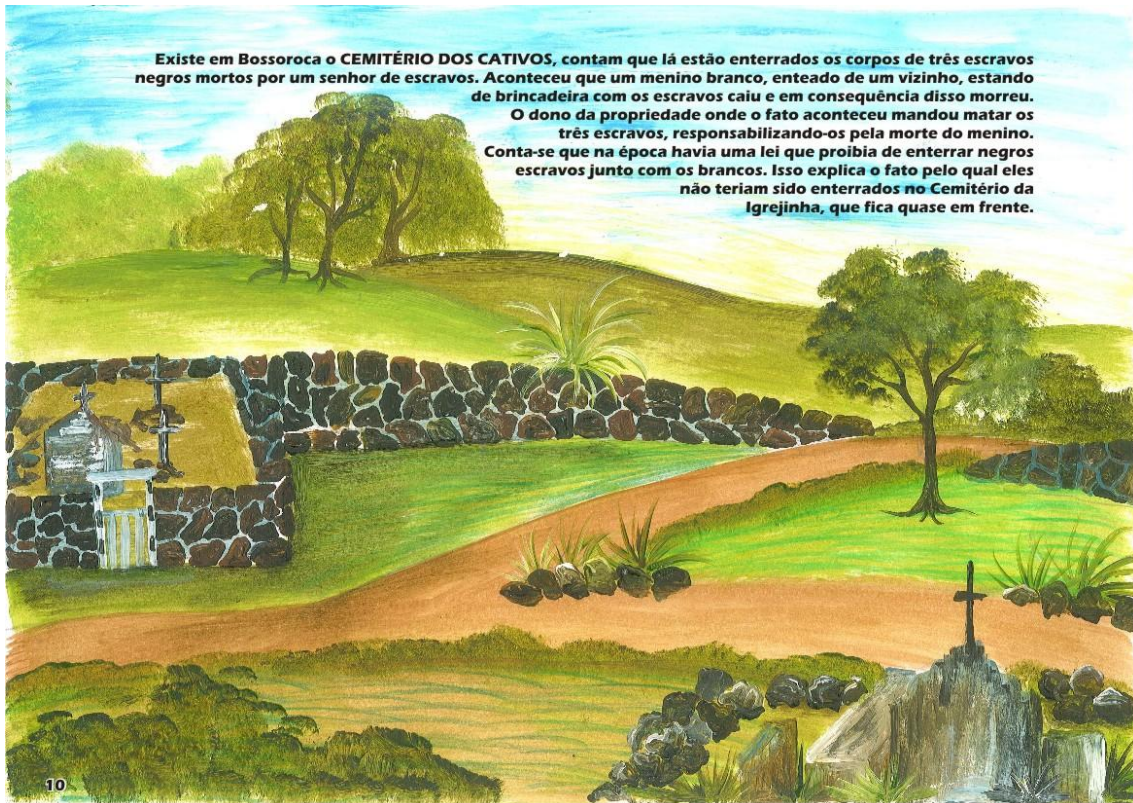
07

Outras pessoas que vieram para Bossoroça neste tempo, ao chegar, encontraram lugares que antes eram ocupados pelos guarani-missionários e aproveitaram o que estava ali ao construírem sua sede de propriedade. Acredita-se que foi assim que aconteceu na ESTÂNCIA DO SOBRADO. Muitos desses povoadores brancos que vieram para Bossoroça nessa época trouxeram escravos negros consigo. Tudo indica que muitas manguieiras e taipas de pedras foram construídas pelos escravos. Existem muitas histórias sobre escravos negros contadas em Bossoroça, dizendo que eles eram mal tratados por seus donos.



08









Muitos municípios que estão de uma forma ou de outra ligados ao passado das Missões Jesuíticas usam nomes como missões ou missioneiro para se apresentar. Alguns dos elementos usados para que Bossoroca seja reconhecida como um município missioneiro são:
 O Monumento a Noel Guarany, que é reconhecido como músico missioneiro e sempre dizia que era cria da Bossoroca;
 A cruz Missioneira no trevo da Bossoroca; A Estância do Sobrado, que tem vestígios do tempo dos jesuítas e índios guaranis.



Cruz Missioneira no trevo de Bossoroca



Galpão de pedras supostamente construído pelos Jesuítas e Guaranis



Sítio Arqueológico Rinção do Sobrado



Santa de Madeira provavelmente uma imagem missioneira



Monumento a Noel Guarani, construído no cemitério Municipal de Bossoroca



Mangueira redonda



CONVERSE COM PESSOAS MAIS VELHAS E PROCURE CONHECER ALGUMAS HISTÓRIAS SOBRE ESCRAVOS EM BOSSOROÇA. REGISTRE-AS AQUI.

FAÇA UM DESENHO ONDE APAREÇA UM LUGAR DE BOSSOROCA QUE VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTE.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O término de uma jornada de estudos nos permite entender que, mesmo após um longo caminho de buscas e descobertas, concluímos apenas uma etapa. As limitações e anseios de incessantes novas buscas, inerentes ao fato de sermos humanos, evidenciam que não chegamos ao fim. A cada constatação, surge a certeza de que, quando analisamos a dinâmica cultural, que é a dinâmica da vida, nunca chegamos a um ponto final, mas a novos pontos de partida. Algumas considerações pontuais têm forma conclusiva. Outras ainda ecoam como questões não resolvidas, e precisam, portanto, ser elaboradas e pensadas.

Esta dissertação foi produzida com o intuito de compreender a dinâmica cultural do município de Bossoroca, RS, no sentido de conhecer e analisar seu patrimônio cultural e a forma como este vem sendo usado para fomentar processos de identidade, colocando em evidência alguns aspectos do seu passado histórico em detrimento de outros, produzindo invisibilidades e exclusões. A produção da pesquisa levou-nos, assim, a compreender muitos aspectos da cultura de Bossoroca.

Em relação ao conceito de patrimônio, ficou compreendido que é terreno de discussões e disputas, e ainda precisa ser discutido. As articulações que envolvem o patrimônio e seu entorno estão sempre crivadas de ações e reações políticas, pois as representações criadas a partir de determinado patrimônio são, inegavelmente, instrumento promotor de permanências ou transformações na realidade social. Pode-se perceber, então, que as relações de poder estão sempre presentes nas questões patrimoniais, determinando o que se preserva ou deixa de preservar. O

patrimônio evidenciado é articulador de identidades que podem manter ou romper estruturas sociais.

A educação patrimonial constitui um caminho para o rompimento das amarras existentes ou para sua manutenção. Nesse sentido, o conhecimento dos processos de formação de identidades pode servir como base das reflexões sobre a realidade, configurando novas perspectivas de entendimento e relacionamento com o passado e com as estruturas e representações do processo histórico. Pode também levar a rupturas ou continuidades, pela reflexão acerca do patrimônio existente, a fim de se alcançar esses novos entendimentos e, por outro lado, suscitar novas dúvidas sobre os símbolos e valores presentes nessas questões e no significado delas para a comunidade. A preservação e o entendimento do valor desse patrimônio passam obrigatoriamente pela relação de pertencimento estabelecida entre o bem cultural, material ou imaterial, e a ligação que esses lugares revelam sobre o passado e o presente.

Uma das possibilidades para compreensão da cultura do lugar é a relação dialógica com os ícones do passado a fim de entender a relação entre os lugares de memória existentes no município e as representações sociais presentes no cotidiano do lugar.

Consideramos, desde o início deste trabalho, a prerrogativa de que era necessário manter determinado distanciamento capaz de nos permitir perceber as situações que envolviam as questões patrimoniais em Bossoroca sem conceitos pré-concebidos, uma tarefa difícil, pois estamos vinculados ao meio.

Os lugares de memória em Bossoroca evidenciam a necessidade de se manter os laços com um passado que, de uma forma ou de outra, se pretende conservar vivo no presente. Esses lugares têm a fundamental importância de vincular o que se quer guardar do passado às possibilidades de articular memórias que podem sustentar entendimentos acerca de determinados aspectos. Por meio deles, foi possível perceber que o município de Bossoroca empreende esforços para preservar alguns lugares apresentados como turísticos, e se relacionam diretamente com aquilo que se quer reverenciar do passado a fim de construir a identidade missioneira do município.

Os caminhos percorridos tiveram como pressuposto a busca por conhecer e entender o patrimônio cultural de Bossoroca, o que fizemos a partir desses lugares de memória, procurando compreender o motivo pelo qual o município se apresenta

como *Buena Terra Missioneira*, numa nítida referência ao seu passado jesuítico-guarani.

Quando iniciamos a pesquisa acerca do patrimônio cultural de Bossoroca e a forma como este é utilizado, percebemos o empenho para que o município fosse reconhecido como um dos que guardam parte da herança missioneiro-jesuítica. Percebíamos, no entanto, que mesmo com toda a motivação e empenho, as relações estabelecidas na sociedade e a cultura incipiente nas relações entre os sujeitos históricos e sociais, revelavam o passado estancieiro do lugar de forma muito clara. Hoje, a partir dos vários elementos que elencamos na dissertação, podemos apontar para o fato de que a administração pública e alguns setores da sociedade bossoroquense empenharam-se em construir uma identidade missioneira para Bossoroca.

Nossas buscas nos possibilitaram entender que o que ocorreu em Bossoroca está diretamente ligado ao movimento apresentado por POMMER (2006) como *missioneirismo*. De acordo com essa autora, a partir da década de 80, vários municípios passaram a buscar em seu passado uma forma de melhorar o presente. O passado jesuítico-missioneiro foi, no caso, a maneira encontrada. Alguns desses entes buscaram nesse passado os fundamentos para discursos político-ideológicos, como ela avalia o caso de São Luiz Gonzaga. Em Bossoroca, entendemos que não houve conotação de fundo político-ideológico, no sentido de buscar aspectos que relacionassem a práticas de uso comunitário da terra ou a relações de igualdade e fraternidade. Acreditamos que o que houve em Bossoroca foi um movimento onde se vislumbrou o empreendimento turístico e a agregação de valor que o *ser missioneiro* ensejava no momento.

Compreendemos que o desejo de que Bossoroca construísse uma identidade missioneira constituiu-se a partir da década de 1990. Antes, só conseguimos perceber alguns registros históricos, pois não se faziam efetivos movimentos para ligar esse município ao passado jesuítico-missioneiro. Prova disso é o fato de que os nomes de ruas não referem aspectos relacionados ao passado jesuítico-missioneiro. Ao contrário, referem nomes de estancieiros ou, em alguns casos, de profissionais liberais, figuras importantes naquele contexto (frente de ocupação luso-portuguesa). Da mesma forma, não existem monumentos construídos antes do período referido que manifestem conotação com o passado jesuítico-missioneiro, nem outras manifestações com possíveis evidências acerca disso.

Desse modo, não encontramos elementos que mostrem buscas para que Bossoroca se apresentasse como missioneira antes da década de 1990. Fica evidente, então, a influência que o movimento regional exerceu na constituição da identidade missioneira de Bossoroca a partir da década de 1990.

Essa identificação ocorreu a partir da busca de aspectos do passado histórico, já relacionados por historiadores locais, bem como pela construção ou releitura de elementos que serviram para se construir e mostrar para a comunidade envolvida uma Bossoroca fundamentadamente missioneira. Isso aconteceu a partir dos anos 1990, sob a influência do movimento de construção de uma identidade regional voltada ao passado jesuítico-missioneiro.

Outro aspecto que ficou subentendido foi a disposição em não remexer no passado estancieiro do município, pois isso poderia fomentar discussões e entendimentos acerca das relações sociais que se firmam em aspectos da cultura estancieira tais como a submissão de alguns grupos sociais a outros reproduzindo representações do passado, com a manutenção do universo simbólico das estruturas sociais vigentes.

Entendemos que a *Buena Terra* ainda não estabeleceu um diálogo eficaz e suficiente com seu passado escravista. Isso seria necessário para que todos realmente pudessem se sentir cidadãos, entendendo seu passado e se reconhecendo sujeito que participa da constituição do seu presente e de seu futuro.

Por fim, entendemos que ali existe uma cultura peculiar, na qual o diálogo com o passado ocorre, ora pela busca de valorização da história jesuítico-missioneira, ora pelas relações sociais que expressam os valores da cultura estancieira. Excluem-se, assim, do palco das discussões os demais atores sociais: indígenas, negros, imigrantes e descendentes de imigrantes e outros.

Concluimos que a identidade desse município compõe-se, além do processo de afirmação da identidade missioneira e dos aspectos marcantes da cultura estancieira, por uma diversidade de possibilidades de disposições acerca do passado histórico. Essas possibilidades colocam na pauta de discussões a questão da escravidão, dos índios, exclusões que deixam de fora possibilidades de discussões e interfaces que podem ser compreendidos como: terra de coronéis, terra de Olívio Dutra e de Noel Guarany, terra de escravidão, Bossoroca do coronel João Dutra, e outras faces que poderiam subsidiar novos entendimentos sobre o passado histórico, o que comprova que toda identidade é múltipla e fluída.

Um dos pontos que mais nos chamou a atenção foi a relação com a memória de Noel Guarany. Mesmo sendo artista da terra, e um dos pioneiros do movimento que buscava as raízes missioneiras, só foi reconhecido e reverenciado em seu solo natal, muito mais tarde, na troca de líderes municipais, quando a oposição assumiu o comando do município (gestão 1996-2000). Dessa forma, os setores mais conservadores da sociedade de Bossoroca tiveram que aceitar esse fato daí em diante, pois não havia como sustentar uma identidade missioneira para Bossoroca renegando a figura de Noel Guarany. Fica instaurada a dúvida: se pretendeu construir uma identidade missioneira para Bossoroca sem efetivar nesse processo a figura de Noel Guarany? Mesmo sem ter sido esse o foco de nossas buscas, muitas vezes encontramos elementos nesse sentido.

Por fim, entendemos ali existir uma cultura peculiar, na qual o diálogo com o passado ocorre, ora pela valorização de seu passado jesuítico-missioneiro, trazendo para o presente apenas aquilo que é interessante mostrar acerca desse. Assim, não são avaliados assuntos como a dominação territorial imposta pelos padres aos guaranis, ou pelas relações sociais que expressam muitos aspectos da cultura estancieira, revelando a submissão e a exclusão a que negros e outros grupos foram submetidos ao longo do tempo, pois não são lembrados como sujeitos históricos.

Observamos que a cultura estancieira está latente no cotidiano das pessoas, no sentido de homogeneizar entendimentos de mundo sob a ótica de quem domina economicamente. Todavia, o patrimônio cultural de Bossoroca traduz o quanto as identidades são híbridas e deslocadas de um vínculo local, no momento em que revelam nexos com a cultura regional, nacional e global.

Também compreendemos que o que se afirma acerca do patrimônio cultural é de fundamental importância para que a comunidade se sinta ou não incluída nas identidades missioneiras e/ou estancieiras da região. Isso nos permite afirmar a crença de que a cartilha de Educação Patrimonial, desenvolvida como requisito para conclusão do Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural tem potencial para despertar interesse sobre a história do município, especialmente nos aspectos esquecidos, trazendo à baila importantes discussões sobre o papel do negro e do índio na história do município. Por meio da educação patrimonial, podem surgir novos entendimentos sobre o passado para compreensão do presente. Nesse sentido é que pretendemos disponibilizar esse material sem custos para que a

Secretaria Municipal de Educação possa reproduzi-lo e encaminhá-lo às escolas da rede pública municipal.

Para finalizar, consideramos de grande relevância a oportunidade que nos foi apresentada de desenvolver um produto que sirva como fecho ao trabalho de pesquisa e estudo. Essa oportunidade serviu para operacionalização da vontade de realizar algo neste sentido, ou seja, um material para fomentar nas escolas as possíveis e necessárias discussões sobre o passado histórico de Bossoroca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BAUMAN, Zygmunt; VECCHI, Benedetto. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005. 110p.

_____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 2003.

_____. **Modernidade Líquida** 1.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2001.

BECK, Ulrich. **Liberdade ou Capitalismo**. São Paulo: editora UNESP, 2003.

BERTUSSI, Paulo Iroquez [et al.]. **A arquitetura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. Lembrança de velhos. 2º ed. São Paulo: T.A. Queiroz Editora, 1983.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. Tradução Leila Souza Mandes. São Leopoldo, Ed.unisinos, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 2º ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998. 322p.

CANCLINE, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade**; tradução de Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. – São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997. (Ensaio Latino-Americanos,1)

_____. **O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 23:95-115 (1994). Tradução: Mauricio Santana Dias.

CHAGAS, Mario – **Cultura, Patrimônio e Memória**. In Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. nº 31. Editora Ciências e Letras, 2002 –

POA. ‘

CUSTÓDIO, Luiz Antonio Boucato. **Patrimônio Mundial: Trajetória, Práticas e Desafios**. In Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras.

nº. 31. Editora Ciências e Letras, 2002 – POA.

DIEHL, Astor Antônio. Memória e identidade. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Usos da memória**. Passo Fundo: UPF, 2002.

FARINATTI, Luiz Augusto Ebling. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2010.

FERTIG, André. **Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil(1850-1873)**- Santa Maria : Ed. Da UFSM, 2010.

FIALHO, Ilvo Jorge Bertin. **Pioneiros de Bossoroca**. Ijuí: UNIJUÍ, 1992.

FLORES, Moacyr. **Colonialismo e Missões Jesuíticas**. 2ª ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1986.

_____. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1997.

FONSECA, M. A. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1988.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2005.

GIOVANAZ, Marlise. **Mario de Andrade: ativista da preservação do Patrimônio Cultural do Brasil**. In Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências

e Letras. nº 31. Editora Ciências e Letras, 2002 – POA.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Tradução: Maria Betania Amoroso - São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOLIN, Luis Carlos Tau. **A Fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 6 ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 1998, pp. 91-97.

LAYTANO, Dante. **Origem da Propriedade Privada no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

Lei Orgânica Municipal de Bossoroca. 04 de outubro 2000. Site Oficial Prefeitura Municipal de Bossoroca.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ª ed. São Paulo: Unicamp, 2003.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento. Pesquisa qualitativa**. 9ª. ed. revista e aprimorada. São Paulo: Hucitec, 2006.

MILDER, Saul Eduardo Seiguer – *Arte, Pré-história e Arqueologia no Brasil Central – Santa Maria – LEPA, 2006, 168 p.*

MILDER, Saul Eduardo Seiguer (org.)– **As várias faces do patrimônio** – Santa Maria – Pallotti – 2006, 214 p.

MILDER, Saul Eduardo Seiguer; Josiane Roza de Oliveira – **Patrimônio Cultural-experiências plurais** – Santa Maria – Pallotti – 2008, 264 p.

MILDER, Saul Eduardo Seiguer – **Educação Patrimonial: Perspectivas** – Santa Maria – UFSM – LEPA – 2005, 111 p.

MILDER, Saul Eduardo Seiguer – **O Povo dos Pinheirais** – Santa Maria – Pallotti.

NASCIMENTO, Cosete Nascimento. **O Rincão dos Fabrício: da sesmaria aos dias atuais**. Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em História do Brasil Contemporâneo. URI, São Luiz Gonzaga, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. In: **Revista Projeto História**. São Paulo, nº 10, dez 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 9ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

POMMER, Roselene Moreira Gomes. **Missioneirismo: história da produção de uma identidade regional**. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 2009. 266p.

SANTOS, Júlio Quevedo dos. **As Missões: crise e redefinição**. São Paulo: Ática, 1993.

_____. **Rio Grande do Sul: aspectos das Missões (em tempo de Despotismo Esclarecido)**. 2ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

SANTOS, Júlio Quevedo dos; RODRIGUES, Márcia Cristina Cabreira. **O “descaso” com o Patrimônio Histórico são-borjense**: Educação Patrimonial em sala de aula.

Comunicação apresentada e publicada nos Anais da VXII Jornada de Ensino de História e Educação, 2011, em Jaguarão, na UNIPAMPA, no GT Ensino de História da ANPUH-RS.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: HUCITEC. 1997.

SILVA, José Cláudio S. **Foucault e as relações de poder: O cotidiano da sociedade disciplinar tomado como uma categoria histórica**. REVISTA AULAS. *Dossiê Foucault N. 3* – dezembro 2006/março 2007.

SOARES, A. L. R. **Guarani: organização social e arqueologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997 [coleção arqueologia; 4], pp. 115-172.

SWAIN, T.N. **“A doce canção de Caetana”**: meu olhar. In: LÔBO, Y.; FARIA, L. (org.) *Vozes femininas do Império e da República*. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2008.

TEDESCO, João Carlos (org.). **Usos da memória**. Passo Fundo: UPF, 2002.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TORRES, D.G. **Cultura Guarani**. Asunción: Editora Litocolor, 1997.

VALENZUELA, Tainá Severo. Artigo Científico: **“Hei de morrer cantando”**: A **Etnomusicalidade Missioneira e a música Nativista Rio-Grandense sobre as Missões**. (2012).

DOCUMENTOS ESCRITOS:

Depoimento escrito concedido por Corália do Amaral Fabrício.

Depoimento escrito concedido por Ilvo Jorge Bertin Fialho.

SITES:

blogspot.com.br

www.bossorooca.rs.gov.br

www.dominiopublico.gov.br